

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:  
o caso da Vila do Abraão**

**Sérgio Luis Paiva de Oliveira**

**Orientador: Prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório**

**Rio de Janeiro, novembro de 2006.**

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:  
o caso da Vila do Abraão**

Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública de Empresas (EBAPE), Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

**Sérgio Luis Paiva de Oliveira**

Orientador: Prof. Dr. **Fernando Guilherme Tenório**

Rio de Janeiro - RJ  
Novembro - 2006

Oliveira, Sérgio Luis Paiva.

Turismo e Desenvolvimento Sustentável: o caso de Vila do Abraão / Sérgio Luis Paiva de Oliveira. – 2006.

137 f.

Orientador: Fernando Guilherme Tenório.

Dissertação de Mestrado – Escola Brasileira de Administração Pública de Empresas (EBAP).

1. Turismo. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Administração Pública. 4. Responsabilidade social. I. Tenório, Fernando Guilherme. II. Dissertação de mestrado - Escola Brasileira de Administração Pública de Empresas. III. Título.

SÉRGIO LUIS PAIVA DE OLIVEIRA

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:**  
o caso de Vila do Abraão

Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção de Mestre em Administração de Empresas.

Campo do conhecimento  
Gestão do Lazer e do Turismo

Data de aprovação:

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório  
(Orientador)

---

Prof. Dr. José Antônio Puppim de Oliveira

---

Prof. Dr. Marco Antônio Carvalho Teixeira

Dedico esta dissertação aos meus pais e maiores incentivadores, Sylvio e Almira, exemplos de honestidade, tenacidade, criatividade e dedicação, que antes de tudo fizeram de mim uma pessoa autônoma e capaz de enfrentar os desafios de uma vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Esta dissertação não é fruto do meu trabalho individual, mas da soma esforços, conhecimentos individuais, incentivos e colaborações. Portanto, agradeço a todos que de forma direta ou indireta auxiliaram na realização deste trabalho.

Agradeço de maneira especial:

Ao meu amigo e irmão Marcos Vinícius e a minha amiga e companheira Cynthia, pelo incentivo constante, preocupação com cada desafio que enfrentei e vibração a cada vitória conquistada;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório, pelas importantes considerações, críticas e sugestões fundamentais para a construção desta dissertação;

Ao meu amigo Antônio Valdir de Oliveira Filho que, por sua confiança em meu trabalho, criou o ambiente adequado para que eu pudesse enfrentar este desafio.

Aos meus companheiros do curso de mestrado, grupo no qual incluo meu amigo João Conrado, pela generosidade e pelas constantes trocas de informações que contribuíram de maneira ímpar na construção de novos saberes;

A todas as pessoas que disponibilizaram parte de seu tempo para me conceder entrevistas, possibilitando desta forma, a conclusão desta dissertação;

Por fim, agradeço a todos estudiosos em cujos trabalhos busquei conhecimentos e inspiração.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as perspectivas de desenvolvimento sustentável a partir da promoção do turismo na Vila do Abraão, na Ilha Grande. Para tanto, avaliou as cinco dimensões de sustentabilidade – ecológica, econômica, social, espacial e cultural –, partindo fundamentalmente da própria fala dos atores envolvidos com a realidade do local estudado. A pesquisa foi aplicada como estudo de caso e teve como objetivo discutir os projetos turísticos da Vila do Abraão, considerando a viabilidade de sua sustentabilidade. A discussão não se restringiu ao aspecto econômico, mas também as implicações sócio-culturais e de meio ambiente causadas pelo turismo.

O método utilizado foi o dialético. Foram entrevistados nativos, moradores, empresários, turistas, autoridades, representantes de associações, entre outros. Estes foram confrontados com os aspectos positivos e negativos oriundos do turismo no local, tendo a chance de opinar. Os conjuntos segmentados das argumentações desses atores constituíram a base para a formulação de novos conhecimentos.

Cabe ainda ressaltar que a presente dissertação chegou a algumas conclusões significativas. Sua formulação foi feita de modo a por em destaque os problemas que representam barreiras para a sustentabilidade do empreendimento turístico na Vila do Abraão, considerando as dimensões de sustentabilidade acima mencionadas. Na conclusão foram realçados também os problemas referentes à ação dos órgãos públicos, cujo interesse eminentemente político e a falta de recursos compromete a atuação.

## **ABSTRACT**

This present work has the objective to analyze the perspective of the sustainable development from the promotion of the tourism in Vila do Abraão, Ilha Grande. For this, was available the five dimensions of sustainable – ecological, economic, social, space and cultural – from the own words of the actors involved with the reality of the studied place. The research was applied as a study of case and had as objective to discuss the tourist's projects from Vila do Abraão, considered the viability of its sustainable. The discussion wasn't restricted to the economical aspects, but also the social-cultural and environment implications caused by tourism.

The dialect method was used. Natives, residents, businesspeople, tourist, authorities, association representatives and others, were interviewed. They were questioned about negative and positive aspects from the local tourism, getting the chance to opinion. The segmented arguments of these actors made the base for new knowledge.

This present dissertation arrived at some significant conclusions to the problems that represent barriers to the sustainable mentioned above. In conclusion, were set problems related to government body, whose political interest and insufficient recourses compromise the performance.

**LISTA DE TABELAS**

Tabela nº 1: Entrevistas realizadas .....	50
Tabela nº 2: Análise das entrevistas .....	53

**LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Fotografia nº 1: Fachada original da Vila do Abraão .....	87
Fotografia nº 2: Fachada recente com portas de aço.....	87
Fotografia nº 3: Latas de lixo na Vila do Abraão .....	113

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	13
1.1. O problema.....	17
1.2. Justificativa .....	17
1.3. Objetivos .....	18
1.4. Delimitação do estudo.....	19
1.5. Organização do trabalho .....	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	21
2.1. Turismo .....	21
2.1.1. Origem do turismo.....	22
2.1.2. Turismo e desenvolvimento econômico .....	24
2.2. Desenvolvimento sustentável.....	29
2.2.1. Sustentabilidade social.....	33
2.2.2. Sustentabilidade econômica.....	34
2.2.3. Sustentabilidade ambiental .....	36
2.2.4. Sustentabilidade cultural .....	37
2.2.5. Sustentabilidade espacial.....	39
2.3. Turismo e sustentabilidade.....	41
3. METODOLOGIA.....	43
3.1. A pesquisa e o método.....	43
3.2. Tipo de pesquisa .....	44
3.3. Quanto aos fins .....	45
3.3.1. Pesquisa Exploratória .....	45
3.3.2. Pesquisa Descritiva .....	46
3.4. Quanto aos meios .....	47
3.4.1. Pesquisa Bibliográfica .....	47
3.4.2. Pesquisa Documental.....	48
3.4.3. Pesquisa de Campo .....	48
3.4.4. Estudo de Caso .....	49
3.5. Universo e amostra .....	49
3.6. Coleta e tratamento de dados .....	51
3.7. Limitações do método .....	55
4. CONTEXTUALIZAÇÃO .....	56
4.1. A Ilha Grande .....	56
4.2. A Vila do Abraão .....	58
5. RESULTADOS .....	63
5.1.2. O turismo na Ilha Grande e a situação do Abraão .....	63

5.2. Desenvolvimento e sustentabilidade em Vila do Abraão.....	65
5.2.1. Sustentabilidade Econômica .....	67
5.2.1.1. Origem do capital investido e retenção da receita.....	67
5.2.1.2. Especulação imobiliária.....	72
5.2.1.3. O turismo como monoproduto .....	73
5.2.2. Sustentabilidade Espacial .....	78
5.2.2.1. Sobrecarga da infra-estrutura existente .....	78
5.2.2.2. Assentamentos humanos .....	84
5.2.2.3. Promoção da paisagem.....	86
5.2.3. Sustentabilidade Cultural.....	89
5.2.3.1. Aculturação e corrupção dos valores .....	90
5.2.3.2. Ações racistas ou xenofóbicas .....	94
5.2.3.3. Atrações turísticas.....	95
5.2.4. Sustentabilidade Social .....	97
5.2.4.1. Participação cidadã no planejamento.....	97
5.2.4.2. Geração de empregos e precariedade dos postos de trabalho .....	101
5.2.4.3. Sazonalidade do turismo .....	103
5.2.4.4. Prostituição, turismo sexual e violência.....	105
5.2.4.5. Declínio da auto-estima, segregação e exclusão social.....	105
5.2.5. Sustentabilidade Ambiental .....	107
5.2.5.1. Consciência ecológica.....	107
5.2.5.2. Uso adequado do Espaço .....	109
5.2.5.3. Superprodução de lixo e esgoto.....	111
5.2.5.4. Uso excessivo de recursos naturais .....	114
5.2.5.5. Coleta de vida selvagem .....	115
5.2.5.6. Estradas e trilhas em áreas naturais .....	117
6. CONCLUSÃO.....	119
6.1. Órgãos Públicos .....	119
6.2. As dimensões da sustentabilidade no Abraão.....	120
6.3. Recomendações .....	126
REFERÊNCIAS.....	134

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil parece ter definitivamente despertado para a importância que o turismo pode assumir no processo de desenvolvimento do País. Uma série de fatos permite esta afirmação, tais como: a criação recente de um ministério para tratar exclusivamente das questões do turismo, que publica um plano nacional de fomento a esta atividade (MTUR, 2003); acusa-se aumento na arrecadação de 7,6% ao ano entre 1995 e 2003 (EMBRATUR, 2004); 4,83% da população brasileira estava empregada no setor turístico no ano de 2001 (EMBRATUR, 2004), devendo este número aumentar nos próximos anos, visto que o plano nacional de turismo pretende criar condições para que sejam gerados 1.200.000 novos empregos até o ano de 2007 (MTUR, 2003).

Em esfera mundial, apesar do terrorismo e das guerras recentes, os números do turismo são crescentes. Segundo o *World Travel & Tourism Council* (WTTC), o movimentou em 2005 cerca de US\$ 6,2 bilhões, com 3% de aumento médio da taxa de empregos. O Anuário Estatístico 2004 da EMBRATUR, reproduzindo dados do *World Tourism Organization* (WTO), informa que a movimentação internacional de turistas cresceu de 165,8 milhões em 1970 para 694,0 milhões em 2003.

Dados como esses permitem que se entenda que o turismo é uma atividade para a qual se incentiva, mundialmente, a captação de investimentos. É patente a convicção de governos de que o turismo é uma atividade que contribui para a manutenção de uma balança comercial favorável, sendo mesmo uma forma de exportação, podendo representar, para os países em processo de desenvolvimento, uma forma de superação de problemas econômicos (Holanda & Vieira, 2003).

No Brasil, a diversidade da geografia e a cultura, principalmente a popular, formam um potencial turístico que ainda se encontra longe de ser explorado suficientemente. Mesmo quando se considera o que existe de exploração, percebe-se que esta vem sendo feita sem levar em consideração a sustentabilidade do empreendimento turístico – dentre outras (devidamente caracterizadas ao longo do trabalho), podem ser apontadas como evidências disto a exclusão do morador em geral do empreendimento turístico e o excesso de carga na alta temporada. As questões do turismo – como alternativa de crescimento econômico – e do desenvolvimento sustentável revelam-se ainda mais significativas, no caso brasileiro, quando se aproxima o problema das disparidades sociais existentes no país, pois o turismo gerido sob a ótica da sustentabilidade pode constituir uma arma eficaz contra tais disparidades.

O Rio de Janeiro é, sem dúvida, um dos mais importantes destinos turísticos do Brasil. Seu perfil geográfico oferece diversas opções, de clima e de paisagem, sendo o litoral o seu ponto forte. Pode-se dizer que existem três diferentes opções de perfil litorâneo no Rio de Janeiro: o litoral norte, conhecido como região dos lagos, a região da capital, com um perfil mais urbano, e o litoral sul, conhecido como Costa Verde. Nesta região, a Ilha Grande é o atrativo mais recente, cuja exploração encontra-se em franco processo de expansão.

A Ilha Grande mantém um patrimônio ecológico rico e bem preservado, com um litoral que oferece mais de cem praias, rios, lagoas e trilhas que cortam quilômetros de mata atlântica. A preservação de tudo isso se deu em virtude da existência das atividades do presídio, ao longo de todo o século passado. A ação policial ostensiva, os fluxos de visitantes para os presos e o medo de eventuais presos fugidos tornaram a Ilha relativamente inacessível àqueles que buscavam

lazer. Com a desativação do presídio, em 1994, a Ilha Grande teve o seu potencial turístico reconhecido imediatamente, experimentando um espantoso e desordenado crescimento desde então.

Na Ilha Grande, o local que sofreu o maior impacto com o desenvolvimento do turismo foi a Vila do Abraão. Principal acesso à Ilha, o Abraão apresenta a maior concentração populacional e praticamente todo o comércio local. No momento em que o turismo deu os seus primeiros sinais, o contingente que vivia na Vila era em grande parte composto por funcionários do presídio, tais como policiais e agentes penitenciários, muitos já aposentados, além de pessoas que tinham atividades relacionadas com a pesca, que vinha de um histórico recente de declínio. Foi essa população que recebeu os primeiros turistas, criando um modelo de desenvolvimento informal, de aluguel de quartos em residências, campings improvisados em fundos de quintal e “pratos feitos” em bares e residências.

Os primeiros boatos de desativação do presídio fizeram aumentar, paulatinamente, o contingente de turistas e com estes também cresceram os empreendimentos, na base da construção de mais um ou dois quartos por pousada a cada temporada, além da inauguração de bares e restaurantes. Tudo manteve, porém, um caráter de improviso explícito, que ainda hoje se pode notar por marcas na arquitetura de algumas pousadas. Naturalmente, o Abraão não tinha infraestrutura para suportar o grande número de visitantes que passaram a circular no local nos períodos de alta temporada, tendo sido este o primeiro problema que se evidenciou: há cerca de uma década, os rios que desembocam na praia do Abraão cheiravam mal, ostentavam esgoto a céu aberto e eram freqüentados por bandos de urubus. Problemas como estes e o excesso de lixo vêm sendo minimizados gradativamente por ação da Prefeitura de Angra dos Reis.

Por outro lado, os empreendimentos turísticos passaram a apresentar problemas com a carência de mão-de-obra. Por diversas razões, os moradores locais não se adaptaram aos empregos formais que o turismo gerava. Tal fato levou os proprietários de pousadas e donos de restaurantes a trazerem mão-de-obra de fora. Com efeito, houve a entrada de muitos emigrantes, principalmente de origem nordestina, no Abraão. Solução por um lado, isso deflagrou uma série de problemas, tais como conflitos entre barqueiros e formação de esquemas improvisados de moradia, que tendem, a longo prazo, a formar favelas.

Uma outra tendência que concorreu e concorre para tais formações foi a alta valorização dos imóveis, situados na área próxima à praia, motivando os nativos a venderem suas propriedades no local e se deslocarem para o interior da Ilha, nos locais próximos à encosta, onde começa a mata atlântica. Por um lado, isto foi interessante para os antigos moradores, que lucraram com a valorização e a venda de seus imóveis. Por outro lado, isto foi problemático, pois além de as residências construídas ostentarem um aspecto desagradável – causado por questões tais como paredes com tijolos aparentes e aglomeração das unidades habitacionais –, já se verificam diversos níveis de invasão do cinturão verde.

Em resumo, o desenvolvimento não planejado do turismo na Ilha Grande vem apresentando pontos positivos e negativos, sendo que estes colocam em risco o futuro do empreendimento, sobretudo no Abraão. Tendo isso em vista é que o presente trabalho dispõe-se ao estudo do desenvolvimento do turismo na Vila do Abraão, considerando as dimensões de sustentabilidade que, uma vez observadas, permitem assegurar a manutenção do empreendimento a longo prazo.

### **1.1. O problema**

Considerando o progresso acelerado e sem planejamento que o turismo provocou na Ilha Grande, especialmente tendo em vista os problemas estruturais em Vila do Abraão, é razoável questionar se os investimentos em execução levam em consideração o desenvolvimento sustentável da região através do mapeamento, por exemplo, da destinação dos recursos investidos.

A presente pesquisa procurou levantar informações acerca dos investimentos que vêm sendo realizados na Vila do Abraão, de modo a poder avaliar até que ponto esses investimentos encontram-se em harmonia com o conceito de desenvolvimento sustentável. O balizamento teórico adotado é o estabelecido por Sachs (1993), que propões cinco dimensões de sustentabilidade a serem observadas: ecológica, social, cultural, econômica e espacial. A partir do estudo de caso Desenvolvimento do Turismo e Sustentabilidade: o caso de Vila do Abraão, pôde-se analisar a sustentabilidade nas dimensões, avaliando o modo como o turismo vem se apresentando como alternativa de desenvolvimento local.

### **1.2. Justificativa**

Holanda & Vieira (2003) acreditam que a relação entre turismo e desenvolvimento sustentável é inconsistente, ressaltando, porém, que um planejamento bem feito do turismo, pode levá-lo à condição de alternativa de desenvolvimento local, com benefícios para a região receptora. Ainda segundo os autores, o planejamento deve ser feito levando em conta a maior articulação entre possível entre os diferentes atores do empreendimento turístico, a fim de estabelecer vínculos mais fortes em torno do desenvolvimento.

Assim, um aspecto que assegura a relevância do presente estudo reside na análise da participação coletiva dos vários atores no processo de planejamento do turismo em Vila do Abraão, de modo a verificar se ele se estabelece de maneira socialmente responsável e se o planejamento traçado é coerente com a noção de desenvolvimento sustentável.

Além disso, a pesquisa procura contribuir para o debate em torno das diversas correntes que discutem o turismo como prática desenvolvimentista, na medida em que se propôs a avaliar o impacto dos investimentos turísticos sob a ótica da sustentabilidade do desenvolvimento local.

Destarte, esta pesquisa teve a pretensão de enriquecer o conjunto de informações existentes na área de conhecimento, tendo em vista o local estudado, assim contribuindo para o reforço da base de conhecimentos sobre o assunto.

O presente estudo poderá servir, ainda, de instrumento de auxílio aos administradores públicos e privados no encaminhamento de políticas e de decisões estratégicas, especialmente pela compreensão de que o engajamento dos diversos atores do processo enriquecerá a discussão e legitimará o processo de desenvolvimento sustentável.

### **1.3. Objetivos**

Objetivo Final:

- Verificar se os investimentos turísticos em realização na Vila do Abraão encontram-se de acordo com o conceito de desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social, cultural, ambiental e espacial.

Objetivos Intermediários:

- Discutir a relação existente entre turismo, desenvolvimento local e questões sócio-ambientais;
- Formar um quadro que permita avaliar a possibilidade de se estabelecer projetos de desenvolvimento sustentável na Vila do Abraão, tendo o turismo como atividade principal;
- Avaliar a participação e a influência dos diferentes atores sociais no planejamento do desenvolvimento turístico na Vila do Abraão;
- Verificar se há alinhamento entre as políticas públicas locais e o desenvolvimento sustentável do local.

#### **1.4. Delimitação do estudo**

O presente estudo restringiu-se a verificar a promoção de desenvolvimento do turismo, tendo em vista as cinco dimensões de sustentabilidade propostas por Sachs (1993). O estudo teve como objeto o desenvolvimento do turismo na Vila do Abraão, que, hoje em dia, constitui a única alternativa econômica no local. Assim, a atenção fixou-se nos investimentos turísticos implantados na Vila, bem como aspectos políticos que orientam tais investimentos, procurando verificar se há coerência entre a ação e o conceito de desenvolvimento sustentável, conforme as suas cinco dimensões, a saber: econômica, social, espacial, cultural e ambiental.

#### **1.5. Organização do trabalho**

O primeiro capítulo, Introdução, apresenta a descrição do problema que norteou a pesquisa, sua relevância e objetivos (final e intermediários), bem como a delimitação do estudo. Neste capítulo consta, ainda, a configuração da forma como o trabalho está organizado.

O segundo capítulo apresenta o Referencial Teórico. Nele procede-se à revisão da literatura sobre turismo e desenvolvimento sustentável. São apresentadas e discutidas as opiniões de diversos autores sobre desenvolvimento, planejamento e as dimensões da sustentabilidade. O capítulo se encerra com a apresentação do caráter sistêmico da sustentabilidade e a conseqüente interdependência de suas cinco dimensões.

No terceiro capítulo, Metodologia, é apresentado o método de investigação. Nele, descrevem-se as tipologias de pesquisa, as formas de coleta e tratamento dos dados e o modo como se conduziu sua análise.

O quarto capítulo, Resultados, inicialmente apresenta uma sumária caracterização sócio-econômica da região pesquisada, uma síntese histórica que vai desde sua formação até o evento do turismo como alternativa econômica. Segue-se a análise das dimensões de sustentabilidade com base na observação e nas entrevistas realizadas. As cinco dimensões foram consideradas independentemente umas das outras. São apresentadas, por fim, as Referências Bibliográficas que apoiaram esta pesquisa.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Já é lugar comum afirmar que o turismo é uma das atividades centrais quando se considera a perspectiva de desenvolvimento econômico, tanto para o Município quanto para o Estado do Rio de Janeiro. Mas, para tanto, é necessário que a própria atividade turística seja abordada tendo em vista a sua otimização. Nesse sentido, não se pode deixar de levar em conta que essa atividade, sua concepção enquanto prática de mercado, evoluiu sensivelmente nas duas últimas décadas. Isto se deu não só pela percepção que se tem hoje da complexa rede que constitui a própria atividade, mas também por mudanças na concepção mesma de desenvolvimento econômico. É a concepção de turismo articulada à concepção de desenvolvimento sustentável, o que será visto no presente capítulo, procedendo neste excerto à revisão da literatura teórica que se refere ao assunto.

### **2.1. Turismo**

A definição de turismo dada pelo Dicionário do Aurélio (1999) é, em um primeiro sentido, a de que se trata de viagens feitas com finalidade de lazer a locais de interesse, bem como, em segundo sentido, a rede de serviços que atende aos viajantes. Já a OMT (Organização Mundial de Turismo) inclui a variável tempo na sua conceituação. A partir da concepção da OMT, a EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) desenvolve a seguinte definição para turista: “as pessoas que viajam a lugares distintos do seu entorno habitual, aí permanecendo pelo menos 24 horas ou um pernoite e no máximo um ano no local visitado, com fins de lazer, negócios e outros” (EMBRATUR, 2004; p. 14-15).

Acrescente-se à definição acima que, enquanto atividade econômica, o turismo apresenta inegável poder de desenvolvimento regional, na medida em que,

além da rede diretamente relacionada à recepção, manutenção e deslocamento do turista, seu *efeito multiplicador* afeta positivamente diversos outros setores econômicos.

### **2.1.1. Origem do turismo**

A demanda por atividades que propiciem descanso e/ou atividades que permitam a quebra da rotina de trabalho não constitui um fenômeno recente. Para Boullón (1990), ao longo da história da humanidade, trabalho e descanso (ou outras formas que permitam ao indivíduo se refazer mental ou fisicamente daquela atividade) são noções que sempre estiveram conjuntamente presentes. Em modelos sociais remotos, onde o trabalho ocupava praticamente todo o tempo de vigília da população trabalhadora, o descanso visava unicamente à reconstituição física do trabalhador.

Segundo Boullón (1990), a partir da Idade Média, com a constituição de cidades politicamente estáveis e a formação de sistemas relativamente independentes de trabalho (familiar e artesanal, que culminou na formação das guildas e corporações de ofício), surgiu a necessidade – para alguns – e a possibilidade – para outros – de se operar deslocamentos geográficos. Assim, às viagens cíclicas de peregrinação feitas pelos cristãos (o caminho de Santiago de Compostela, por exemplo, é uma rota de peregrinação que atrai fiéis até os dias de hoje) vieram se somar outros motivadores, como torneios e celebrações públicas que seduziam visitantes.

Mas é a partir do Renascimento que o hábito de viagens sazonais desenvolve-se mais amplamente. Ainda segundo Boullón (1990), desde então as práticas culturais e artísticas propiciaram-nas, tanto com finalidade de entretenimento quanto de formação cultural específica – no Brasil, por exemplo, do

período colonial à atualidade, são comuns as viagens à Europa tendo em vista um misto de lazer e de formação cultural do viajante. Cabe ressaltar que elas foram especialmente facilitadas pelo novo modelo econômico que foi o capitalismo.

Além disso, a era renascentista coincidiu com a expansão marítima européia, com intenção comercial, porém gerando um circuito de informações em torno de si mesmo, que despertava a curiosidade do cidadão europeu em geral, incentivando desde cedo artistas e escritores a precipitarem-se para além do mar, a fim de satisfazerem o desejo da população de conhecer as paisagens e os habitantes das terras recém-descobertas (Gombrich, 1999). É exatamente este desejo que passou a ser mais ostensivamente atendido a partir da Revolução Industrial.

Desde o evento da primeira burguesia, as atividades comerciais na Europa dependiam de deslocamentos, freqüentemente árduos e problemáticos. Com a consolidação de posições cada vez mais influentes social e politicamente, por parte dessa classe de comerciantes, tanto a infra-estrutura – estradas – quanto os meios de transporte foram desenvolvidos, para facilitar as viagens comerciais. O desenvolvimento da mecânica destas permitiu, também, a ampliação da atividade turística e a sua periodicidade.

Com a Revolução Industrial, o modo de viver e o perfil das cidades modificaram-se completamente. A luz elétrica prolongou o dia; as relações de trabalho reestruturaram-se, gerando dinheiro e tempo livres para uma crescente classe média urbana; os deslocamentos tornaram-se mais rápidos; sistemas de comunicação que atingiam um público crescente e em tempo cada vez mais imediato acabaram por tornar gradativamente o mundo menor. Estas são algumas das modificações que acarretaram, no plano econômico, o aquecimento do setor

terciário, especialmente o de serviços e entretenimento, no qual o turismo está inserido.

Segundo Morin (1990), o lazer (associado ao consumo, apanágio do capitalismo) promoveu a morte do ócio que, para os gregos, era o tempo que o cidadão dispunha para si, alheio ao interesse da comunidade helênica. Nesta perspectiva, o lazer não se distingue da produção; é, pois, o desdobramento desta, configurando-se como seu pressuposto: o momento do consumo. O lazer, entendido como prática de consumo, trata-se de um desdobramento necessário da própria atividade produtiva, não se distinguindo dela do ponto de vista do capital. A despeito, porém, dessa concepção, em geral as pessoas, de acordo com seus respectivos perfis sócio-culturais, passaram a buscá-lo incessantemente, como forma de se refazerem de suas atividades profissionais. Essa demanda possibilitou o desenvolvimento de uma série de atividades econômicas voltadas para o seu atendimento.

Centros de lazer foram se formando e passaram a ser procurados regularmente. O contingente de pessoas em férias e de folga – além dos tipos já indicados acima –, demandava mais do que os serviços diretamente relacionados ao lazer buscado, desdobrando-se em infra-estrutura de hospedagem, alimentação, sistemas de informação e atendimento. O potencial econômico daí derivado foi imediatamente sentido, ocasionando a criação e a multiplicação de vultosos circuitos que tinham por finalidade oferecer múltiplas opções para o visitante.

### **2.1.2. Turismo e desenvolvimento econômico**

Foi somente após a Primeira Guerra Mundial que os países se deram conta do potencial do turismo para o desenvolvimento econômico, mas a plena consciência disso data do fim da Segunda Guerra Mundial, quando se deu a

proliferação da pesquisa sobre a atividade turística. Tais pesquisas propiciaram o avanço da exploração econômica racional do turismo.

A relação entre turismo e desenvolvimento econômico pode ser aferida nos seguintes dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC): até 2015, espera-se o crescimento nominal de Us\$ 10,678.5 bilhões, revertidos a partir de US\$ 6,201.5 bilhões. Quanto à empregabilidade, o turismo vem apresentando um crescimento médio de 3% ao ano, em nível mundial, devendo manter-se estável até 2015. Além disso, Ruzza (2003) chama atenção para o fato de que a União Européia vem se valendo dos resultados no setor turístico para melhorar as relações entre as diferentes culturas que a compõem, bem como para o estímulo do crescimento em áreas problemáticas.

Segundo Batista (2003):

Essa nova indústria [do turismo] é capaz de oferecer um rápido crescimento econômico em termos de nível de empregos, distribuição mais justa de riqueza, melhoria da qualidade de vida e incremento de alguns setores industriais ligados à atividade turística. (BATISTA, 2003; p. 2)

Esta é a razão pela qual os países desenvolvidos têm investido somas expressivas no turismo, a fim de possibilitar sua emergência como uma modalidade chave para o desenvolvimento econômico.

Uma das causas que justificam posições otimistas, como a referida acima, em relação ao futuro do lugar de importância do turismo como atividade econômica, é o efeito multiplicador que exerce sobre a economia. A interdependência de diferentes setores da economia gera efeito multiplicador de renda, na medida em que o aumento de demanda em um dos setores traz resultados equivalentes nos outros setores relacionados (SANCHO, 2001). Assim, o turista gasta inicialmente nos serviços de “*front line*” (transportes, hotéis etc.), cujos recursos escoam para os outros setores (BARBOSA, 2002).

Assim, com base na amplitude de arrecadação proporcionada, muitos países, principalmente os europeus, a partir do pós-Segunda Guerra, passaram a investir no turismo como uma importante forma de ampliação de divisas – como, por exemplo, a exportação indireta (HOLANDA & VIEIRA, 2003). Nisso consistiu a tendência da política econômica do período supracitado, evidenciando-se de maneira crescente o desempenho econômico da atividade turística em relação ao setor terciário. Mesmo países periféricos como o Brasil não ficaram de fora da tendência geral. Segundo Zouain & Cruz (2003), o Brasil, em pleno “milagre econômico”, atribuiu importância ao turismo no processo de desenvolvimento econômico, investindo no turismo de massa.

Cabe destacar que, desde o início, a motivação do turista estrangeiro em relação ao Brasil residiu na variedade e no exotismo da paisagem natural. Se, por um lado, este é o potencial a ser explorado, por outro determina um parâmetro, ainda não suficientemente observado, para as ações de desenvolvimento. Quanto a isto, Oliveira (2004) chama atenção para os prejuízos ambientais e culturais gerados pela exploração irracional do turismo no Brasil. Tais prejuízos acabam incidindo diretamente sobre a própria atividade turística, na medida em que o turista procura exatamente o ambiente com suas características autóctones, tanto no que se refere à paisagem natural quanto, eventualmente, no que se refere às culturas locais.

Numa perspectiva não exatamente pessimista, mas certamente crítica às formas como as ações de desenvolvimento do turismo vêm se dando no Brasil, Holanda & Vieira (2003) chamam atenção para o fato de aspectos sociais, culturais e de meio ambiente estarem sendo gravemente negligenciados em favor da busca única de “benefícios econômicos”. Nessa perspectiva é que autores como Zouain &

Cruz (2003) denunciam o freqüente caráter de retrocesso no que diz respeito aos aspectos não econômicos relacionados ao desenvolvimento do turismo brasileiro.

Assim, verifica-se em geral no Brasil o desenvolvimento abrupto e desordenado de locais de turismo, acusando um crescimento sem infra-estrutura e sem levar em consideração a preservação daquilo mesmo que o turista busca. Esse modo de desenvolvimento associado ao serviço de baixa qualidade vêm contribuindo para a relativa insuficiência econômica no desempenho dos setores diretamente relacionados com o turismo no país (SPILANIS & VAYANNI, 2003).

Por outro lado, Krippendorf (2001) detecta a insatisfação das populações locais com a invasão de seus espaços, bem como seu sentimento de exclusão no que se refere aos processos de desenvolvimento de suas respectivas regiões, resultando prejuízos psicológicos para a população. Assim, além de constituir em si mesma um fenômeno grave e desumano, a situação de insatisfação gerada nas populações locais pelo turismo é mais um elemento a contribuir para o fracasso em médio prazo de sua produtividade, pois tal sentimento acaba por afetar de modo desastroso a relação entre a população local e o turista.

Os impactos negativos oriundos da atividade turística que acabam de ser listados advêm de um tipo de exploração que tem em vista unicamente o resultado econômico de curto prazo. Isto leva o turismo a permanecer desvinculado dos esforços para a manutenção de sua própria fonte.

Os objetivos de curto prazo tendem a gerar um “turismo de massa”, que teria como oposição um “turismo alternativo” (WEARING & NEIL, 2001). Ouriques (2005) entende que o turismo de massa responde pelos problemas ecológicos. Assim, objetivando uma exploração mais conseqüente – considerando em seu bojo aspectos complementares ao econômico –, o modelo alternativo seria uma opção

mais responsável, ainda que seus resultados não sejam de curto prazo. Em uma posição radical, tem-se o seguinte:

...prefere-se o viajante ao turista, o indivíduo ao grupo, o operador especializado às grandes empresas, as acomodações indígenas às redes multinacionais de hotéis, pequeno ao invés do grande – essencialmente bom *versus* ruim. (WHEELER, 2001. p. 92)

A passagem acima indica, em perspectiva favorável ao modo alternativo, as bases dicotômicas sobre as quais se assentam os “opostos polares” (PEARCE, 1992).

De qualquer maneira, tem-se como tendência da pesquisa acadêmica em curso na atualidade (CARDOSO, 2005) o estudo dos diferentes setores da cadeia produtiva do turismo, a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Evidenciam-se na pesquisa as variações desta concepção e as suas aplicações pelos diferentes setores, bem como os tipos de efeitos específicos locais (positivo ou negativo) gerados por cada setor.

Identifica-se como preocupação central, em esfera mundial, o “balanço dos impactos causados pelo turismo, que tanto podem ser positivos quanto negativos. O resultado depende (...) da gestão adotada e ela passa pelo processo de planejamento e desenvolvimento” (CARVALHO, 2005; p. 27-28). Na seqüência, o mesmo autor indica a necessidade de participação da empresa, da sociedade e do Estado nos processos de planejamento e gestão. Porém, ocorre que as ações de planejamento têm ficado, segundo a maioria dos autores, sob a égide do Estado, deixando de fora as empresas (principalmente as de pequeno e médio porte) e a sociedade sobre a qual se abatem os efeitos do turismo.

## 2.2. Desenvolvimento sustentável

O pós-Segunda Guerra foi marcado pelo sentido de reconstrução da Europa e coincidiu com o primeiro momento de tomada de consciência para os problemas ambientais gerados pelas formas tradicionais de desenvolvimento econômico postos em circulação desde a Revolução Industrial, ou seja, a aposta na extração e transformação industrial dos recursos naturais do planeta de maneira voraz e indiscriminada. Esse processo de produção é duplamente agressivo ao meio ambiente: utiliza indiscriminadamente os recursos não renováveis, ou que não se renovam em curto prazo e libera diversos tipos de poluentes.

Segundo Carvalho (2005; p. 33), “o mundo percebeu, de forma muito lenta, a gravidade dos problemas ambientais resultantes dos processos de crescimento e desenvolvimento”. O processo de percepção dessa problemática deu-se em três etapas (BARBIERI, 1997). A primeira referiu-se a problemas localizados e redundou em ações “meramente reativas, corretivas ou repressivas” (CARVALHO, 2005; p. 33). A segunda consistiu na generalização dos problemas ambientais, com ações preventivas por parte de governos. Na terceira etapa, a degradação do ambiente passou a ser percebida como um problema de proporção planetária. Nesta, não só as questões de liberação de poluentes, mas também as de utilização dos recursos do planeta passaram a estar em pauta, o que cita de maneira direta os influxos das ações de desenvolvimento econômico em sua perspectiva única de acumulação, pois tais ações estiveram até então baseadas nas formas tradicionais de geração de riquezas desde a Revolução Industrial, acima referidas.

A perspectiva que estimulou o crescimento do setor terciário, nos países desenvolvidos, no pós-Segunda Guerra, já considerava os efeitos nocivos da indústria. Ainda que neste momento a percepção dos problemas referentes ao

ambiente e à qualidade de vida fosse localizada, já apontava para o problema central, como veio a ser delineado mais tarde. Não é por um motivo diferente que parte da indústria foi sendo gradativamente “exportada” para países não desenvolvidos (como é o caso, por exemplo, dos “tigres asiáticos”). Os países desenvolvidos seguiram uma tendência de se concentrar no setor terciário e na produção de tecnologia – que é, hoje, um elemento central de infra-estrutura da indústria –, sem poluição, sem lutas sindicais etc (LYOTARD, 1986). Este breve excerto indica que as questões relacionadas ao meio ambiente passaram a ser consideradas conjuntamente às questões referentes à vida como um todo, sendo a noção mesma de meio ambiente ampliada de modo a açambarcar o ambiente urbano, com todas as suas complexas relações.

Entretanto, independentemente da questão de política econômica internacional, que acaba de ser esboçada, a amplitude e a gravidade do problema ecológico passaram a requisitar da ação econômica localizada uma postura mais preocupada com os efeitos ambientais de longo prazo. Tais preocupações acabaram por determinar mudanças na concepção mesma de desenvolvimento, como houvera sido determinada até o período imediatamente posterior à Segunda Guerra: o modelo fordista. A partir de uma perspectiva essencialmente economicista, a busca do desenvolvimento foi processada, como já foi sugerido, com base na exploração incoseqüente dos recursos naturais e com outros efeitos de agressão ambiental, como poluição visual, sonora e do ar. Por outro lado, a questão social também era desconsiderada, sendo o ser humano visto de maneira não muito diferente da que eram vistos os recursos naturais: utilizados até o esgotamento.

A partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, tornou-se corrente a idéia de *ecodesenvolvimento* em resposta ao modelo economicista. Segundo Carvalho (2005):

Na percepção de Sachs (...), o termo é resultante de uma 'proposta intermediária entre o ecologismo absoluto e o economicismo arrogante que pudesse conduzir a um desenvolvimento orientado pelo princípio de justiça social em harmonia com a natureza, e não através de sua conquista'. (CARVALHO, 2005; p. 34)

A noção de *ecodesenvolvimento* foi, paulatinamente, substituída pela de *desenvolvimento sustentável*. Segundo Carvalho (2005; p. 35), “a expressão (...) surgiu em 1980 no documento *World Conservation Strategy* (...), por solicitação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente”. Em linhas gerais, a noção de desenvolvimento sustentável parte do pressuposto de que “conservar e aproveitar a natureza não são antagônicos” (CARVALHO, 2005; p. 33). Acrescente-se que isto consiste em um problema global, um traço que a ação de destruição ambiental apresenta de caráter sistêmico e proporções planetárias (CAPRA, 2003).

Frey (2001) identificou três abordagens de desenvolvimento sustentável: econômico-liberal de mercado, ecológico-tecnocrata de planejamento e política de participação democrática.

A primeira abordagem, econômico-liberal de mercado, “naturaliza” o mercado, dotando-o de um sentido de auto-regulação, conforme o sentido de teleologia natural, de Aristóteles. Neste caso, o desenvolvimento econômico estaria *naturalmente* em acordo com as necessidades ecológicas (e mesmo com as necessidades sociais), na medida em que “consumidores cada vez mais conscientes se definem pelos produtos ecológicos” (CARVALHO, 2005; p. 36). Em uma perspectiva freudiana (FREUD, 1990) – que demonstra que o ser humano age menos em função de uma consciência, assentada na necessidade, do que pelo

inconsciente, fundamentado no desejo –, a “natureza” do processo fica comprometida, uma vez que se apóia na “consciência” do consumidor e negligencia a força do desejo nos processos de consumo.

Na perspectiva da segunda abordagem indicada acima, ecológico-tecnocrata de mercado, julga-se possível planejar o desenvolvimento de maneira subordinada à necessidade de preservação da natureza. Tal procedimento teria por base essencialmente a intervenção do Estado como forma de coerção da ação econômica. Para o caso específico do turismo, Barbosa & Zamot (2004), por exemplo, são a favor da intervenção de instâncias governamentais com o objetivo de assegurar o limite por parte do investidor, tanto no que se refere ao meio ambiente quanto no que se refere à população local, assegurando a sustentabilidade do empreendimento. Por outro lado, a abordagem é passível de crítica (Frey, 2001), por resvalar facilmente para posturas centralizadoras de controle. Carvalho (2005) chama atenção para o fato de que “se as estratégias tecnocratas e centralizadas podem gerenciar o emprego eficiente de recursos à disposição do meio ambiente, a sua aplicação em sistemas democráticos gera situações embaraçosas” (Carvalho, 2001; p. 38).

A terceira abordagem, política de participação democrática, veio suprir exatamente essa “falta”, no que concerne à participação das partes envolvidas nos processos de desenvolvimento.

Em contraposição à abordagem ecológico-tecnocrata de planejamento, na abordagem política de participação democrática, a participação popular torna-se peça fundamental da política ambiental, indispensável para uma mudança substancial do atual quadro de políticas públicas. O planejamento deve ser compreendido não apenas como orientado pelas necessidades da população, mas também como conduzido por ela. (FREY, 2001; p. 13)

Isto se deve, por um lado, à tendência de autonomia de setores expressivos da sociedade civil organizados, que assim passam a exercer pressão sobre as

instâncias governamentais. Por outro lado, caso as diferentes partes que concorrem para o processo de desenvolvimento não participem de seu planejamento, no tocante ao problema ambiental é grande o risco de frustração, porque os próprios atores tornam-se antagonistas do processo. De qualquer maneira, segundo Carvalho (2001), “a maioria dos autores reconhece a necessidade de uma participação mais ampla da sociedade na definição do planejamento turístico de forma a garantir o desenvolvimento sustentável”.

Segundo Barbosa & Zamot (2004), McIntyre determina três áreas para o desenvolvimento sustentável: econômica, social e cultural. De modo semelhante, segundo Carvalho (2005), Swarbrooke define três dimensões para o turismo sustentável: meio ambiente (natural e construído), economia de comunidades e empresas e os impactos sociais do turismo sobre as populações locais e os próprios turistas. Para Sachs (1993), essas áreas são ampliadas para cinco dimensões a serem consideradas no planejamento de desenvolvimento, tendo em vista a sustentabilidade nos níveis social, econômico, ecológico, espacial e cultural. É o que será visto a seguir.

### **2.2.1. Sustentabilidade social**

A dimensão social fundamenta-se no exercício, pleno e legítimo, da cidadania. O princípio desta reside, antes de mais nada, na *práxis* do discurso enquanto forma de participação na deliberação do que quer que tenha implicação na vida do cidadão e da sociedade em que vive. Segundo Carvalho (2005; p. 41), “a dimensão social se justifica com a ampliação do espaço público para atuação protagonista da comunidade na defesa dos seus interesses e definição das suas prioridades”.

Ressalte-se que, no Brasil, experiências de gestão participativa, a partir de esferas governamentais, existem em quantidades ainda aquém do necessário. De qualquer maneira, Jacobi diz o seguinte:

...na década de 1980 (...) a participação cidadã se torna instrumento para um potencial aprofundamento da democracia. Com a supressão dos regimes autoritários que prevaleciam na região, tem início um processo de participação, notadamente em nível local (JACOBI; *apud* CARVALHO, 2005, p. 44).

Ademais, para Sachs, a dimensão social da sustentabilidade é também entendida como a concepção de um plano de desenvolvimento que tenha como objetivo a construção “de uma civilização com maior eqüidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres” (SACHS, 1993; p. 37). Isto quer dizer que, na idéia geral de inclusão da comunidade na sustentabilidade social, encontra-se o desenvolvimento econômico-social, visando melhoria nas condições de vida da sociedade, inclusive dos seus setores mais carentes.

### **2.2.2. Sustentabilidade econômica**

A dimensão econômica pressupõe a prática de gestão eficaz dos recursos, para dar continuidade ao padrão de desenvolvimento econômico através da geração e manutenção de fluxos de investimentos na região.

Do ponto de vista da gestão ambiental, segundo Almeida Jr. (2000), a problemática sintetiza-se no tipo de relação estabelecida entre homem e natureza, propugnando uma relação “cooperativa” entre os termos como forma mais eficaz para ambos. Tal cooperação deve se dar não perdendo de vista o fato de que a idéia de sustentabilidade está vinculada à idéia de desenvolvimento econômico, agora em novas bases:

Foi a partir de alguns eventos internacionais (...) que a idéia do que passaria a ser entendido por desenvolvimento tomou nova direção. A concepção, até então de cima para baixo, transferiu-se para o domínio da população, obrigando a uma redistribuição do poder entre o Estado, empresas e terceiro setor. (CARVALHO, 2005; p. 47).

Com isso, a noção de desenvolvimento passou a ser concebida em esfera local (Loiola, 2004), chamando atenção para a importância do papel dos governos locais como elemento chave de estimulação e articulação dos processos, sem, contudo, deixar de salientar a função primordial que passa a ser exercida por entidades empresariais e não governamentais, nas deliberações e ações propriamente ditas.

O Brasil, com base na experiência de outros países, vem desenvolvendo estratégias promocionais de articulações público-privadas com vistas ao implemento do desenvolvimento local. Quanto a isto, a tendência tem sido a de encaminhamento da promoção da formação de Arranjos Produtivos Locais, em que as empresas locais evoluem de uma percepção do grupamento local como concorrente para percebê-lo como associação. Segundo Carvalho (2005), o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) catalogou sete tipos de Arranjo Produtivo Local (APL), que são os seguintes:

...**agrupamento potencial**, que se dá quando existe, na região, uma concentração de atividades produtivas que apresente alguma característica comum, como uma tradição de uso de determinadas técnicas, mesmo artesanais, sem que esteja ocorrendo, contudo, uma organização ou uma ação conjunta entre os agentes econômicos da atividade existente.

...**agrupamento emergente**, quando passa a ocorrer, no local, a presença de empresas de vários tamanhos, tendo como característica comum o desenvolvimento de ações de interação entre os agentes existentes na região/setor. Nesse tipo de arranjo pode ocorrer, mesmo de forma incipiente, a presença de Instituições de apoio como centros de treinamento profissional, de pesquisa tecnológica, outras atividades como consultorias, mas com pequena e débil articulação de ações entre vários atores socioeconômicos.

...**agrupamento maduro**, que tem por característica uma concentração local de atividades e como identificação comum a existência de uma base tecnológica significativa, observando-se a existência de relacionamento mais intenso entre agentes produtivos entre si e com os demais agentes institucionais locais. (...) Neste tipo de agrupamento, verificam-se ainda conflitos de interesse, indicando um pequeno grau de coordenação entre os agentes econômicos, com ações sendo consideradas insuficientes para

gerar uma atuação mais efetiva que possa alavancar um crescimento sustentado a longo prazo.

...**agrupamento avançado**, cuja principal característica é um alto nível de coesão interna de organização entre os agentes internos e externos, resultando no melhor aproveitamento das externalidades geradas pelos participantes deste entorno produtivo.

...**cluster**, que apresenta características de agrupamento maduro quanto ao seu grau de coesão interna. No entanto, tem um grau menor de organização, porque normalmente envolve um número maior de localidades ou áreas urbanas, dentro de uma mesma região geograficamente delimitada, vindo a construir um espaço econômico pouco diferenciado em termos de atividades produtivas.

...**pólo tecnológico**, definido como local em que estão reunidas empresas intensivas em conhecimento ou com base em tecnologia comum, tendo como fonte do desenvolvimento deste saber as universidades e outros centros de tecnologia e pesquisa. Uma de suas características é que, normalmente, também representam um tipo de grupamento maduro.

...**redes de subcontratação**, compostas por empresas que nem sempre estão instaladas na mesma área geográfica delimitada, mas que normalmente atendem demanda de grandes empresas. Nem sempre os subcontratos constituem um agrupamento formal e procuram seguir um padrão de organização emanado da empresa núcleo. (FARAH JUNIOR, 2001; p. 18)

### 2.2.3. Sustentabilidade ambiental

Carvalho (2005, p. 49) afirma que a “dimensão ambiental está voltada para um conjunto de ações que visam evitar ou reduzir os danos decorrentes do processo de desenvolvimento.” A solução não se encontraria na supressão das ações de desenvolvimento, mas na adoção de formas de manejo que tenham em vista o uso não predatório dos recursos do planeta. Quanto a isto, Oliveira (2001) pontua que a relação entre desenvolvimento e preservação não é um problema de inversão de proporção, isto é, “mais desenvolvimento = menos preservação” ou “menos desenvolvimento = mais preservação”. “A forma como o desenvolvimento é planejado configura-se na chave do problema” (Carvalho, 2005; p. 50).

A maioria dos autores tende a concordar com esta perspectiva. Destaca-se Capra (2003), que apresenta como núcleo de sua posição teórica o deslocamento do conceito de “paradigma científico”, proposto por Kuhn (2000), para a esfera social, formando o conceito de “paradigma social”. Este funciona como uma espécie de referência chave, que forma e informa a percepção, a concepção e até o modo

de sentir o mundo. A época presente vive, segundo o autor, um processo de mudanças radicais de paradigma, que no horizonte apontam, entre outros aspectos, para uma mudança de postura, no que se refere à maneira de lidar com o planeta.

Apesar dessa indicação otimista de Capra, que se pode aferir na consciência ecológica crescente, as disparidades continuam alarmantes, principalmente quando se observam, a partir de Almeida (2000), os graus de incompatibilidade entre as necessidades preservacionistas e as políticas de crescimento econômico, que o autor classifica como mantenedoras de um caráter apenas quantitativo.

#### **2.2.4. Sustentabilidade cultural**

Carvalho afirma que:

A dimensão cultural guarda relação com o respeito que deve ser reservado às diferentes manifestações culturais e o grau de contribuição que cada uma delas dispensa para a construção dos modelos de desenvolvimento local. Em outras palavras, a sustentabilidade cultural está relacionada com a promoção, preservação e divulgação da história, tradições e valores de uma localidade. (CARVALHO, 2005; p. 51)

Sachs (2005), para efeito da consideração da dimensão cultural tendo em vista o desenvolvimento, pretende que a cultura seja considerada a partir de três enfoques articulados: a cultura segundo a definição dos antropólogos – que a definem como um “complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis e costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (SACHS. 2005; p. 160); a cultura em sua relação com a natureza – que diz respeito aos “conhecimentos acumulados pelas sociedades humanas sobre o meio-ambiente em que vivem e do qual extraem seus meios de vida (...), num relacionamento idealmente simbiótico entre a humanidade e a natureza” (SACHS. 2005; p. 161); e, por fim, a cultura entendida como atividade

criativa – referindo-se “ao conjunto das atividades criadoras e artísticas no âmbito das artes eruditas e populares e das práticas lúdicas” ((SACHS. 2005; p. 162).

São diversos os autores que sustentam posições favoráveis à manutenção e valorização das identidades culturais locais, como Carvalho & Vieira (2003), Madeiro & Carvalho (2003) e Canclini (1998). Este último chega mesmo a sustentar que os traços locais de cultura são mais significativos para os indivíduos do que os valores nacionais. Sachs (SACHS. 2005) já escapa do radicalismo da postura de Canclini, típica de um modismo do final do século passado. Os acontecimentos políticos e econômicos destes primeiros anos do século XXI vêm fazendo ver com desconfiança crescente a proposta de abandono da idéia de nação, principalmente no que diz respeito à formulação de estratégias de desenvolvimento, que não podem deixar de levar em consideração os traços constitutivos do por assim dizer “caráter nacional”, pensáveis somente a partir das realizações culturais.

O caso brasileiro pode ser descrito, de maneira geral, da seguinte forma: o passado colonial, a imprecisão étnica e a dependência econômica acarretaram, nos níveis material e psicológico, o que o cronista e dramaturgo Nelson Rodrigues (1994) denominou “complexo de vira-latas”. O que o autor quis demonstrar com a imagem foi que o brasileiro apresenta uma tendência atávica de renegar sua própria cultura – seus gostos, sua estética, seus modos de sentir e pensar. Este quadro se agrava quando se considera a comunicação de massa, que tende a estabelecer padrões culturais mais ou menos uniformes com base no consumo. O cinema americano, por exemplo, “fantasiou” o mundo de *cowboy*, vestindo-o de calça *jeans* e camisa de algodão (MORIN, 1990).

Do ponto de vista do estabelecimento de planos de ação para o desenvolvimento local, isso pode tornar-se (e, com efeito, se torna) problemático,

pois que se verifica uma tendência até mesmo psicológica de se negar o reconhecimento à contribuição das culturas autóctones.

Quanto ao turismo, Sancho (2001) considera que esta atividade possa de fato contribuir para a descaracterização do perfil cultural local. Isto se dá porque “o turista não consegue abstrair-se, por mais que tente, do seu cotidiano” (Carvalho, 2005; p. 53), levando a cultura receptora a tentar recriar o ambiente de origem através da adoção de padrões internacionais. A longo prazo, tais padrões alienígenas acabam por eclipsar os modelos locais de cultura, de modo a configurar o turismo como um “fenômeno agressivo, abusivo e colonialista” (Krippendorf, 2001; p. 55).

#### **2.2.5. Sustentabilidade espacial**

A dimensão espacial busca solução “de equilíbrio entre o desenho urbano, os assentamentos humanos, os investimentos turísticos e o regulamento de defesa do patrimônio histórico, turístico e arquitetônico” (Carvalho, 2005; p. 54).

Para Costa (2002), o espaço constitui uma dimensão central, pois funciona como ponto perceptível de articulação entre as outras dimensões. Segundo a autora:

O espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; nesse sentido é o espaço do vazio. Não-lugares. Isso porque o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e de sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida (COSTA, 2002; p. 28-29).

Por sua vez, Singh (2004) aponta para o fato de que o contexto geográfico é o mais freqüentemente negligenciado pelas instâncias oficiais. Isto se reflete no que Rodrigues (2001. *apud* Carvalho, 2005) indica: os fluxos e concentrações

populacionais geram “uma desestruturação do processo produtivo e das relações sociais” (Carvalho, 2005; p. 54). Em localidades mais próximas de um perfil rural, que se modificam abruptamente, tal desestruturação leva à instabilização e a conseqüente substituição dos valores tradicionais, restando como único valor constante os padrões de consumo típicos das metrópoles. Este quadro é agravado, segundo Luchiarri (2000), pela globalização, que destruiria as diferenças locais pela uniformização dos perfis espaciais e sociais.

Tal processo de uniformização e homogeneização segue padrões que conferem às cidades o mesmo princípio que referenda a mercadoria em geral, sendo este processo o que Debord (1997) chama de “espetacularização”, cuja incidência na estruturação mesma das relações sociais leva o autor à concepção de uma “sociedade do espetáculo”. Neste ponto, a teoria de Debord tangencia a concepção de “simulacro”, de Baudrillard (2000). Em ambos os casos, trata-se de uma substituição fetichista do mundo por imagens, cuja estética é estruturada com base nos princípios da monumentalidade e do exibicionismo técnico.

Ao reduzir-se o mundo à imagem, a paisagem é convertida, segundo Ouriques (2005), em mercadoria, dissociada daquilo que ela (a paisagem) possa representar em termos de história, de biologia etc. É a mesma base de raciocínio que sustenta a seguinte passagem:

Eles [sonhos e imagens pré-fabricados pelas agências de viagem] estão presentes em nossas mentes quando começamos a viagem e desejamos que as promessas sejam mantidas, mesmo que, em geral, correspondam apenas a clichês e não reflitam nem parte, nem mesmo nada, da realidade. A indústria do turismo considera este anseio ao propor, no local de origem, grande parte desse universo de cartão postal tão esperado. Ela cria e satisfaz, simultaneamente, a necessidade de viver experiências familiares inofensivas e agradáveis, num ambiente estranho. Assim, nascem as localidades turísticas de operetas que não têm mais nada a ver com a realidade e não passam de meras montagens de cenários artificiais (KRIPPENDORF, 2001; p. 55-56).

### **2.3. Turismo e sustentabilidade**

O turismo é uma atividade com alto potencial, concernente ao desenvolvimento de uma dada região, como foi exposto acima. Revela-se, também, uma prática especialmente compatível com as perspectivas do desenvolvimento sustentável por razões como as seguintes: gera divisas; as características de sua cadeia produtiva causam efeito favorável sobre outros setores, conferindo-lhe um traço compatível com a distribuição equânime de renda; é uma forma de promoção e de manutenção de culturas locais; em um caso específico, como o da maior parte do turismo oferecido no Brasil, é um motivador para a preservação ecológica, pois a paisagem natural constitui um dos seus principais atrativos.

Porém, para que a atividade turística possa realizar os traços que virtualmente delineiam-se, a partir de seu modo de ser produtivo, ela deve ser gerida de tal modo que proporcione a garantia das condições de sustentabilidade. Pois como foi demonstrado ao longo do presente capítulo, sem a atenção às dimensões de sustentabilidade, o próprio turismo tende à deterioração como atividade lucrativa. No caso brasileiro, especialmente. E isto, a partir da própria perspectiva do negócio, pois o drama social, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, se não implica um decréscimo estatístico, certamente implica um crescimento aquém do potencial. Do mesmo modo – já remetendo à pesquisa que sustenta a presente dissertação –, a questão da conservação ambiental afeta negativamente a receita, conforme o fenômeno ocorrido na semana anterior ao carnaval de 2006: a formação da língua negra, na praia do Abraão, na Ilha Grande, que afastou os turistas durante o período do carnaval, quebrando a expectativa dos proprietários de pousadas e restaurantes.

Ressalte-se que os problemas relacionados com a sustentabilidade não dizem respeito apenas ao bem estar dos negócios. Carvalho (2005, p. 53-59),

adotando o ponto de vista sistêmico de Capra (2003), percorre a demonstração por este autor da teoria da Terra Viva (Gaia), demonstrando o caráter de mútua dependência que cada componente do planeta mantém em relação a todos os outros. Ao fim e ao cabo, afirma que com tal demonstração pretendia “justificar que é difícil dissociar as cinco dimensões de sustentabilidade definidas por Sachs”, acrescentando que:

Não é possível entender a sustentação econômica isolada da sustentação social, cultural, ambiental e espacial. Toda e qualquer ação destinada a garantir a manutenção dos padrões de renda e geração de emprego vai repercutir na sociedade como um todo, afetando as demais dimensões. Da mesma forma, não é possível entender as preocupações ambientais em si, se elas são impeditivas do crescimento econômico, social, cultural e paisagístico de uma região. (CARVALHO, 2005; p. 53-59)

Assim, pode-se perceber o cerne da preocupação de Sachs, que reside na determinação de um modo de relacionamento harmonioso entre as cinco dimensões do desenvolvimento sustentável. Tal determinação delinea-se, antes de mais nada, pela identificação do beneficiário da própria ação desenvolvimentista: os seres humanos que, em última instância, são uma parte inseparável do planeta em que vivem.

No capítulo que se encerra foi estabelecido o referencial teórico, o que se fez percorrendo as diferentes concepções e abordagens das questões do turismo, do desenvolvimento e da sustentabilidade. A matriz com a qual trabalhamos foi a concepção de desenvolvimento sustentável de Sachs, que inclui as cinco dimensões de sustentabilidade – econômica, social, espacial, cultural e ambiental –, que formaram o balizamento principal para a pesquisa e análise de dados. No capítulo subsequente, serão tratadas as questões relativas à metodologia adotada.

### **3. METODOLOGIA**

O presente capítulo demonstra como transcorreu a pesquisa de modo a reunir dados suficientes para a consideração do problema suscitado. Para tanto, serão caracterizados os tipos de pesquisa utilizados, bem como o universo e a amostra, o modo como se processou a coleta e o tratamento dos dados. Por fim, apontar-se-ão as limitações da metodologia.

#### **3.1. A pesquisa e o método**

Segundo Marconi e Lakatos (2005. p. 157), a pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um trabalho científico e se constitui no caminho para reconhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Para Vergara (2004), trata-se de uma atividade fundamental da ciência, cuja finalidade é fornecer explicação para um fenômeno.

O objetivo desta pesquisa foi proceder à verificação do impacto do turismo sobre o desenvolvimento sustentável na Vila do Abraão, em Ilha Grande, localizada no Município de Angra dos Reis, litoral sul do Estado do Rio de Janeiro. Com isso, procurou-se contribuir preenchendo lacunas existentes no conhecimento disponível sobre a questão, bem como ordenando o que já se encontrava disponibilizado. Acrescente-se que o fenômeno estudado apresentou um grau de complexidade do qual decorre que a relação entre causa e efeito freqüentemente não se apresenta de maneira direta, daí ter sido descartado teste de hipóteses e de correlação entre variáveis com aferição estatística. A solução para a questão passa, necessariamente, pela percepção e compreensão dos atores envolvidos na área pesquisada. Pois o turismo, considerado na perspectiva do desenvolvimento sustentável, constitui um fenômeno de natureza fluida que se apresenta em

constante mutação. Isto exigiu que o foco de atenção do pesquisador fosse dirigido ao processo.

Assim, optou-se pela utilização do método dialético. Segundo Marconi e Lakatos (2005):

Os diferentes autores que interpretam a dialética materialista não estão de acordo quanto ao número de leis fundamentais do método dialético: alguns apontam três e outros quatro. Quanto à denominação e à ordem de apresentação, estas também variam. Numa tentativa de unificação, diríamos que as quatro leis fundamentais são:

- a) ação recíproca, unidade polar ou 'tudo se relaciona';
- b) mudança dialética, negação da negação ou 'tudo se transforma';
- c) passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa;
- d) interpretação dos contrários, contradição ou luta dos contrários.

(MARCONI e LAKATOS, 2005; p. 100).

Considerando tais leis, a pesquisa foi conduzida tendo como perspectiva a identificação das unidades de relação do universo estudado, a reflexão a partir das unidades assim formadas e a elaboração de explicações sintéticas ou práticas que pudessem contribuir no lançamento de novas bases para a construção de conhecimento sobre o problema. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas qualitativas, observações da realidade local e fontes bibliográficas e documentais.

### **3.2. Tipo de pesquisa**

A classificação tipológica da pesquisa foi feita com base na taxonomia de Vergara (2004) e de Gil (2002). Quanto aos fins, o caráter da pesquisa foi exploratório e descritivo. Quanto aos meios, classificou-se como bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso.

Dadas as características de busca de conhecimentos novos, a presente pesquisa viu-se obrigada, eventualmente, a seguir novos conceitos, tomando caminhos não planejados inicialmente e que requisitavam aprofundamento. A princípio, houve a necessidade de contato direto com a região pesquisada, de modo

a melhor compreender-lhe a realidade e o modo como se estrutura social e politicamente.

Ressalte-se, ainda, que o enfoque que se estabeleceu foi qualitativo, dado o fato de a pesquisa constituir-se em um estudo de caso, cuja particularidade de suas características impedia o estudo comparativo.

### **3.3. Quantos aos fins**

Quanto aos fins, a pesquisa foi classificada como exploratória e descritiva. Exploratória, porque teve como um de seus objetivos o levantamento de dados em uma área onde o conhecimento acumulado é relativamente reduzido. Foi também classificada como descritiva, pois se propôs caracterizar as relações existentes entre o turismo e o desenvolvimento sustentável.

#### **3.3.1. Pesquisa Exploratória**

O objetivo da pesquisa exploratória é familiarizar o pesquisador com o problema estudado (Gil, 2002). Vergara (2004) recomenda a sua aplicação em áreas em que o conhecimento disponível é insuficiente ou não se apresenta sistematizado.

Quando o turismo é tomado como possibilidade única de desenvolvimento econômico local, autoridades, empresários e mesmo a comunidade esforçam-se para atrair outros empresários e investidores para alavancarem os empreendimentos turísticos de uma região, julgando com isto gerar receita e empregos. Nesse sentido, não há nenhum cuidado, ao menos na fase inicial, com o impacto eventualmente negativo que os empreendimentos possam trazer consigo para a região, não havendo, portanto, sistematização nos procedimentos. Por outro lado, o resultado das pesquisas acerca dos impactos do turismo sobre as dimensões do desenvolvimento sustentável e a literatura produzida a este respeito ainda não

conseguiram chegar a resultados satisfatórios. Pode-se mesmo afirmar que ainda não chegam a formar uma base científica estável a respeito do problema. Assim, não há mecanismos que permitam a mensuração segura do desenvolvimento relacionado à sustentabilidade de uma região, não havendo sequer consenso em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Em função desse caráter problemático que envolve a noção de desenvolvimento sustentável na literatura especializada, a pesquisa procurou percorrer tal literatura com o intuito de formar um balizamento conceitual que permitisse esclarecer e sistematizar os conhecimentos e teorizações existentes. Além desses estudos comparativos, foram realizadas entrevistas com atores cujos interesses e ações concentram-se no local em questão, de modo a permitir o conhecimento de sua prática e de seu entendimento em relação à problemática pesquisada. Este procedimento visou suprir a carência do material existente.

### **3.3.2. Pesquisa Descritiva**

Diante de um dado fenômeno, a pesquisa descritiva procura descrevê-lo de modo a permitir a caracterização de sua realidade, o seu conhecimento, sua classificação e sua interpretação, sem interferência ou modificação por parte do pesquisador. As pesquisas podem valer-se de diversos métodos de coleta de dados, dos quais destacam-se, para os fins da presente pesquisa, as entrevistas pessoais, entrevistas por telefone, entrevistas pela internet e observação.

A presente pesquisa optou por uma abordagem qualitativa, por julgar que tal procedimento permitia uma melhor compreensão do cotidiano e das práticas no campo pesquisado. Assim, a investigação teve lugar na Vila do Abraão, onde foram pesquisadas 25 pessoas, das quais 9 se dispuseram a gravar entrevistas. O grupo de entrevistados foi composto por moradores, empregados em empresas turísticas,

empresários, autoridades públicas, participantes de associações e organizações de caráter civil entre outros.

### **3.4. Quanto aos meios**

A pesquisa foi classificada, quanto aos meios, como bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso. Bibliográfica, porque fez levantamentos em livros, artigos, teses, internet e outras fontes acessíveis, tendo como objetivo a formação do referencial teórico. A pesquisa foi documental, pois teve como procedimento a coleta de informações em documentos disponibilizados por órgãos oficiais relacionados com o turismo e o meio ambiente. A pesquisa foi caracterizada como sendo de campo, visto que foram levantados dados no local de ocorrência. E, por fim, estudo de caso, pois estudou um fenômeno específico que se encontra em processo de desenvolvimento, atualizando conhecimentos a partir da exploração de situações reais relativas ao problema da pesquisa.

#### **3.4.1. Pesquisa Bibliográfica**

Segundo Gil, (2002), a pesquisa bibliográfica é feita com base em literatura já produzida, em livros e artigos científicos. Quanto a isto, a ênfase foi dada à literatura sobre turismo e desenvolvimento sustentável, com alguma literatura transversal que versa sobre crítica cultural. No que diz respeito ao turismo, organismos oficiais, nacionais e internacionais também serviram como fonte de dados. Já em relação ao desenvolvimento, levou-se em conta a literatura econômica, preferencialmente aquela que apresentasse ênfase no desenvolvimento sustentável.

Tendo em vista que a informação conceitual encontra-se em fontes dispersas, foi feita a revisão da literatura visando possibilitar a formação de repertório e balizamento conceitual amplo a respeito do fenômeno.

### **3.4.2. Pesquisa Documental**

A pesquisa documental "é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas" (Vergara, 2004, p.48). A pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica. A diferença reside no fato de que a pesquisa documental trabalha com fontes que ainda não receberam tratamento analítico (GIL, 2002).

Trabalhou-se com material ainda não divulgado pelos órgãos públicos, tais como atas e pautas de reuniões da Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande (AMHIG) e os ofícios que esta entidade tem remetido à Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, relatórios do projeto de desenvolvimento local levado a cabo pelo Sebrae/Senac - Rio de Janeiro e o Termo de Ajuste de Conduta de Ilha Grande, que regulamenta a ocupação espacial no local.

### **3.4.3. Pesquisa de Campo**

A pesquisa de campo realiza-se no local onde o fenômeno ocorreu ou ocorre. A pesquisa é feita em geral pela observação direta e através de entrevistas que procuram determinar as explicações e interpretações dadas pelos atores acerca do que acontece no local (GIL, 2002).

No presente trabalho, o local da pesquisa de campo foi a Vila do Abraão e suas áreas adjacentes e, secundariamente, Angra dos Reis. No período que vai de dezembro de 2004 até maio de 2006 foram feitas observações dos processos e entrevistas gravadas e não gravadas com os diferentes atores envolvidos, tais como pessoas empregadas no turismo, empresários, lideranças comunitárias, técnicos e funcionários públicos. Na mesma oportunidade foram tiradas fotografias de situações relevantes para a caracterização visual do problema estudado.

#### **3.4.4. Estudo de Caso**

O estudo de caso é o tipo de pesquisa qualitativa mais adequada para pesquisas exploratórias. Sua utilização é recomendada no estudo que tem por objeto eventos atuais ou contemporâneos em que os atores não podem ter seus comportamentos manipulados, ainda que se possam fazer observações diretas e entrevistas.

Na presente pesquisa, o estudo de caso foi utilizado para permitir a apreensão de como cada faixa dos participantes concebe o fenômeno em questão, de modo a possibilitar um exame esclarecedor do processo, determinando os fatores particulares ao caso que pudessem levar a uma mais plena compreensão do problema. Procurou-se, também, determinar as ligações causais entre as dimensões de sustentabilidade estudadas no plano da realidade vivencial dos atores, no local mesmo da ação.

#### **3.5. Universo e amostra**

O estudo de caso está circunscrito à Vila do Abraão, na medida em que esta localidade praticamente concentra todo o empreendimento turístico da Ilha Grande – segundo a Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande (AMHIG), das 125 pousadas existentes na Ilha Grande, 115 encontram-se no Abraão –, sendo também o local onde há maior concentração populacional – cerca de 65% da população total da Ilha, ficando o restante disperso em comunidades menores. Dentro desse limite geográfico e levado em conta que o objetivo da pesquisa é verificar se ocorre desenvolvimento sustentável pelos fluxos gerados pelo turismo na Ilha Grande, e tendo em vista que a Ilha Grande é um Distrito do Município de Angra dos Reis, o universo da pesquisa inclui todas as pessoas – físicas e jurídicas – que mantenham

interesse no desenvolvimento sustentável da Ilha Grande, que podem ser segmentadas da seguinte maneira: habitantes e nativos da Ilha Grande; representantes de associações, organizações não-governamentais e outros grupos representativos ou de classe; gestores públicos, autoridades e funcionários de órgãos públicos, autarquias e empresas em que a União, Estado ou municípios tenham controle direto ou indireto; empresários, direta ou indiretamente, relacionados com o turismo; empregados de empresas turísticas e de empresas relacionadas; turistas que visitam a Ilha Grande.

Os parâmetros que determinaram a escolha da amostra foram os seguintes: a acessibilidade e a tipicidade. Os moradores, nativos, empresários e empregados de empresas turísticas foram escolhidos pela acessibilidade. A escolha dos entrevistados foi feita em função da disponibilidade, em geral realizada nos locais onde operam. Os representantes de associações, organizações não-governamentais, entidades do terceiro setor, gestores e funcionários públicos foram determinados em função da tipicidade, ou seja, a escolha incidiu sobre elementos da população que foram considerados representativos.

Foram realizadas as seguintes entrevistas:

**Tabela n° 01: Entrevistas realizadas**

TIPO	QUANTIDADE				
	gravada	e-mail	internet	não gravada	Total
Nativos e habitantes	2	-	-	3	5
Representantes de ONG	-	-	-	1	1
Autoridades	1	-	1	-	2
Empresários	4	-	-	3	7
Empregados	2	-	-	3	5
Turistas	1	1	-	3	5
Total	11	1	1	12	25

### 3.6. Coleta e tratamento de dados

A presente pesquisa coletou seus dados por meio do seguinte:

#### a) Pesquisa bibliográfica

A coleta de dados foi realizada em livros, artigos científicos, teses e dissertações, periódicos científicos e Internet. Uma vez escolhido o tema, foi feito levantamento bibliográfico preliminar, de modo a permitir a formulação do problema e a delimitação da pesquisa. À medida que avançava, fez-se necessária a ampliação das fontes, de modo a possibilitar a formulação de respostas adequadas ao problema. A partir disso, foram utilizadas referências bibliográficas obtidas em artigos científicos, livros, teses e dissertações.

As leituras foram retomadas na fase de tratamento de dados. Nesta fase, as leituras tiveram como objetivo a seleção de material e a dedicação de atenção mais aprofundada a este material. Ao longo dessa fase e de fases posteriores, o material selecionado foi continuamente confrontado com o os encaminhamentos surgidos na pesquisa, a fim de proceder à verificação do cotejo entre a pesquisa e os dados extraídos do material bibliográfico. Só então foram recortados, organizados e sumarizados os tópicos considerados relevantes para a formação do referencial teórico. Deste ponto em diante, procurou-se estabelecer as relações existentes entre os diversos textos e material utilizados, determinando os seus pontos em comum e os seus pontos de divergência.

#### b) Pesquisa documental

Os dados foram coletados em documentos disponibilizados por órgãos públicos, comitês e associações que atuam na região pesquisada. Foram analisados documentos, tais como: Termo de Ajuste de Conduta de Ilha Grande, pautas e atas

de reuniões da Associação de Meios de Hospedagem da Ilha Grande e do projeto Unir e Vencer (Sebrae/Senac), bem como relatórios do projeto Unir e Vencer.

Posto que tais documentos ainda não haviam recebido qualquer tipo de análise, foi feita análise pormenorizada de seus conteúdos. A leitura inicial foi sumária, de modo a considerar a relevância do conteúdo. Uma vez reconhecida sua relevância, fez-se uma segunda leitura, de modo a identificar as qualificações subjetivas dos atores (nas atas e relatórios), bem como aquilo que porventura tivesse como intenção a minimização ou maximização de problemas. A partir daí, o material sofreu uma análise mais aprofundada e foi, simultaneamente, confrontado com o material proveniente da pesquisa bibliográfica.

#### c) Pesquisa de campo

A coleta de dados no campo foi feita através de entrevistas gravadas em fitas mini-cassete. As entrevistas deram-se individualmente e as questões foram estabelecidas anteriormente sob a forma de tópicos, adaptados previamente às características sociais e culturais do entrevistado. O objetivo foi fazer com que todos os entrevistados percorressem todos os aspectos das questões. A diferença fundamental nas entrevistas ficou, portanto, por conta de variações na formulação, de modo a tornar a questão adequada ao perfil sócio-cultural do entrevistado. Além disso, foram eventualmente incluídas questões sugeridas pela própria fala do entrevistado, que pareceram relevantes para a pesquisa e não tinham sido formuladas.

A opção pela entrevista, ao invés do questionário, deu-se em função de dois aspectos. O primeiro é que o nível intelectual de parte expressiva do público pesquisado não lhes permitiria a formulação de respostas que atendessem à demanda da pesquisa. O segundo aspecto é que a entrevista, à proporção que

avança, deixa o entrevistado mais à vontade para se alongar no tema, bem como permite a apreensão, por parte do pesquisador, de aspectos comportamentais e emocionais que interfiram no conteúdo de sua explanação.

As entrevistas gravadas o foram por autorização dos entrevistados. Foi feita uma entrevista por e-mail e uma por internet, em ambos os casos por circunstâncias que impossibilitaram os entrevistados de manterem contato pessoal com o pesquisador. Além disso, foram feitas entrevistas que não foram gravadas e, por isso, não foram utilizadas diretamente na formulação de resultados, mas que contribuiriam para a formação do quadro do local pesquisado.

Quanto à técnica, as entrevistas eram abertas solicitando-se ao entrevistado que explanasse sua visão do fenômeno turístico na Ilha Grande. Em seguida, as perguntas dirigiam-se ao campo de atuação do entrevistado ou à sua área de interesse. Por exemplo, para os moradores e nativos, eram feitas indagações acerca de empregos e da presença de pessoas estranhas em seus locais de moradia; já para empresários, empregados e trabalhadores do turismo, foram formuladas questões relativas, por exemplo, à sazonalidade. Algumas questões foram dirigidas a todos os grupos, como, por exemplo, aquelas questões relativas à infra-estrutura.

Uma vez feitas as entrevistas, seu conteúdo foi transcrito de maneira literal em texto com perguntas e respostas. O conteúdo das respostas foi classificado e recortado pelos grupos de assuntos, de acordo com a seguinte tabela, de modo a possibilitar a análise:

**Tabela nº 02: Análise das entrevistas**

<b>DIMENSÃO</b>	<b>LEGENDA</b>
<b>Sustentabilidade Econômica</b>	<b>A</b>
Origem do capital e retenção de receita	A.1
Especulação imobiliária	A.2

<b>DIMENSÃO</b>	<b>LEGENDA</b>
Geração de renda e arrecadação	A.3
Turismo como monoproduto	A.4
<b>Sustentabilidade Espacial</b>	<b>B</b>
Sobrecarga de infra-estrutura existente	B.1
Assentamentos humanos	B.2
Promoção da paisagem	B.3
Usos de áreas de lazer e sítios turísticos	B.4
<b>Sustentabilidade Cultural</b>	<b>C</b>
Aculturação e corrupção de valores	C.1
Ações racistas ou xenofóbicas	C.2
Atrações turísticas de produção local e autóctone	C.3
Padrões de construção	C.4
<b>Sustentabilidade Social</b>	<b>D</b>
Participação no planejamento	D.1
Geração de empregos e postos de trabalho	D.2
Sazonalidade	D.3
Prostituição, turismo sexual e violência	D.4
Declínio da auto-estima	D.5
Segregação e exclusão social	D.6
<b>Sustentabilidade Ambiental</b>	<b>E</b>
Consciência ecológica	E.1
Superprodução de lixo e esgoto	E.2
Poluição sonora	E.3
Uso adequado do solo	E.4
Uso excessivo dos recursos naturais	E.5
Coleta de vida selvagem	E.6
Estradas e trilhas em áreas naturais	E.7

Uma vez classificados, recortados e agrupados os conteúdos coletados, sua interpretação foi feita a partir da articulação dos resultados com a base teórica.

#### d) Estudo de caso

Quanto ao estudo de caso, primeiramente cabe ressaltar que foi observado rigorosamente o limite de abrangência do local pesquisado, ou seja, o desenvolvimento sustentável do turismo na Vila do Abraão. Quanto à coleta e

tratamento dos dados do estudo de caso, trata-se do que foi visto ao longo do presente capítulo.

### **3.7. Limitações do método**

Os dados, disponibilizados pelos órgãos públicos referentes aos indicadores básicos sobre a Ilha Grande (e que permitem a configuração das dimensões de sustentabilidade no turismo da Vila do Abraão), são lacunares e não são atualizados e catalogados. Por essa razão, parte das conclusões a que se poderia chegar ficou prejudicada, visto que não foi possível traçar uma linha de análise comparativa entre a situação *antes e depois*, em termos de desenvolvimento sustentável no local.

Pôde-se perceber, também, que as informações fornecidas pelos diferentes órgãos públicos apresentam desencontros. Por exemplo, a diferente orientação política de organismos de mesma finalidade, como os órgãos federais e estaduais de defesa de meio ambiente, cria eventualmente disparidades de abordagem e de procedimentos que, conclui-se, a articulação dos órgãos eliminaria, otimizando a ação de ambos. Isso dá aos relatórios e documentos oficiais um caráter que o confronto com a realidade revela ser meramente retórico e, portanto, sem efeito concreto, a não ser na esfera política. Tais fatos levaram à omissão de muito do que se encontrou na documentação pesquisada, optando-se pelo que o conjunto de procedimentos da pesquisa de campo revelou acerca da sustentabilidade do empreendimento turístico em geral na Vila do Abraão.

No presente capítulo, procurou-se demonstrar a metodologia e suas limitações. A pesquisa foi, outrossim, classificada quanto aos fins e quanto aos meios, bem como foi demonstrado o seu universo e o modo de composição da amostra. No capítulo que segue, consta o estudo de caso, onde serão apresentados os resultados da pesquisa.

## **4. CONTEXTUALIZAÇÃO**

Neste capítulo procura-se caracterizar a Ilha Grande, fazendo um percurso sumário pela sua história até os dias atuais. Ao longo do percurso, pretende-se, também, traçar o seu perfil geográfico.

### **4.1. A Ilha Grande**

Durante séculos de existência, a Ilha Grande teve como meios de sobrevivência atividades ligadas à agricultura e à pesca (comercial e de subsistência). Contudo, não se deve perder de vista que tais atividades, a partir do século XVIII, passaram a ser entremeadas com outras, tais como o tráfico de escravos, instituição para a quarentena de imigrantes e instituição penitenciária. Esta atividade (penitenciária) foi a última a ter lugar na Ilha antes do florescimento do turismo. Assim, a Ilha Grande era conhecida até pouco mais de uma década por abrigar um presídio de segurança máxima. Desde a desativação do presídio, a Ilha converteu-se em um destino turístico de prestígio crescente do Estado do Rio de Janeiro. A atividade turística na Ilha apóia-se na diversidade de sua paisagem e no traço singular de seu perfil geográfico, o que lhe proporciona o status de uma espécie de resumo sintético dos ecossistemas do litoral sul do Estado. Podem-se encontrar na Ilha exemplos dos seguintes ecossistemas: mangue, restinga, litoral rochoso (ou costão), lagoa e mata atlântica (ou mata de encosta) (Mello, 1997). Em função da incontestável importância de se preservar tal ambiente foram criados, em 1971, o Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), com 5.960 hectares – administrado pelo Instituto Estadual de Floresta (IEF); a Reserva Biológica da Praia Sul, com 3.600 hectares – de responsabilidade da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA); a Área de Proteção Ambiental dos Tamoios e o Parque

Estadual Marinho do Aventureiro. Dentro do mesmo espírito, foi instalado o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, da UERJ, no antigo presídio de Dois Rios.

Localizada no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, Distrito do Município de Angra dos Reis, a Ilha Grande apresenta uma superfície com área total de 193 km<sup>2</sup>, perímetro de aproximadamente 155 km, 16 km no sentido norte-sul e 29 km no sentido leste-oeste. Sua estrutura geológica, formada no período pré-Cambriano, apresenta relevo montanhoso – com picos máximos de 959 m (Pico do Papagaio) e de 1.031 m (Serra do Retiro) – e um contorno litorâneo variado, que se configura em praias, pontas, sacos, enseadas, lages, restingas e pequenas ilhas. O Abraão, principal acesso à Ilha, encontra-se a uma distância média de 20 km do continente (Angra dos Reis e Mangaratiba). A vegetação de mata atlântica recobre a maior parte da extensão de sua superfície (áreas altas e meia encosta), sendo os trechos restantes (área litorânea) formados por vegetação litorânea e manguezais. Além disso, a Ilha conta com um rico sistema hidrográfico, composto por diversos rios de pouca extensão e volume d'água, suficientes para formarem lagoas e abastecerem os locais de habitação. O clima é tropical, porém com temperaturas mais amenas do que os locais situados na mesma faixa. Isto se dá em função de sua posição, que favorece a recepção de ventos originários do quadrante sul, carregados de umidade, e por sua proximidade da serra do mar, no continente, o que provoca um alto índice pluviométrico (FEEMA, 1985. *apud* MELLO, 1997).

Segundo o censo demográfico realizado em 2000 pelo IBGE, a Ilha Grande possui uma população estimada de 4.400 habitantes, sendo a maior parte dessa população concentrada na Vila do Abraão (MPA, 2006) – que é o centro de convergência da Ilha, sendo a principal via de acesso e comportando a

concentração da maioria absoluta dos serviços e produtos essenciais para turistas e moradores.

#### **4.2. A Vila do Abraão**

A história da Vila do Abraão praticamente se confunde com a história da Ilha Grande, principalmente a partir da instalação do Lazareto em 1884. A Ilha teve como seus primeiros habitantes os índios tamoios e pouco depois de sua descoberta, em 6 de janeiro de 1502, passou a ser alvo freqüente de incursões de piratas e corsários, em função do perfil de sua orla – repleta de sacos e enseadas que permitiam aos navios permanecerem fundeados sem serem vistos – e de sua proximidade com o continente. Data de 1559 o início da ocupação do litoral sul do Estado do Rio de Janeiro e, de imediato, a atividade portuária funcionou como base para a formação e o desenvolvimento de pequenos povoados, no entorno da baía da Ilha Grande. Isto se deu graças às excelentes condições de fundeadouro da baía e à posição privilegiada para o escoamento de produtos provenientes das regiões de São Paulo e Minas Gerais. Este quadro se manteve relativamente estável ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, acompanhando os ciclos econômicos que tiveram lugar no Brasil durante o período colonial (Mello, 1997). Neste cenário, a Ilha Grande funcionava principalmente como alternativa para os produtos que saíam ou entravam ilegalmente, como a saída de ouro e prata e a entrada de escravos após o embargo inglês, que pôs fim ao comércio internacional. Ironicamente, a Ilha Grande, que veio a ser conhecida por abrigar presídios destinados a criminosos de alta periculosidade e a presos políticos, durante muito tempo teve práticas ilegais como suas principais atividades econômicas (Cypriano, 2001).

A região de Angra dos Reis sofreu um baque econômico quando perdeu o privilégio de funcionamento como entreposto para a produção do Vale do Paraíba,

que passou a ter linha direta com o porto do Rio de Janeiro, a partir de 1877, com o evento da ferrovia. A partir de então, os povoados em torno da baía experimentaram um vertiginoso declínio econômico. Entretanto, a despeito de seu papel como entreposto comercial, a pesca sempre se manteve como atividade econômica na região de Angra dos Reis, o mesmo se dando com a Ilha Grande. Apesar de a Ilha ter sido afetada pelos ciclos econômicos acima mencionados (chegando mesmo a ser palco de plantações de cana-de-açúcar e de café), as atividades que sustentaram tais ciclos nunca chegaram a ser uma tônica da economia local – havia uma usina de açúcar, na atual Praia da Julia e uma pequena fazenda de café conhecida como Fazenda do Holandês. A agricultura de subsistência, a pesca e o contrabando de escravos foram atividades econômicas mais constantes e significativas ao longo de três séculos, desde sua ocupação (MELLO, 1997).

Em 1884 foi construído o Lazareto, na antiga Fazenda do Holandês, que fora comprada pela Coroa. O Lazareto era uma instituição hospitalar que recebia para quarentena os ocupantes de navios afetados por doenças como o cólera. O Lazareto teve importante papel na vida do Abraão, pois demandava um conjunto de atividades com diversos ramos, tais como um aqueduto, lavanderia, estrutura de recepção, limpeza, manutenção, alimentação entre outros. Apesar da inegável importância econômica do Lazareto, a pesca continuou a ser a principal atividade para a maioria da população da Ilha. Graças à abundância de pescado, nas águas da baía, na virada do século XIX para o século XX, imigrantes gregos se estabeleceram na Ilha e montaram os primeiros estabelecimentos para a salga de sardinhas no Abraão (MELLO, 1997).

Já sob o domínio da república, no Governo Floriano Peixoto (1891-94), o presídio que existia em Fernando de Noronha foi transferido para o Lazareto, que

mudou de função, passando a ser utilizado como cárcere para presos políticos. No ano de 1902 entrou em funcionamento a Colônia Penal Candido Mendes, situada na Fazenda de Dois Rios, que veio a ser transformada em Instituto Penal Candido Mendes, no ano de 1941, com a construção de um complexo penitenciário (CYPRIANO, 2001). Tratava-se de um presídio agrícola, a sudeste do Abraão, que afetou de maneira decisiva os perfis econômico, político, social e cultural da Ilha durante as primeiras décadas do século XX, com derivações que se estenderam até praticamente o final do século. Na mesma época (virada do século XIX para o XX), dois antigos barracões de salga de sardinha foram transformados em fábricas, “Bela Pescadora” (depois “Iara”) e “Rubi”. No ano de 1961, o presídio do Lazareto foi desativado e destruído por determinação do então governador Carlos Lacerda, restando apenas as suas ruínas, que ainda hoje podem ser visitadas. Quanto às fábricas de sardinha, a primeira, Iara, durou pouco mais de uma década. Já a segunda, Rubi, só veio a ser fechada em 1970, em decorrência da escassez da sardinha na baía de Ilha Grande (MELLO, 1997).

No ano de 1971, foi criado o Parque Estadual da Ilha Grande, bem como as leis de proteção ambiental que se referem à preservação do patrimônio ecológico local. Foi quando começaram a correr os primeiros boatos acerca da desativação do presídio de Dois Rios e a região passou a ser considerada a partir do seu potencial turístico. Na esteira destes acontecimentos é que se verifica, ao longo dos anos 70, o surgimento do turismo na Vila do Abraão, com a abertura dos primeiros campings e das primeiras pousadas, bem como a ampliação dos pequenos negócios existentes – que atendiam à população local e aos visitantes dos presos – e a abertura de novos, com vistas ao atendimento do turismo que crescia gradativa e continuamente (MELLO, 1997).

Assim, o surgimento das primeiras pousadas e residências de veraneio no Abraão marcam o início de um novo fluxo de ocupação da Ilha Grande. As oportunidades surgidas a partir do turismo motivaram pequenos comerciantes da zona norte da cidade do Rio de Janeiro a mudarem com os seus negócios para o Abraão, inaugurando um processo que ainda não chegou à sua configuração mais plena (GUANZIROLI; *apud* MELLO, 1997). Porém, o que hoje se apresenta já permite a afirmação segura de que este novo ciclo é produto de profundas alterações na economia local, que levaram à definitiva substituição das bases agrícola e pesqueira, que sobreviveram durante vários séculos, por uma economia calcada no setor terciário.

Atualmente, o Abraão conta com os seguintes postos de prestação de serviços básicos para o morador e o turista: Posto de Saúde Eduardo Pereguinho, que presta serviços básicos e faz atendimento de emergência em casos de menor gravidade, os mais graves sendo encaminhados para o hospital de Angra dos Reis; uma sede da Defesa Civil; um posto de Bombeiros e Grupamento Marítimo – os postos da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros dão apoio ao posto de saúde nos atendimentos de emergência e fazem o traslado para o hospital de Angra dos Reis; um posto da Polícia Militar; posto da Polícia Florestal – responsável pela fiscalização das matas costeiras, do Parque Estadual da Ilha Grande, da Área de Proteção Ambiental dos Tamoios, da Reserva Biológica da Praia Sul e Leste e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro; um posto dos Correios; TELEMAR, companhia telefônica; AMPLA, companhia responsável pela distribuição de energia elétrica; a água consumida é captada na própria ilha, armazenada e distribuída pela Prefeitura Municipal; uma estação de tratamento de esgoto; Brigada Mirim Ecológica que juntamente com a Prefeitura Municipal fazem a coleta diária de lixo; uma escola,

Escola Municipal Brigadeiro Nóbrega, com classe de alfabetização, educação infantil e ensino fundamental; um mercado; duas padarias e uma banca de jornal. O acesso é feito por embarcações das Barcas S.A., por Mangaratiba e por Angra dos Reis.

## **5. RESULTADOS**

O presente capítulo apresenta a análise dos resultados obtidos na pesquisa de campo, considerando o desenvolvimento sustentável do turismo na Vila do Abraão.

### **5.1. O turismo na Ilha Grande e a situação do Abraão**

O turismo na Ilha Grande está estruturado em função dos atrativos naturais existentes no local. Com o declínio das antigas atividades econômicas e o crescimento da atividade turística, a economia passou a estar apoiada única e exclusivamente no setor terciário. Segundo inventário feito pelo grupo Melhores Práticas do Ecoturismo, do Funbio, a ilha possuía, em 2002, nove mil leitos que, operados de maneira competente, têm capacidade para hospedar mais de um milhão de pessoas por ano. Do mesmo modo os barcos, que são responsáveis pelo transporte entre O Abraão e o continente, têm capacidade para o traslado de até 1,5 milhão de pessoas, anualmente. Ainda com base nos dados desse inventário, o número de visitantes por ano é de 359 mil, dos quais 114 mil – menos da metade – pernoitam. O segundo número identifica o quantitativo efetivo de turistas, segundo os critérios da OMT – que reconhece como turista somente aquele visitante que pernoita pelo menos uma noite no local visitado (MPE, 2004).

O Abraão, na condição de porta de entrada da Ilha Grande, sofre o impacto dessa visitação mais profundamente do que o restante do local, na medida em que, segundo dados obtidos junto   Associa o de Meios de Hospedagem da Ilha Grande (AMHIG), esse contingente que não pernoita permanece preferencialmente no Abraão. O referido impacto   mais expressivo ainda quando se considera o fato de que a localidade não foi preparada para o turismo. Segundo dados obtidos junto

à Turisangra, existe um projeto de realização de um estudo de capacidade de carga da Ilha Grande, previsto para o segundo semestre de 2006. A partir dos resultados desse estudo é que se pretende definir um plano de medidas para limitar a entrada de visitantes, denominado Plano de Carga de Visitantes. Segundo o subprefeito da Ilha Grande, dentre as medidas pretendidas estão o investimento em infra-estrutura, de modo a adequá-la à carga determinada pelo estudo, e a cobrança de uma taxa de preservação ambiental como em Fernando de Noronha.

Um fato marcante é que, segundo a AMHIG e a Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande (AMAIG), a maioria dos empresários e a população local são favoráveis à limitação do número de turistas. A experiência acumulada, principalmente ao longo dos últimos dez anos, levou-os a perceber que a saída para o desenvolvimento do turismo na ilha não se encontra no quantitativo de turistas, mas no qualitativo, que implica a consideração das práticas turísticas a partir de uma perspectiva de sustentabilidade. Desse modo, as medidas de limitação anunciadas pela Prefeitura de Angra dos Reis contam com o apoio da população local de maneira geral. A mesma população, porém, vê a Prefeitura com desconfiança. Gilson Ribeiro, proprietário de restaurante e pousada no Abraão, afirma o seguinte:

...aqui nós temos dois problemas: desunião dos pousadeiros e abandono total da prefeitura, que promete tudo e não dá quase nada. A gente sabe que não representa muito em termos de votação. Mas isso aqui, eles tinham que ver que isso aqui é uma grande saída deles para o turismo de Angra, que está reduzido hoje em dia ao esquema de uns hotéis. Esses hotéis lá que certamente, inclusive, devem fazer pressão. Eu acho até que esse estudo sai, mas duvido que alguma coisa vai ser feita além de cobrar a tal da taxa, que no fim das contas não vai passar de um aumento de passagem.

O comentário de Gilson é um exemplo típico do que se ouve geralmente dos empresários e dos representantes de associações existentes no Abraão. Se por um lado, existe a compreensão por parte do ilhéu de que sua população representa pouco em relação à totalidade da população do Município – apenas cerca de 4% da

população total do Município de Angra dos Reis –, por outro lado ela requisita o reconhecimento por parte da Prefeitura de que o patrimônio ambiental da Ilha pode representar um trunfo turístico para Angra dos Reis, revertendo para o interesse da população total do Município. No mesmo comentário existe, ainda, a referência, que não deixa de ter relevância, à provável pressão dos *resorts* hoteleiros instalados no continente como, por exemplo, Hotel Portobelo, Blue Tree e Hotel do Frade, que têm interesse em manter os hóspedes dentro de seus limites, o que, sem dúvida, torna desinteressante o desenvolvimento da estrutura hospedeira da Ilha Grande.

Assim, é tônica entre os ilhéus, empresários e moradores em geral, bem como para maioria dos turistas (segundo estudo do Departamento de Engenharia Sanitária da UERJ, 78,3% dos turistas que freqüentam a Ilha são favoráveis à cobrança de taxa de preservação ambiental) o reconhecimento da necessidade da gestão sustentável do turismo da Ilha Grande, com a requisição de medidas mais enérgicas e urgentes no caso específico do Abraão que, por sua condição histórica e geográfica, acima referida, já apresenta, como será visto a seguir, problemas graves de sobrecarga de infra-estrutura com visibilidade plena para o turista, tais como transbordamento da estação de tratamento de esgoto, saturação do espaço e excesso de visitantes com perda da qualidade dos serviços.

## **5.2. Desenvolvimento e sustentabilidade em Vila do Abraão**

A noção de desenvolvimento sustentável parece para muitos, segundo Carvalho (2005, p. 94), “um jogo retórico de palavras que evidencia mais contradições do que a mudança de comportamento em relação aos modelos de desenvolvimento até então pautados na racionalidade econômica”. A noção mesma de racionalidade aplicada à economia precisa ser revista mediante, por exemplo, o quadro que se tem hoje da utilização dos recursos naturais não renováveis do

planeta. Pois não inutilizar, por exemplo, a água existente no planeta é assumir uma postura racional.

Por outro lado, para o Relatório Bruntland (que já foi considerado no segundo capítulo da presente dissertação), o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às demandas do presente sem comprometer as possibilidades de o futuro fazer o mesmo. O problema não é, portanto, de ser mais ou menos racional em relação à economia, mas de ser racional em relação à idéia mesma de desenvolvimento, dar-lhe um sentido mais amplo, que englobe as cinco dimensões propugnadas por Sachs (1993). Então, a medida de desenvolvimento passa a se reportar não mais ao aspecto econômico somente, mas à sustentabilidade do mundo, isto é, do planeta e das comunidades que nele vivem e que de certa forma o constituem.

Sem dúvida, a dimensão de sustentabilidade ambiental parece ter, no debate, uma posição primeira, na medida em que sem a manutenção das condições de vida no planeta, a discussão das outras dimensões fica sem sentido. Isto poderia sugerir o encaminhamento do início da abordagem, ora em curso, pela dimensão ambiental. No presente trabalho, far-se-á exatamente o inverso, ou seja, a dimensão de sustentabilidade ambiental encerrará o conjunto das dimensões estudadas no Abraão. Isto porque as outras dimensões formam barreiras para o entendimento humano, tanto no que diz respeito ao entendimento propriamente dito da importância da manutenção do planeta quanto no que diz respeito à adequação das práticas daquele que já chegou intelectualmente a tal entendimento. Assim, por exemplo, hábitos culturais dos indivíduos levam-nos a cometer atitudes antiecológicas, sem sequer se darem conta disto. Com efeito, quando considerados os próprios seres humanos em sua dinâmica no mundo real, as outras dimensões da sustentabilidade

aparecem de imediato com maior força. Dentre todas, no sistema em que se vive (o capitalismo), a econômica é a que estrutura as demais (MARX, 1982). Daí a opção de iniciar a apresentação que segue pela dimensão econômica.

Antes de prosseguir, faz-se necessária, ainda, uma última ressalva: as cinco dimensões designadas por Sachs relacionam-se de maneira muito íntima. Por exemplo, quando se considera o partido arquitetônico de um edifício, isto diz respeito tanto à dimensão espacial quanto à dimensão cultural, pois um partido arquitetônico tem implicações na infra-estrutura e no modo como a paisagem se estrutura, mas também constitui um traço quase tão importante quanto a língua, quando se caracteriza uma cultura. Exemplos deste tipo são diversos. Por isso, muito do material que segue comparecerá em mais de uma dimensão, naturalmente que apresentando mudança no enfoque, o que assegura a não redundância na apresentação e análise.

### **5.2.1. Sustentabilidade Econômica**

A dimensão econômica representa, segundo Sachs (1993), a alocação e gerenciamento de recursos, bem como a manutenção de fluxos de investimentos, tanto públicos quanto privados. Foram investigados os seguintes aspectos: a origem do capital, se a receita obtida com as práticas do turismo está sendo retida e como isto se dá, se há especulação imobiliária e quais os seus efeitos, que fatia o turismo representa como produto para a economia local, dentre outros.

#### **5.2.1.1. Origem do capital investido e retenção da receita**

Como já foi visto, ao longo de todo o século passado, a economia da Ilha Grande esteve apoiada fundamentalmente na pesca e no presídio, podendo-se afirmar que o segundo era o “carro-chefe”. O Abraão constituía o centro dessa

economia, na medida em que era lá que se localizava o maior núcleo populacional e com ele o pequeno comércio que atendia aos funcionários do presídio, visitantes dos presos, moradores e outros visitantes. Quando o presídio foi desativado, em 1994, o que restou da economia precedente foi a pesca, que já vivera o ponto culminante de seu declínio duas décadas antes do fim do presídio, com o fechamento da fábrica de sardinhas. Assim, pode-se afirmar que não havia capital disponível na Ilha para o investimento no início da atividade turística no Abraão.

Isso não significa, porém, que o antigo morador não tivesse participação no processo de formação do turismo. Teve, mas de maneira indireta. Segundo Roberto Pereira Alves – investigador aposentado da polícia civil, que serviu no presídio durante os anos 70, morador do Abraão há mais de trinta anos, atualmente gerente do restaurante Casarão –, os filhos da maioria dos funcionários do presídio, quando chegavam a uma determinada idade, saíam da Ilha Grande para estudar ou trabalhar. Destes, pouquíssimos voltavam a morar na Ilha. Passavam a morar e trabalhar fora de lá, principalmente em Angra dos Reis, Mangaratiba ou Rio de Janeiro e voltavam à Ilha na condição de visitantes. Quando o turismo deu os primeiros sinais, foram estes filhos da Ilha Grande que retornaram para investir o que havia ganho fora de lá no seu local de nascimento.

É o caso de Luiz Fernando Queiroz, cujo avô foi um dos gregos que imigraram para a Ilha, no princípio do século passado e o pai foi funcionário do presídio. Luiz Fernando, atualmente presidente da Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande (AMHIG) e proprietário da pousada e do restaurante Bossa Nova, nasceu na Ilha Grande e saiu de lá na adolescência, retornando mediante a possibilidade de investimento que o turismo lhe ofereceu. Ele revela que as primeiras “pousadas” eram quartos alugados nas casas dos moradores.

Conforme crescia o turismo, quartos passaram a ser construídos, no terreno das casas ou em um segundo andar, instaurando um princípio de desenvolvimento que Luiz Fernando chamou de “lógica do puxadinho”. Segundo informa Marco Antônio Barbosa – consultor do projeto Unir e Vencer (Sebrae/Senac) –, foi como surgiu a maior pousada do Abraão, pousada Juliana, cujo proprietário é um ex-agente penitenciário.

Um outro investidor foi o próprio turista. É o caso de Renato Marques da Mota, que foi proprietário de barco e de pousada, ex-presidente da Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande (AMAIG) e membro do Comitê de Defesa da Ilha Grande (CODIG), atualmente guia turístico especializado nas trilhas da Ilha Grande. Há 16 anos atrás, Renato, que residia no Rio de Janeiro, foi demitido de uma empresa estatal que sofreu processo de privatização. Freqüentador da Ilha Grande, na condição de turista, Renato, mediante sua percepção das oportunidades geradas pelo crescimento do turismo no local e o sonho de fugir da agitação urbana da cidade do Rio de Janeiro, resolveu investir sua indenização na compra de um barco e na construção de uma pousada no Abraão.

Existe, ainda, um terceiro tipo, mais recente, que são empresários de porte variado, nacionais e estrangeiros, que estão comprando pousadas, que não estão conseguindo honrar seus compromissos financeiros.

Portanto, o capital investido no turismo veio de fora da Ilha Grande, mesmo nos casos em que o investidor é nativo do local. Acrescente-se que o investidor mais típico é, em geral, constituído por pessoas que tiveram ou ainda têm uma vida fora e que viram a possibilidade de lá se instalarem através do investimento na atividade turística.

Segundo Luiz Fernando, presidente da AMHIG, a maioria dos investidores em meios de hospedagem é composta por pessoas que não são nascidas ou que não moravam na Ilha no início do turismo e esta desproporção vem crescendo. Fora, porém, do setor de meios de hospedagem, a presença de nativos é maciça nos negócios existentes no centro do Abraão, como atesta o seguinte depoimento de Renato Marques, guia turístico:

Começando ali da sorveteria, é de filha de nativo, ela nasceu por aqui. Aí você vem para o lado de cá, a loja Amazônia está alugada para um argentino, mas ela é de nativo. O Gilson do Casarão da Ilha e da Pousada Porto Abraão e o irmão dele, o Wilsinho são daqui, o pai deles é daqui, e o local onde fica o [restaurante] Casarão ele comprou de um nativo, da dona Mirtes. Do lado dele, o César [pousada Recreio da Praia] é daqui. Depois vem a Água Viva [pousada] que é daqui. A Bossa Nova [pousada] é de gente daqui. O Tabas [lanchonete e restaurante] é do Carlão e da mulher dele, ele é nascido na Ilha. Todos os pequenos estabelecimentos ali atrás da igreja são de nativos, o bar do Dudu, com os computadores, é de nativo. O dono da Pousada Juliana é nativo. Os donos de camping... Os negócios concentrados aqui no centro mesmo do Abraão são todos de nativos ou filhos de nativos.

Muitas pessoas, com as quais se conversou de maneira informal ao longo da pesquisa, revelaram encontrar-se em um período intermediário: ainda tendo uma vida no Rio ou outra cidade grande, aguardando resultados de seus empreendimentos no Abraão para completarem o processo de mudança para lá.

Este modo de investimento revela, porém, um problema. Pois a maioria dos investidores não vem do ramo de turismo. Por conta disso, certos problemas vão se formando e afetando negativamente a prática turística, principalmente no Abraão. Segundo Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, pousadas falidas por não terem sabido considerar a baixa temporada no seu plano de orçamento, expectativas de curto prazo que têm levado a um agressivo turismo de massa e a baixa qualidade dos serviços são alguns dos problemas decorrentes da “novidade” que a atividade turística representa para a maioria dos proprietários de meios de hospedagem.

Por outro lado, não existem formas de retenção da receita gerada pelo turismo na própria Ilha. O mercado existente no Abraão não tem porte para abastecer as pousadas e os restaurantes que se abastecem em Angra dos Reis. Segundo José Carlos MacCormick, proprietário da lanchonete Tabas, o que existe no Abraão não chega a ser suficiente para atender sequer à demanda dos moradores que mantêm a prática, desde os tempos do presídio, de fazer compras em Angra dos Reis. Isto inclusive está motivando José Carlos a transferir o capital que ainda mantém investido no Rio para o Abraão. O empresário pretende abrir uma padaria e um mercado. Acrescente-se, ainda, que o problema repete a mesma estrutura quando outros gêneros são considerados como o de materiais de construção, vestuário ou produtos de farmácia. O que existe na Ilha é caro e não apresenta variedade.

No caso da Ilha Grande, essa questão da ausência de formas de retenção do capital deve ser considerada sob, pelo menos, dois ângulos. O primeiro refere-se à produção agro-pecuária, que não se dá porque praticamente toda a Ilha encontra-se sob a condição de reserva ambiental, o que torna proibido o desenvolvimento de qualquer produção desse tipo. O segundo ângulo diz respeito a uma questão que será desenvolvida mais detidamente na dimensão cultural, que é o fato de até mesmo o artesanato à venda no Abraão vir de fora.

Além da ausência de formas que permitam o efeito multiplicador do turismo, existe, segundo Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, a questão de parte da receita ser drenada para fora do País, visto que existem proprietários de pousadas que “só permanecem na Ilha e no Brasil no período da alta temporada”, finda a qual eles retornam aos seus países de origem, levando consigo parte da receita.

### 5.2.1.2. Especulação imobiliária

O Abraão era um lugarejo cuja concentração imobiliária se dava na orla próxima ao cais, que constituía a área onde residiam os funcionários do presídio, os pequenos comerciantes locais e parte da população que vivia da pesca. A partir do evento do turismo e a decorrente especulação imobiliária, este quadro mudou, gerando a seguinte consequência dentre outras: interiorização da população nativa pela supervalorização dos terrenos e imóveis nas áreas mais próximas da praia.

Segundo o subprefeito da Ilha Grande, observa-se que desde o final do presídio, ocorreu uma crescente valorização das casas e terrenos no Abraão. Em função da valorização, os nativos que não tinham dinheiro para investir em atividades turísticas venderam seus imóveis próximos à praia – que foram comprados por investidores – e, segundo Renato Marques, compraram terrenos mais acima, em áreas distantes da praia e próximas da encosta. Isso tende a se tornar problemático, porque começa a se formar um conjunto de habitações amontoadas, que sobem desordenadamente pela encosta, em aglomerados que se ainda não podem ser chamados de favela, certamente constituem paisagens desagradáveis de se ver, tanto pela saturação e ausência de uma estética que seja minimamente planejada quanto pela existência de paredes sem embolso, arremates grosseiros ou inacabados etc. Além disso, a expansão para o interior da Ilha tem causando discussão acerca de se está ou não invadindo a área de preservação do parque. Quanto a isto, Renato Marques, que regularmente guia turistas pelas áreas de preservação, dá o seguinte depoimento:

... [o habitante de baixa renda] tem que cortar lá aquele pedaço de floresta para fazer a sua casinha onde der, e com os recursos mínimos que são, ele vai e joga o esgoto a céu aberto simplesmente porque ele não tem dinheiro para comprar um cano para fazer a fossa. O poder público não tem condições de impedir, porque também não vai botar dinheiro para esse cara morar direito”.

Entretanto, segundo o próprio Renato, falando na condição de membro do Codig, isto não chega, pelo menos por enquanto, a ser alarmante, apesar de exigir atenção dos órgãos competentes como o IEF e o IBAMA.

Já a faixa próxima à praia é ocupada preferencialmente por empreendimentos comerciais voltados para o turismo. São pousadas, restaurantes, bares, cafeterias, sorveterias, lojas, mercearia, padaria e agências de turismo, formando aglomerações que não apresentam o aspecto aparentado ao de favelas das habitações acima caracterizadas, mas certamente estão longe de se manterem coerentes à imagem de “paraíso ecológico” através da qual a Ilha Grande é vendida. Percebe-se de imediato a saturação do espaço, o que se agrava pelo descumprimento dos critérios estéticos para a urbanização (isto será considerado mais detidamente no tópico referente à dimensão espacial).

Assim, a especulação imobiliária no Abraão apresenta aspectos contraditórios. Se por um lado, ela constitui um benefício para o morador que teve o seu patrimônio valorizado; por outro lado, a mesma valorização restringe cada vez mais o empreendimento turístico a investidores fortes economicamente. Além disso, a especulação gerou um problema de ocupação desordenada – apesar da existência de regras de ocupação (previstas no Termo de Ajuste de Conduta) e da legislação referente à conservação ambiental – que a longo prazo põe em risco outras dimensões de sustentabilidade do empreendimento turístico local como a espacial e a ambiental.

### **5.2.1.3. O turismo como monoproduto**

Não existe nenhuma atividade econômica expressiva no local, a não ser aquelas relacionadas com o turismo. Como referido acima, a Ilha vem de dois tipos de atividade econômica: o presídio e a pesca. O presídio implicava toda uma

estrutura que empregava funcionários públicos (administração, manutenção, transporte e segurança), que gerava injeção de dinheiro pelo poder público, bem como implicava a existência de um comércio para atender tanto aos funcionários quanto aos visitantes dos presos que iam periódica e sistematicamente à Ilha. Além disso, havia um resíduo de atividade pesqueira. Com o fim do presídio, a atividade se voltou completamente para o turismo, fazendo regredir ainda mais a atividade pesqueira. Por outro lado, como visto no item relativo à origem do capital investido no Abraão, o fato de a totalidade da região interior da ilha encontrar-se sob regime de proteção ambiental impede o desenvolvimento de outras atividades econômicas, pelo menos aquelas mais tradicionais e imediatamente consideradas como as atividades agro-pecuárias.

A Prefeitura Municipal de Angra dos Reis vem estimulando a maricultura, mas as criações de mariscos e ostras existentes ainda são embrionárias e pôde-se perceber, na fala dos entrevistados e das pessoas com as quais se conversou ao longo da pesquisa de campo, certo desinteresse dos moradores do Abraão por essa atividade, em parte porque eles estão mais focados na atividade turística, em parte porque a maricultura consiste em uma iniciativa da Prefeitura de Angra dos Reis que não corresponde às expectativas locais, no que diz respeito à ação da Prefeitura, que seria no sentido de proporcionar maior infra-estrutura ao turismo.

Assim o turismo é monoproduto e, segundo Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, problemático

porque o turismo que existe lá é um turismo intensivo, de massa, que não é adequado para a Ilha Grande, principalmente em final de ano, carnaval e alguns feriados em que tem uma invasão de turistas que certamente gera sobrecarga. A coisa chega a tal ponto de seriedade, que no limite menos otimista, se não houver uma mudança no tipo de turismo que se está praticando aqui, o Abraão tende a virar uma espécie de Paquetá.

Um exemplo do efeito negativo desse excesso de turistas é, segundo Luiz Fernando, presidente da AMHIG, o volume de esgoto e de barcos na praia do Abraão que a tornou imprópria para banho. Quanto a isto, segundo a mesma fonte, a TV Globo divulgou, na semana anterior ao carnaval de 2006, a ocorrência de uma língua negra na praia do Abraão, gerando um problema sério de arrecadação, pois muitas pousadas não cumpriram as metas que os anos anteriores lhes haviam permitido estabelecerem.

Os proprietários de estabelecimentos comerciais no Abraão são, na maioria dos casos, empresários de turismo que vêm evoluindo junto com o desenvolvimento da própria atividade turística no local. Estes empresários ainda não chegaram a pensar plenamente os seus empreendimentos como um plano racional de negócio. Segundo Luiz Fernando, presidente da AMHIG, “a nossa população não estava preparada para receber turismo europeu, turismo de uma forma geral”. E acrescenta:

A gente está engatinhando, porque na verdade ninguém aqui é de turismo. É uma coisa de muito poucos anos. E todo mundo que veio para cá é... um era aposentado e queria uma forma de ganhar mais um trocado, outro gostava daqui e comprou uma casa e quando veio o turista, ele transformou a casa dele em pousada. Então na verdade, de turismo a gente entende muito pouco.

Existem hoje três tipos de empresários na Ilha: os que tiveram sua origem na Ilha Grande, saíram e voltaram, começando seus negócios com o “quartinho” que foi crescendo e se transformou em pousada, ou foi montado um bar que virou restaurante etc.

Um segundo tipo de empresário, que constitui uma parcela um pouco menor do perfil, já chegou à Ilha montando o negócio por inteiro, com um projeto unificado e um plano de negócio mais claramente definido, porém com um negócio pequeno, um modelo de pousada simples. Há, neste mesmo estilo, aqueles que já chegam

com uma estrutura mais sofisticada, com restaurante acoplado, com sauna e piscina, com uma decoração característica. Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, dá como exemplo deste tipo

a Ana, ex-presidenta da Associação dos Meios de Hospedagem, da Pousada Acoradouro que (...) chegou e plantou sua pousada com um projeto único. Um bom investimento e já desde o início com conceito bem demarcado, de cama e café, que é a pousada pequena, em que o hóspede é recebido pelo dono, que é também quem serve ou que acompanha o serviço etc.

O terceiro tipo, mais raro, constituído por empresários que já chegaram com um negócio plenamente estruturado, desde a venda de pacotes até meios próprios de transporte do turista.

Luiz Fernando, da AMHIG, resume a questão nos seguintes termos:

Tem aquele que era da Ilha e foi fazendo um puxadinho e crescendo, aquele outro que fez um investimento de médio porte, com um modelo de pousada rústica, e tem aqueles que vieram para cá e investiram em uma pousada bem estruturada em todos os sentidos. Esses três tipos de empresários são vizinhos e estão brigando por preço.

Este último aspecto da fala de Luiz Fernando demarca, também, uma tendência atual de segmentação do mercado turístico no Abraão, que indica tipos de turistas diferenciados conforme o nível do investimento e os níveis de flexibilização dos preços – um debate constante entre muitos proprietários de pousada no Abraão se dá em torno da negociação ou não dos preços. Helena, gerente da pousada Porto Abraão, por exemplo, diz que “até mesmo o turista estrangeiro, que antes não regateava preço, atualmente chega pedindo descontos e comparando preços”. Isso, segundo Helena, é produto do caráter das tendências existentes de modo geral no Abraão: existe o empresário que defende o “preço conforme a cara do turista” e o que defende o estabelecimento de um tarifário (não só no preço da hospedagem, mas no do transporte e de outros serviços), que se estabeleça em função do turista que seja considerado mais adequado ao projeto turístico da Ilha como um todo.

Existe, ainda, além dos três tipos de empreendimentos apontados acima, um quarto tipo, que é o empreendimento (pousadas, campings, bares e restaurantes) que não é legalizado. O próprio pesquisador hospedou-se em uma pousada de pequeno porte, bem montada, apresentando um serviço satisfatório e, quando foi pedida a nota fiscal no final da estadia, foi revelado que não era possível porque a pousada não era legalizada. Só então lhe foi revelado o fato de se tratar de um empreendimento completamente informal.

Quanto à qualidade dos investimentos turísticos, segundo Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, o quadro é o seguinte:

Existem alguns [empreendimentos] de excelente padrão. Pousadas com excelentes instalações, nada muito grande, apesar de já ter alguns casos de pousadas com piscina e sauna. Outros [empreendimentos] são completamente amadores, com estruturas formadas conforme o dinheiro vai entrando, gerando umas arquiteturas não muito recomendáveis, meio frankenstein, sem a consideração de aspectos funcionais, que vai se agravando conforme o monstro vai crescendo. Então o que se percebe é que se tem bons investimentos, com aporte bastante profissional, tocados por empresários experientes, planejando o futuro dos seus empreendimentos, e muita gente que se instalou simplesmente por se instalar, ou porque queria morar na Ilha e precisava de uma forma de ganho para estar lá ou porque se meteu em um tipo de negócio para o qual não estava preparado nem vivencialmente nem intelectualmente.

Quanto à mão-de-obra, o nativo não está incluído diretamente no serviço das pousadas e restaurantes salvo exceções. Mesmo nestes casos, preferencialmente em atividades mais simples, em que o contato com o turista seja mínimo como atividades de limpeza e cozinha. Pelo lado do empresário, ouve-se o discurso de que o nativo não gosta de trabalhar etc. Já pelo lado do nativo, o que se ouve é que os empresários trazem gente de fora (esta questão será retomada detidamente mais adiante, no capítulo referente à dimensão social). Há diferença na qualidade do serviço oferecido por profissionais de fora em relação aos que são originários da própria Ilha. Por exemplo, segundo Marcelo Fonseca – turista que frequenta a Ilha há cerca de vinte anos, morador da cidade do Rio de Janeiro, professor da

Universidade Candido Mendes – pode-se observar que em geral “o serviço nas escunas dos nativos, por exemplo, é muito inferior ao que é oferecido pelas escunas que são de pessoas de fora da Ilha”.

Os nativos estão principalmente focados em atividades como a de puxar o carroto com bagagens, produção e venda de doces na praça em frente à Igreja, atividades como faxineira, lavadeira e passadeira sem vínculos empregatícios, “guias” (entre aspas porque, muitas vezes, são guias despreparados) para caminhadas. Em grande parte, essa exclusão do nativo se deve ao seu despreparo para o exercício de atividades turísticas. Por seu turno, em geral os empresários não estão em nada interessados em dar formação aos nativos, de modo a incorporá-los aos empreendimentos, optando pela importação da mão-de-obra.

### **5.2.2. Sustentabilidade Espacial**

O desenvolvimento não planejado do turismo na Ilha Grande tem seus efeitos mais daninhos no Abraão, cuja infra-estrutura é sobrecarregada no período da alta estação. Além disso, o problema da interiorização dos nativos encaminha-se para a formação de agrupamentos residenciais que ainda não podem ser chamados de favelas, mas cuja evolução parece dirigir-se para este tipo de solução. Questões de menor monta como contradições entre o tratamento urbanístico da entrada do Abraão e a imagem de “paraíso ecológico”, através da qual a Ilha Grande é vendida, também contribuem, como será visto a seguir, para a afirmação de que a sustentabilidade espacial no Abraão encontra-se comprometida.

#### **5.2.2.1. Sobrecarga da infra-estrutura existente**

Existe, segundo todos os empresários e moradores entrevistados, certo desinteresse por parte da Prefeitura de Angra dos Reis em relação à Ilha Grande. A

seguinte observação de Renato Marques, guia turístico, dimensiona a questão desse desinteresse não só em relação à Ilha Grande, mas em relação ao modo como vem sendo gerido o turismo em geral no Município:

Angra dos Reis se deixou levar pelo dinheiro fácil. E quê que é o dinheiro fácil na política de Angra dos Reis? São os *royalts* da usina nuclear, dos terminais de petróleo. Então, ela trouxe para o distrito dela esses grandes empreendimentos, mas isso é uma coisa que vai destruindo a capacidade turística do lugar. (...) você tem que trabalhar o turismo porque a longo prazo o turismo dá muito mais dinheiro do que esses *royalts*. Só que é uma coisa de longo prazo. Não vai acontecer dentro do mandato do prefeito A ou do prefeito B. Isso remete não só ao problema da infra-estrutura do Abraão, mas também a essa coisa de não ter apoio na baixa temporada, não ter curso para preparar não só a população de baixa renda para trabalhar no turismo, mas também para preparar o empresário. Mesmo em relação ao turismo em outros locais de Angra, a coisa fica restrita aos esquemas de grandes grupos hoteleiros, para quem é melhor que entrono não aconteça mesmo [para que os hóspedes utilizem ao máximo o que é oferecido dentro dos limites do complexo de hospedagem].

Por outro lado, os mesmos entrevistados não têm dúvida de que quase todos os problemas de infra-estrutura também estão relacionados, em diferentes graus, ao turismo intensivo que marca a alta temporada na Ilha Grande. Segundo Luiz Fernando, presidente da AMHIG, além das 115 pousadas existentes no Abraão, também existem “quartinhos que, se postos na ponta do lápis, representam cerca de mais 20 pousadas” e acrescenta o seguinte:

Praticamente a gente trabalha aqui com seis mil pessoas em média [por dia] no verão (...) e a gente não tem uma estrutura para suportar essa carga. A prefeitura fala que a nossa carga de esgoto aqui é para 7.500 pessoas e a gente acha que não é. Pela prática, nós achamos que o que dá sem problema são cerca de 3.500 pessoas, tanto é que tem os extravasores dela [da estação de tratamento de esgoto] aqui nos rios. Então quando chega no ponto que explode, vai para os rios. (...) Verificou-se que a Ilha Grande tem um sistema de esgoto interessante, moderno, sendo que com as tubulações mínimas, que não comporta o volume que entra. Além disso, nós temos os nossos emissários ali perto do primeiro cais [cais mais novo] e ele está muito próximo, está a 800 metros e às vezes estoura ali na frente mesmo e fica um horror, a qualidade da água vai para o brejo.

A passagem acima termina por apresentar o problema da coleta do esgoto e seu tratamento. Este problema será considerado mais detidamente na dimensão ambiental. Por ora, basta destacar que o problema se encontra na estrutura e na

capacidade da rede e da estação de tratamento do esgoto do Abraão, bem como no emissário submarino que fica muito próximo da praia. Neste ponto cabe ainda notar que o despejo de esgoto na praia do Abraão já proporcionou problemas de arrecadação para as pousadas – a divulgação, pelo noticiário da TV Globo, da existência de língua negra na praia do Abraão, como já foi considerado acima. A repercussão disso foi que, segundo Luiz Fernando, presidente da AMHIG, muitas pousadas não conseguiram fechar suas respectivas metas de arrecadação, chegando mesmo a haver vaga para hospedagem ao longo de todos os dias do carnaval, um fato inédito nos últimos seis anos.

Em relação à energia elétrica, o quadro não é muito diferente. A empresa responsável pelo fornecimento é a AMPLA. A energia chega à Ilha por um cabo subaquático, a partir de Angra dos Reis, e chega ao Abraão por cabo aéreo através da floresta. Como este último não é subterrâneo exige manutenção constante, pois o vento e a floresta freqüentemente danificam-no. A causa dos problemas é a queda de árvores e de troncos sobre o cabo. Além disso, deveria haver um trabalho preventivo de podas constantes, que não há. Segundo Renato Marques, guia turístico, isto se deve a dois fatores: primeiro, o descaso da AMPLA, “que simplesmente não faz a manutenção”, optando pelos consertos emergenciais e o segundo fator diz respeito às dificuldades impostas pelos grupos e instituições responsáveis pela preservação da floresta, dificuldades que o entrevistado qualificou como sendo de caráter político e burocrático. Além dos danos causados pela floresta, o vento que costuma ser muito forte na Ilha, freqüentemente rompe o cabo. Segundo José Carlos, da lanchonete Tebas, “a tempestade quando entra aqui é uma tremenda ventania. (...) Então o cabo, que é aéreo, fica prejudicado”. A fala de

Eliete da Silva Correia, sócia da pousada e restaurante Recreio da Praia, resume o problema:

A AMPLA não faz manutenção nos cabos que cortam por dentro da mata e nem aqui [no Abraão]. Não se vê ninguém trocando, por exemplo, os braços dos postes ou verificando os transformadores. Eles só vêm quando tem um problema. Deu um problema, eles vêm. Mas aí já era. Já teve ocasião da gente ficar mais de 12 horas sem luz. Por isso, aqui, a maioria das pessoas [que tem pousada] tem gerador.

Além das questões relacionadas ao transporte de energia, a eletricidade apresenta problema na qualidade da corrente. É também Eliete Correia que apresenta o problema nos seguintes termos:

Ultimamente a luz tem dado umas oscilações (...). Só nessa baixa temporada [relativa ao primeiro semestre de 2006] nós levamos três televisões para concertar, estamos com um ar condicionado queimado e isso ainda gera problema no esgoto, porque, por exemplo, nós estamos mais baixo que a estação de tratamento, então precisa de uma bomba para levar o esgoto. Quando a luz falta, tem retorno e aí o que acontece é que ou vem para o nosso ralo ou cai no extravasor. O problema é do esgoto? Não, o problema maior é da luz.

Quanto à água, ela é obtida nos mananciais existentes na própria Ilha Grande. Apesar de ser, segundo o subprefeito, uma água de boa qualidade, existe um problema que, segundo José Carlos, da lanchonete Tabas, é o seguinte:

O problema é que a nossa água aqui não é tratada, todo mundo sabe disso. (...) Então o que acontece é que (...) a água que não é tratada, com o verão instalado, lógico que as bactérias vão se reproduzir, as mesmas que não procriam agora [no inverno] com a água gelada (...). Esse ano [2006] no verão minha filha mesmo teve diarreia e febre. Teve também vários turistas com os mesmos sintomas. Eu sei, porque quando eu levei a minha filha no posto, o médico que atendeu ela me falou que tinha muito turista indo embora com piriri.

Por outro lado, existe um posto de saúde capacitado para o atendimento de casos como os descritos acima. Roberto Alves, gerente do restaurante Casarão, utiliza os serviços do posto juntamente com sua esposa e filha e o tem em alta conta, sendo sua opinião a seguinte: “o posto aqui é muito bom em comparação, por exemplo, com o que existe de saúde pública em Angra dos Reis e no Rio”. Segundo Renato Marques, guia turístico, que foi presidente da AMAIG, o posto é

razoavelmente equipado e faz atendimentos de emergência e ambulatoriais satisfatórios. Os atendimentos de casos mais graves, emergenciais ou não, são encaminhados para o hospital de Angra dos Reis e o responsável pelo traslado dos pacientes é o Corpo de Bombeiros.

Em relação à segurança, existia até pouco tempo uma prática da polícia militar, remanescente do período em que funcionava o presídio, que era a de revistar aleatoriamente alguns turistas logo que desembarcavam no Abraão. Segundo Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, geralmente o turista abordado era aquele mais jovem que viajava sozinho e ia para lá com o intuito de acampar. A intenção, segundo Roberto Alves, gerente do restaurante Casarão e ex-investigador da polícia civil, era coibir a entrada de substâncias tóxicas, tais como maconha, cocaína e lança-perfume. Além de ser uma atitude arbitrária, isto criava tumulto no desembarque, de tal maneira que tal prática foi abolida, apesar de ainda existirem pessoas que sejam a favor de seu retorno.

Por outro lado, passaram a ocorrer furtos de objetos de turistas e de moradores. Georgina, funcionária da pousada Porto Abraão e nascida na Ilha, contou que sua “bicicleta foi roubada aqui em frente [à pousada em que trabalha]. Eu fui ao DPO, mas eles não encontraram nada. Quem viu a bicicleta foi um amigo meu, que pegou ela (...) na hora e me trouxe ela de volta”. Quanto à autoria dos furtos, geralmente são atribuídos a pessoas de fora. É esta a opinião de Roberto Alves, gerente do restaurante Casarão e ex-investigador da polícia civil. Esses pequenos furtos foram indicados como sendo os únicos problemas sérios em relação à segurança no local, onde não há registro de problemas com armas de fogo, tráfico, estupro ou seqüestro.

O transporte para o Abraão é feito principalmente pela companhia das Barcas S.A., com duas linhas diárias, Mangaratiba-Abraão-Mangaratiba e de Abraão-Angra dos Reis-Abraão, feitas pela mesma embarcação. Segundo Marcelo Fonseca, turista, “a barca é um pouco desconfortável, principalmente quando a gente está indo para a Ilha, porque quase sempre ela vai cheia de coisas, de caixotes, objetos, eletrodomésticos e coisas assim”. Representantes das Barcas S.A. informaram, porém, que a empresa não pode fazer nada a respeito. Mesmo a barca extra que corria em vésperas de feriados, a empresa está proibida de disponibilizar, ficando restrita às linhas fixas por determinação da Prefeitura de Angra dos Reis.

Quanto aos estabelecimentos responsáveis pela hospedagem, segundo Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, existe variedade excessiva de oferta, sendo a seguinte sua opinião:

Existe pousada para todos os gostos, desde quartinho sem banheiro em casa de família, até coisa bem sofisticada. Mas na média, a gente pode dizer que o serviço é insatisfatório, pouco profissional. Em ordem crescente, pode-se dizer que o atendimento é ponto mais fraco, depois passa para as instalações, o conforto e a alimentação na pousada, o tal café da manhã que elas oferecem.

A variedade de ofertas é proporcional à variedade e ao quantitativo de turistas circulando pelo Abraão na alta temporada. Do ponto de vista de Marco Antônio, de Luiz Fernando, presidente da AMHIG, e de Renato Marques, guia turístico, essa variedade traz com ela um turista que usa os recursos locais, contribui para saturação da infra-estrutura e na sua maioria, segundo Luiz Fernando, não chega a gastar R\$ 50 por dia. Pôde-se perceber ao longo da pesquisa de campo que está se formando entre os empresários e os gerentes – tanto de pousadas quanto de restaurantes – uma mentalidade refratária ao turismo de massa, por estarem percebendo na prática que o turismo intensivo apresenta uma relação custo-

benefício desfavorável quando se considera a manutenção do turismo a longo prazo, especialmente na Vila do Abraão.

#### **5.2.2.2. Assentamentos humanos**

A tendência na ocupação é o estabelecimento dos empreendimentos turísticos (pousadas, bares, restaurantes e lojas) na faixa próxima à praia e a interiorização dos nativos e moradores. Não existe um plano diretor para a Ilha Grande. Existe, segundo o subprefeito, um Termo de Ajuste de Conduta, assinado pela Prefeitura de Angra dos Reis junto ao Ministério do Meio Ambiente e aos órgãos voltados para a questão ambiental. O Termo de Conduta tem por finalidade o ordenamento do crescimento na Ilha, no qual se prevê um limite de dois andares para construção, um sistema de cotas que determina relações proporcionais entre espaço construído e não construído conforme a área de localização do terreno e do número de pavimentos da construção, bem como a determinação de limites geográficos para a construção de estabelecimentos com finalidade comercial e de habitação.

Retomando a questão introduzida anteriormente acerca da interiorização dos nativos – e a tendência à formação senão de favelas, ao menos de uma estética semelhante à estética destas –, existe uma agravante, que são os emigrantes, principalmente nordestinos, que chegaram à Ilha Grande em busca dos empregos que o turismo gerou. O preço dos aluguéis no Abraão é muito alto para os empregados que ganham em média R\$ 500. Isto os leva a viverem de tal modo que acabam por formar grupamentos ainda mais precários do que os referidos acima. Segundo Luiz Fernando, presidente da AMHIG, os antigos moradores tinham uma prática de onde deriva a atual problemática:

Em um mesmo terreno tinha a casa. O filho cresceu, casou, fez a casinha no fundo e tudo mais. Com a vinda desse pessoal [os trabalhadores de outros estados] para cá, essa casinha que era do filho, o filho voltou para casa e a casinha ficou para esse pessoal. Só que às vezes, num quarto moram seis, oito pessoas. (...) Isso porque é muito caro. Aqui, um quarto com banheiro é quinhentos reais. Quarto mesmo. Não é quarto, cozinha... é quarto com banheiro. Aí o cara coloca um fogareirozinho lá e faz alguma coisa para ele comer. E às vezes é família, com filho pequeno. Tinha uma senhora que trabalhava aqui que era ela, o esposo, quatro filhos e dois netos, oito pessoas num "flat", vamos dizer assim, de uns quinze metros quadrados.

Além dos nativos e dos emigrantes, existem pousadas construídas em áreas voltadas para o lado da encosta, que procuram se situar fora da movimentação do centro do Abraão, oferecendo o relativo isolamento e a proximidade da mata como diferencial. O problema, segundo Renato Marques, guia turístico, é que tais empreendimentos, juntamente com algumas construções residenciais, "estão próximos demais da área de conservação do parque, com alguns casos que já forçam o limite determinado por lei e a fiscalização é muito precária".

Por outro lado, existem tentativas de avanço para o limite das águas, que até o presente foram frustradas pela fiscalização, que é facilitada nesses casos graças à maior visibilidade dos empreendimentos se comparados aos casos próximos à encosta. É o caso de uma obra, no final da praia do Abraão, em direção à praia da Julia, em que uma construção foi embargada porque estava sendo feita sobre as pedras que avançam para o mar. Isso não quer dizer, porém, que não haja problema na faixa litorânea. Caso a prefeitura resolvesse, por exemplo, construir uma rua em certos trechos da orla do Abraão, ela não conseguiria fazê-lo sem invadir a faixa de areia, pois as pousadas avançam até o limite máximo antes de começar a referida faixa, especialmente no trecho que se localiza além da antiga fábrica de sardinha, em sentido contrário ao do cais.

### 5.2.2.3. Promoção da paisagem

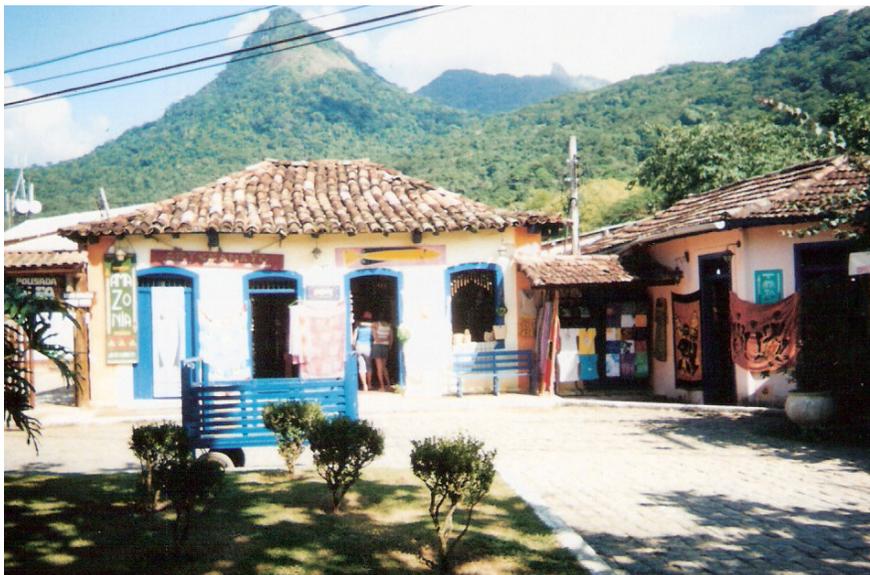
A paisagem natural é um item fundamental no turismo da Ilha Grande, que se vende através da imagem de “paraíso ecológico”. Neste aspecto existe certa dissonância entre o discurso de caráter publicitário que promove o local, que procura criar uma expectativa relacionada ao ecoturismo, e algumas práticas que se dão no dia-a-dia do turismo da Ilha. Assim, existem turistas que buscam a referida imagem. Porém, não há cuidado com essa imagem na Vila do Abraão. Por exemplo, quando se chega ao Abraão, divisa-se da barca um pequeno grupamento de construções de pequeno porte à beira mar, emoldurado por um monumental exemplar de mata atlântica. Quando se desembarca, porém, o visitante defronta-se de imediato com dois cafés, um em frente ao outro, com uma arquitetura de vidro e aço que produz um sentimento contraditório ao que se teve na vista, a partir da barca. Quando se vai caminhando para a praça central, onde se encontra uma pequena igreja, o caminhante encontra dois edifícios, um mais antigo – com portas e janelas de madeira e apresentando um partido construtivo que mesmo o olhar não especializado identifica como sendo originário do passado da ilha –, ao lado de um outro, de dois andares, com uma fachada ampla, mais arrogante que o primeiro, cujas portas, em número de oito, são de aço, comuns em qualquer loja de subúrbio, como se pode observar na segunda das duas fotos abaixo.

O aspecto que Renato Marques, guia turístico, destaca a seguir resume o problema:

Porque é o seguinte, o atrativo natural ele é esgotado e as pessoas, acho que não só aqui na Ilha, não se dão conta disso. E aqui isso é mais importante ainda, porque o que interessa o turista aqui é o atrativo natural. Olha só o exemplo geral das pousadas. As pousadas se preocuparam muito em requintar o seu ambiente. Só que a Ilha Grande não tem esse perfil. (...) O que funciona aqui é uma pousada mais rústica – que não é sinônimo de sem conforto. E eu digo isso pelo meu contato com o turista em três níveis, porque eu já tive pousada, já tive barco e hoje em dia faço guia em

caminhadas. É importante dizer que é o turista que gosta dessa atividade [ecológica] que é a principal aqui, ele me diz isso. O que (...) se vende da Ilha Grande é uma ilha com noventa e nove vírgula nove por cento de mata atlântica, com cachoeiras, praias belíssimas, caminhadas, trilhas. Aí você chega lá e tem uma pousada igualzinha as que se encontram em todo lugar.

**Fotografia nº 1: fachada original da Vila do Abraão**



**Fotografia nº 2: fachada recente com portas de aço**



Tal contradição se repete no incentivo ao turismo intensivo, que torna freqüente a presença no Abraão de turistas e de visitantes que são relativamente indiferentes ao ecoturismo. Na opinião de Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, há um conceito no material promocional e outro na orientação da prática em geral. Isto não tem, segundo o mesmo entrevistado, uma autoria determinada, ou seja, não são os donos de pousada, ou os donos de restaurante, ou os barqueiros, ou qualquer outro segmento produtivo que geram a contradição, mas um equívoco gerado pela coletividade, incluindo-se aí aqueles grupos recém-chegados à Ilha e que apresentam um aporte mais profissional em relação ao turismo. Cada grupo apresenta motivos diferentes que os leva a contribuir para tal equívoco, podendo ser sublinhados os seguintes motivos comuns: a visão de curto prazo, a não percepção das implicações de ter como diferencial turístico o patrimônio ambiental, a ausência de uma administração – tanto pública quanto da sociedade civil – que esteja de fato preocupada com a gestão sustentável do turismo na Ilha, principalmente no que diz respeito ao Abraão.

Assim, pode-se dizer que há um descompasso entre a imagem que Ilha Grande vende e parte do público que freqüenta o Abraão. Por exemplo, no carnaval existe um fluxo de turistas que vão para a Ilha para “pular” o carnaval e não se deslocam do centro do Abraão sequer para o menor dos passeios. Segundo Gilson Ribeiro, proprietário do restaurante Casarão e da pousada Porto Abraão, trata-se de “um turista que quer acampar em local impróprio, que suja as ruas, que faz poluição sonora e que não gasta”. Para a quase totalidade dos entrevistados, a solução deve ser análoga à que se dá em Fernando de Noronha: controle de entrada, tanto do quantitativo de turistas quanto do seu qualitativo.

Esse quadro se deve, em parte, ao modo como o turismo foi se desenvolvendo no Abraão e ao tempo de prática turística no local, bem como a certo amadorismo, considerado acima, quando se tratou do turismo como monoproduto. Segundo Luiz Fernando, presidente da AMHIG, ainda é muito próximo na lembrança e na prática do morador do Abraão (alguns que hoje são donos de pousadas ou de pequenos bares e restaurantes), o tempo em que o visitante chegava e não queria nada mais que um espaço qualquer para acampar, ou um quartinho simples onde se alojar, um “prato feito” para a refeição, praia, cerveja acima da temperatura ideal, fogueira na beira da praia, música improvisada e pronto. É a mudança definitiva dessa realidade que ainda é renegada em certas práticas “hospitaleiras”, ou no desejo que muitos moradores manifestam de retorno do presídio para a Ilha Grande.

O *Convention and Visitors Bureau* (CVB) é hoje a principal entidade que cuida da imagem turística da Ilha grande. As atividades dessa entidade na Ilha serão consideradas mais adiante. Neste ponto, basta ressaltar que a ação do CVB reincide no mesmo tipo de contradição entre imagem e público que acaba de ser configurada e que, como ficou evidente, afeta negativamente a sustentabilidade do turismo no local.

### **5.2.3. Sustentabilidade Cultural**

O turismo é tido, pela maioria dos autores, como grande inimigo da cultura local. Festividades, modo de falar, vocabulário, vestuário e comportamento são alguns dos traços culturais modificados pelo contato da população local com os turistas. Existem autores que o julgam negativo, mesmo nos casos em que se mantém algum elemento tradicional, na medida em que os objetos deixam de ser produzidos em função daquilo que representam para a comunidade para se converterem em meras mercadorias. Este aspecto da questão não está fechado e é

pauta de debate para as teorias que se aproximam das questões da cultura, a partir de seus diversificados vieses.

### **5.2.3.1. Aculturação e corrupção dos valores**

Referindo-se ao problema da aculturação, Luiz Fernando, presidente da AMHIG, afirma que o desenvolvimento repentino do turismo acarretou impactos culturais problemáticos para o antigo morador da Ilha. Ele diz que o despreparo da população para receber os turistas em geral e os europeus em particular gerou problemas pelo seguinte:

Era uma sociedade praticamente de guardas de presídio (...) – o meu pai era guarda de presídio – ou pescadores. Então começou, desencadeou uma série de situações muito complicadas, a filha desses pescadores, os filhos desses pescadores, quem vinha da Europa, como é que se deu essa junção de mentalidades tão diferentes. Então houve muitas coisas. Houve uma corrida para o alcoolismo [por] via dos visitantes que iam para os bares, se divertindo e a bebida que eles [os moradores] poderiam alcançar era a cachaça. Ele até se enturmava com o turista e bebia uma coisinha melhor, mas quando ele ia embora o cara caía na cachaça. Tem também a coisa de que ele só via o turista quando ele estava se divertindo, não via o turista trabalhando. Ele não vê isso e não teve ninguém para dizer isso para ele, para explicar para ele que esse cara trabalha para burro.

Existe um problema de valor que decorre da situação narrada por Luiz Fernando. O nativo convive com o turista na alta temporada, bebe com ele, se diverte, eventualmente namora etc. Quando, porém, este turista vai embora, o nativo fica sem as condições de reprodução daquilo que houvera vivenciado junto com o turista, agravando um problema que por si só já se apresenta em todo tipo de comunidade, que é o alcoolismo. Cria-se um valor hedonístico, pois a impressão que fica para o nativo é de que a “vida é só lazer”. Do ponto de vista cultural, o que se ressalta é que o nativo não encontra mais condições de retornar impunemente para o tipo de vida que ele tinha, instaurando-se uma grave crise de identidade.

Ainda segundo Luiz Fernando, a Associação de Meios de Hospedagem, da qual ele é presidente, vem buscando “resgatar a parte cultural da Ilha, (...) conhecer

o nativo da Ilha Grande. Nós tínhamos algum artesanato ligado à cultura pesqueira, mas com a vinda do turismo acabou tudo. O pessoal só vive para trabalhar para o turismo”.

O nativo vem de um tipo de cultura pesqueira, de pequenos serviços, pequenos biscates e entra em uma cultura de trabalho turístico, para a qual ele está totalmente despreparado. Este despreparo agrava-se por dois aspectos. Primeiro, o nativo resiste à incorporação como trabalhador assalariado pelo sistema turístico porque ele sente a terra como sua e que está sendo invadida. Daí certa resistência aos empregos formais e a preferência por trabalhar em qualquer atividade na qual “não se tenha patrão”, tais como carreteiro, barqueiro ou guia. O segundo aspecto apontado acima se refere ao primeiro momento de desenvolvimento do turismo. O nativo manteve uma relação informal e de entrosamento com os primeiros visitantes da Ilha, ainda no tempo do presídio. De tal maneira que ele resiste à idéia de que deva “trabalhar enquanto os outros se divertem”. O nativo quer participar das atividades que se formam em função do turista na mesma qualidade que o turista. Assim, ele prefere, por exemplo, tocar violão à noite do que trabalhar de garçom. Marcelo Fonseca, turista que freqüenta a Ilha há mais de 20 anos, diz o seguinte:

No princípio quando a gente vinha para cá, a gente se entrosava com os nativos. Bebia junto, tocava, cantava, namorava. Eu mesmo cheguei a namorar uma prima do Fernando da Bossa Nova. Acampava no terreno das pessoas, que deixavam e não cobravam nada. Teve ocasião em que a gente até comia de graça. Era uma coisa de uma hospitalidade desinteressada, ou melhor, era interessada sim, mas era interesse em se dar com a gente, em namorar a gente, essas coisas.

Os resíduos de hábitos adquiridos no período de formação do turismo não se restringem apenas à população mais simples, chegando mesmo a afetar os empresários, proprietários de pousadas e restaurantes. Um exemplo da incompreensão de uma característica chave da atividade turística, que é a de estar

trabalhando enquanto o turista está se divertindo, pode ser aferido no que Luiz Fernando, presidente da AMHIG, narra a seguir:

No primeiro dia de janeiro você não tem comida, porque a maioria dos restaurantes não abre. Eles também se dão o direito de festejar o início do ano. Então às vezes a gente fica com isso aqui [o restaurante da pousada] lotado e mais fila de espera.

Com a saída do presídio, ou ainda antes, com o presídio ainda lá, a atividade turística já dava sinais de surgimento, abrindo uma perspectiva incipiente de ganhos para os moradores do Abraão. Esse modo de desenvolvimento deixou traços que ainda estão presentes, como foi indicado no parágrafo anterior. Já o investidor externo, que não participou desse evento inaugural do turismo no local, tem feito tentativas no sentido de romper essa cultura por assim dizer do “PF” (prato feito) e do acampamento de fundo de quintal. Renato Marques, guia turístico, diz que o que ocorreu recentemente com a comunidade do Aventureiro é similar ao que se deu no Abraão. O Aventureiro fica em um local de difícil acesso, até mesmo por barco, pois o mar é extremamente violento. Sua comunidade vivia de uma economia de subsistência – caça, pesca e agricultura. De um momento para o outro, os surfistas descobriram o local e passaram a acampar lá. Renato afirma que

O cara cobrava R\$ 10 para o garotão acampar um fim de semana e achava que estava fazendo um excelente negócio. Deixava cozinhar ou cozinhava para eles cobrando uma mixaria equivalente. Há alguns anos eu comecei a levar turistas para lá. No começo eles queriam cobrar o preço de uma dose de cachaça por uma caipirinha, que o gringo pagava R\$ 7 no Abraão. Então eu ensinei eles a cobrar. Tem que cobrar, eu dizia. Eles gostam de pagar o preço justo das coisas, eu falava para eles. Aos poucos eles foram aprendendo. Foi bom para eles, mas foi também muito doloroso, porque eles gostavam da rapaziada que ia acampar lá quase de graça, eles gostavam de convidar eles para tomar café e conversar de noite.

Ainda que de um ponto de vista econômico seja favorável para o nativo a mudança nos seus hábitos, de um ponto de vista cultural, do ponto de vista dos valores que estruturam os afetos desses indivíduos, que estruturam os tipos de vínculos que eles estabelecem com outros, não deixa de ser uma certa violência.

Quanto às manifestações culturais locais, o modelo de cultura que tinha lugar na Ilha mantinha certa afinidade com o subúrbio da Cidade do Rio de Janeiro, modelo que foi levado para lá pelos funcionários do presídio, bem como pelos visitantes dos presos. Quanto ao que havia que remetesse aos grupamentos mais antigos, praticamente tudo se perdeu. Fala-se no local sobre um peixe com banana que seria típico da Ilha. Porém não se encontra restaurante que sirva a iguaria, ou nativo que saiba prepará-la. Havia, também, uma cestaria, de cipó trançado, que era feita pelos pescadores, que se perdeu completamente. Por fim, há notícia da existência de um senhor de idade que domina a técnica de entalhe dos artefatos de navegação de origem indígena, que foram utilizados pelos nativos até meados do século passado, que é a canoa entalhada diretamente em um tronco de árvore e o remo, também entalhado sem emendas. O único exemplar que se encontrou foi um remo, de posse do pessoal posto de Bombeiros. Porém não se tem competência, no âmbito da presente pesquisa, para avaliar se o remo é uma peça genuína.

Existe, ainda, um traço relevante na cultura local, que é o seguinte: são muitos os casos em que o indivíduo exerce uma atividade durante o dia (como, por exemplo, a de carreteiro) e à noite é músico. Quanto ao tipo de coisa que se toca, há certa folclorização, sendo preferenciais gêneros pasteurizados, tomados como “representantes típicos” da música brasileira, tais como o pagode e alguns ritmos baianos extremamente desgastados, ambos mal-tocados. Certamente, este tipo de deformação é produto de uma absorção acrítica da cultura de massa, que é agravada pela ausência de uma produção, seja musical ou de qualquer outro tipo, típica da Ilha Grande, que, se existiu, perdeu-se completamente no tempo. Há também apresentações de capoeira que, segundo os próprios praticantes, é uma modalidade originária da Ilha. Eles argumentam que a capoeira teve dois berços no

Brasil: a Bahia e a Ilha Grande, onde houve um grande fluxo de escravos. De qualquer maneira a prática do jogo de capoeira, à noite, no Abraão, já não se dá em função de alguma raiz profunda, mas sim com o intuito de ser um entretenimento que renda alguma coisa para os praticantes com o turista estrangeiro.

Para finalizar, existem os sítios arqueológicos: as ruínas do Lazareto, do aqueduto e do presídio de Dois Rios, o caminho que vai de Dois Rios ao Cachadaço, cuja estrada ainda guarda o perfil de sua construção original pelos escravos além de algumas fazendas. A deterioração do Lazareto é facilmente verificável, pois ele fica na Praia Preta, em que se chega com 15 minutos de caminhada a partir do centro do Abraão. Além disso, não foi encontrado nenhum projeto no sentido de tornar as ruínas do Lazareto um atrativo turístico como museu ou centro cultural.

### **5.2.3.2. Ações racistas ou xenofóbicas**

Não foram verificados casos de racismo ou xenofobia explícitos. De maneira geral, segundo todas as pessoas entrevistadas, ocorre que o turista estrangeiro, mais que o turista brasileiro, se envolve com o nativo. A confraternização dos estrangeiros com os nativos chega mesmo ao ponto do conluio sexual. Segundo José Carlos, da lanchonete Tabas, “as gringas vêm para cá e procuram eles [os nativos]. Os minhocas da terra, acho que dão sorte, já deu fama para eles. (...) altas paixões mesmo”. Em geral, a relação que assim se estabelece acaba no final da estadia e deixa marcas no comportamento do nativo que, sem a turista estrangeira, perde um padrão de consumo e “substitui o eventual uísque pela cachaça constante”, como afirma Roberto Alves, gerente do restaurante Casarão. Mas José Carlos sublinha a existência de casos em que a relação ultrapassou o limite da estadia:

Eu conheço uns quatro que estão bem de vida, que a gringa deu barco, um cara que comprou um terreno ali atrás [rua transversal à praia] por 700 mil reais e ela vem de vez em quando, que ela é desenhista de moda na Holanda e ela parece que é famosa lá. (...) Então de vez em quando ela volta. Comprou um lugar pra ele e deu um barquinho. Quer dizer, rolam essas coisas. (...) O outro, veio aqui uma novaiorquina, casou com o cara. O cara fumava maconha, andava largado por aí. O cara agora parou de fumar, tá estudando inglês porque vai morar nos Estados Unidos. Rolam coisas assim.

Quanto ao relativo afastamento do turista brasileiro, uma das razões apuradas é a de que se trata de certa percepção de classe social. O turista estrangeiro encontra-se um pouco fora dessa distinção, pois tende a perceber a população em geral como sendo a do país visitado, não ficando tão claro onde se encontram os limites internos de classe, ou, mesmo quando o percebem, não se sentem diretamente afetados por ele. Em relação a essa questão, Renato Marques, guia turístico, diz o seguinte:

Não é que o turista brasileiro tenha preconceito não. Ou se tem, não é por causa da pessoa que ele tem diante de si. Essa coisa do turista brasileiro, o tipo de turista de classe média que está vindo para cá. Eu tenho podido notar que eles conhecem o que é uma casa de pau-a-pique, mostram uma percepção da pobreza que, eu sei por experiência própria, só que esteve lá é que conhece. Talvez o motivo seja esse. Se não foram pobres, estiveram bem perto da pobreza e querem esconder ela.

### **5.2.3.3. Atrações turísticas**

Algumas festas locais funcionam como atrações turísticas, como a festa do padroeiro da Ilha. Em geral, porém, segundo Eliete Correia, da pousada Recreio da Praia, “não tem nada aqui para fazer de noite, a não ser se embebedar nesse Abraão. Tem muito hóspede que pergunta e aí eu tenho que dizer que não tem nada para se fazer de noite”. Existe, ainda segundo Eliete, um “pagode mal-tocado”, ao que se podem acrescentar os “ritmos baianos” referidos acima, que segundo Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, “acaba por ser um anti-produto, pois é mal-tocado, com um equipamento que produz um péssimo som e sem controle de volume”.

Existem os sítios arqueológicos como as ruínas do lazareto, o aqueduto, o caminho dos negros. Porém, não há um trabalho no sentido de viabilizar tais locais como atrativos turísticos efetivos, com informações etc.

Nos últimos dois anos foi feita a Festa Julina, organizada e promovida pelo CVB, cujo espírito, segundo Renato Marques, guia turístico, é de “pega turista”. Com espírito análogo, existe o Festival de Música e Ecologia da Ilha Grande, que hoje tem a sua maior parte no continente, sendo na Ilha apenas a final. Querem alguns moradores e donos de pousada que isto constitua um evento com raízes na Ilha. Sim, se se considerar os primórdios do turismo, em que moradores e visitantes se reuniam para tocar, cantar, beber etc. nas areias do Abraão. Isto gerou os primeiros tipos de entretenimento para o turista na Ilha Grande, como se pode conferir no seguinte depoimento de Luiz Fernando, presidente da AMHIG:

Eu mesmo sou músico. (...) Aqui na Ilha tem o Marcelo Russo, um bom compositor, que tem músicas muito bonitas (...). Isso é uma coisa que ficou. De vez em quando a gente se reúne e vai para casa de um ou de outro (...) e faz um som. (...) Então apesar do festival ter raízes lá no comecinho da coisa do turismo aqui, cada dia ele é menos da gente. (...) O festival de música é um festival já antigo, de oito anos atrás, que era só nosso e agora já não é mais nosso. É festival da Ilha Grande, mas que tem cinco dias no continente e três dias aqui. Faz-se um apanhado de músicas e aí as cinco primeiras noites são lá [em Angra dos Reis]. Eles levam três pessoas para tocarem lá, uns bons músicos... Então ficou cinco dias lá e três dias aqui, só a final que é aqui. Então sexta vem uma cara toca e sábado escolhe-se o ganhador. (...)

A despeito, porém, da eventual identidade do evento, o próprio Luiz Fernando chama atenção para o Festival de Literatura de Parati, que vem proporcionando uma grande entrada de dinheiro, mas em contrapartida, criou um sem número de pousadas em áreas adjacentes ao centro histórico que “ficou impossível para quem está estabelecido ganhar dinheiro”. A mesma preocupação leva Renato a considerar o festival um desserviço ao tipo de turismo que a Ilha deveria ter, levando-se em conta a perspectiva do desenvolvimento sustentável, como se pode conferir na passagem a seguir:

Existe um evento aqui que é o festival de música, que traz não sei quantas mil pessoas para cá. Para mim, embora os pousadeiros gostem e tudo mais, eu acho que ele é pernicioso, eu acho que é uma ilusão muito grande o pousadeiro ficar feliz porque a pousada dele está cheia com um evento daquele tipo, que detona o lugar, só vem cara bêbado para cá, cara brigão, cara que detona o teu espaço, não respeita nada, que não está nem aí para o que é o potencial da Ilha Grande. Só te deu uma graninha. E tem mais: qual a relação que tem com a imagem que isso aqui quer passar para fora? O nome do festival de música é pior ainda: Festival de Música e Ecologia. Dá para ver de cara que é uma forçação de barra para pegar turista, e o pior: qualquer turista. (...) Você não precisa estar com a pousada cheia desse tipo de turista para pagar as tuas contas. Mas para isso tem que ter uma política de preços, que não é nada de mais não. Só segurar, em conjunto, um preço que pague de fato o serviço que se oferece. Esse é um evento que não faz bem nenhum para a saúde do lugar. (...) Nos últimos três anos que tive pousada, eu deixava fechada.

#### **5.2.4. Sustentabilidade Social**

Essa dimensão é, para muitos, utópica, na medida em que pressupõe a participação, se possível harmoniosa, de empresário, poder público e comunidade dentre outras organizações para planejarem as ações futuras relativas ao turismo e que afetem a coletividade. Longe disso, um item que põe especialmente em risco a sustentabilidade do turismo no Abraão é o que se refere à falta de acordo entre os diversos componentes do processo, bem como a dissimetria existente entre o poder de participação dos diferentes grupos.

##### **5.2.4.1. Participação cidadã no planejamento**

Segundo Luiz Fernando, presidente da AMHIG, a política da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis em relação à Ilha Grande era inexistente até dois anos atrás, pois:

Tem aqui [no Abraão] algo da ordem de 2.500 habitantes fixos, com talvez uns 1.500 votos, o que em termos de votação não é uma coisa boa. Mas depois que o Fernando Jordão [atual prefeito de Angra dos Reis] entrou, ele colocou uma subprefeitura aqui. E aí tem um problema. A subprefeitura não tem poder de prefeito. Ela tem o poder de receber o que o morador quer e encaminhar para a prefeitura e as pessoas não entendem isso. Acham que o subprefeito é prefeito

Com a chegada da subprefeitura, pode-se considerar que a população do Abraão, em diferentes níveis, passou a ter seus anseios ouvidos pelos canais competentes. Até porque, por ser uma comunidade muito pequena e a presença do subprefeito ser constante, todos têm acesso a ele. Isto não chega a querer dizer que haja participação popular nos processos deliberativos da Prefeitura de Angra dos Reis em relação à Ilha. Quanto à ação da Prefeitura, diz o subprefeito:

não se pode deixar de levar em consideração que o município de Angra dos Reis possui mais de 120.000 habitantes, divididos em cinco distritos. O maior distrito tem 30.000 habitantes e o menor tem um pouco mais de 4.000. O menor distrito é a Ilha Grande. Isso delinea para a Prefeitura um quadro de prioridades de investimentos em que a Ilha, infelizmente, ocupa invariavelmente o último lugar.

De fato, a Ilha Grande não tem representatividade junto à Prefeitura, não conseguindo chegar a eleger um vereador, por exemplo, com os votos locais.

Se o problema da participação for considerado enquanto liderança comunitária, tem-se a Associação dos Moradores e Amigos da Ilha Grande (AMAIG), que trata de acompanhar de perto os problemas de infra-estrutura, de saúde e de educação, que são seus focos. Renato Marques, guia turístico e ex-presidente da AMAIG, diz o seguinte:

todo trabalho com a comunidade é muito difícil. Muitas vezes você não é compreendido, (...) as pessoas misturam problemas pessoais com o trabalho da associação e aí não ajudam [o trabalho da associação]. (...) esse tipo de coisa em uma comunidade pequena como a nossa atrapalha muito.

Acrescenta que uma dificuldade ainda maior que essa foi a do tipo de relação que o poder público procurava estabelecer com a associação, que era a de favores de cunho eleitoral: “se não faz campanha, não tem ajuda. E nós não tivemos apoio praticamente nenhum da Prefeitura no que nós fizemos, porque na gestão da gente eu tentei exatamente tirar de cena essa coisa da política partidária”.

Existe a Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande (AMHIG), que encaminha ofícios à Prefeitura com solicitações dos empresários locais de meios de hospedagem – o que não deixa de incidir no interesse dos outros setores comerciais e no interesse social, pois questões como a da consolidação da infra-estrutura necessária para a recepção de turistas acabam por favorecer a todos. Existe, ainda, o Comitê de Defesa da Ilha Grande (CODIG), que é, segundo Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, o “grande defensor das questões ecológicas”. Este grupo não assume uma postura de reivindicação, mas de ataque ao que julga dever atacar, fazendo denúncias ao IBAMA, ao Ministério Público e brigando com a Prefeitura.

De outro lado, tem-se a TURISANGRA, com sede no continente. Certamente a menor de suas preocupações é a Ilha Grande. Na opinião de todos os empresários ouvidos na pesquisa, a Ilha Grande constitui para a TURISANGRA uma “pedra no sapato”, porque ela não consegue disciplinar e normatizar o turismo na Ilha, inclusive porque pretende fazê-lo sem levar em conta o interesse dos empresários locais. Além disso, existem os grandes *resorts* e grupos hoteleiros em Angra do Reis que requisitam a atenção da instituição.

Existe, ainda, a Associação dos Veteranos da Ilha Grande que se preocupa com os moradores antigos, remanescentes do presídio, mas que é a menos ativa em relação às questões do dia-a-dia da política e dos problemas estruturais da Ilha.

Por fim, existe a Associação dos Barqueiros, que normatiza a ação dos proprietários de barcos. Este grupo foi o primeiro grupo a conseguir normatizar seus procedimentos e preços. Eles chegaram aos preços depois de muitas reuniões sob supervisão do projeto Unir e Vencer e, considerando suas necessidades mínimas de manutenção dos barcos e o impacto financeiro da baixa temporada, chegaram a um

padrão de preços. Segundo Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, quando foi notificada da formação de padrões de preços pelos barqueiros, a TURISANGRA enviou um ofício ameaçando denunciar os barqueiros da Ilha por formação de cartel.

Existe, atualmente, o *Convention and Visitors Bureau* (CVB), que segundo Luiz Fernando, presidente da AMHIG, foi criado há um ano e tem como presidente o publicitário do Rio de Janeiro Eduardo Galante:

que tem uma empresa que cuida de turismo também e ele é um bom articulador. Há um mês atrás ele trouxe uma feira de negócios aqui para a Ilha Grande, uma feira que trouxe mais de mil agentes de viagem. Uma mega situação, em que a prefeitura colocou uma lona de 250 mil reais para ele etc. Eu acho isso interessante, mas tem coisa mais importante do que trazer coisas mega como essas para um lugar que ainda tem problemas sérios de infra-estrutura, por exemplo.

O CVB tem procurado representar os interesses dos empresários associados. A entidade vem trazendo para si responsabilidades tais como a obtenção de verbas, a resolução de problemas de infra-estrutura e soluções para redução do impacto da baixa temporada. Dentro desse espírito o CVB bloqueou, segundo Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, as ações do Comitê de Marketing e Eventos, criado pelos empresários sob supervisão do Unir e Vencer, tornando o marketing da Ilha Grande uma exclusividade do CVB.

O CVB limitou seus associados às pousadas legalizadas. Esta última medida é, para Luiz Fernando, presidente da AMHIG, problemática, pois o número de pousadas ilegais no Abraão é expressivo e são exatamente estas pousadas que aviltam preços, por exemplo. Assim sendo, para Luiz Fernando, a solução não é simplesmente excluí-las, mas, sim, trazê-las para a legalidade, bem como “educá-las” em relação às questões em geral que afetem, no nível coletivo, o turismo local como, por exemplo, a sustentação de um padrão de preços.

Segundo a maioria dos entrevistados, é notória a tentativa por parte do CVB de monopolização dos negócios da Ilha. Isto conta, porém, com o apoio da maioria dos empresários, de quem se ouviu comentários entusiásticos referentes ao evento com os agentes de turismo, referido acima por Luiz Fernando. Esse entusiasmo total só não foi compartilhado pelo próprio Luiz Fernando e por Renato Marques, guia turístico, cuja opinião a respeito da ação do CVB será reproduzida adiante no item referente à sazonalidade do turismo.

O que se pode concluir a partir das entrevistas e da observação local é que a participação não só da população, mas mesmo do empresariado local nas ações da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis é, quando existente, por demasiadamente limitada. De onde se conclui que no que se refere ao item de participação dos atores envolvidos no planejamento, o Abraão não se alinha às perspectivas do desenvolvimento sustentável.

#### **5.2.4.2. Geração de empregos e precariedade dos postos de trabalho**

Como foi visto na dimensão cultural, o nativo esquivava-se dos empregos formais gerados pelo turismo devido a um aspecto que tem a ver com a sua cultura. Mas isto não esgota o problema. Primeiramente, porque gera certa falta de compreensão por parte de alguns proprietários de estabelecimentos comerciais. O depoimento de José Carlos, da lanchonete Tabas, dimensiona o problema: “quem é caixara é difícil (...) ele não gosta de trabalhar”. Esta é a opinião corrente entre proprietários e gerentes de pousadas e restaurantes no Abraão. Porém, quando tal concepção é aproximada da opinião de Renato Marques, guia turístico, a face simplista e algo preconceituosa da concepção se torna perceptível. Renato diz que o nativo não tem interesse no emprego fixo pelo seguinte:

...o cara que puxa carretinho de mão ali, ele não ganha menos que R\$ 300 por mês e isso se ele não tiver outra viração, que leva esse salário dele para uns R\$ 600, que são dois salários mínimos, e isso na baixa temporada. Porque ele não faz só o carreto. Quando o carreto não está dando, ele faz um serviço de pedreiro, ele pesca, muitos trabalham de caseiro, a mulher dele lava e passa roupa para as pousadas. E além disso, ele tem tudo isso aqui [referindo-se à Ilha com seus atributos de lazer gratuitos]. Então ele não tem uma vida miserável como teria se vivesse no continente e, talvez, se não tivesse o turismo.

Esse problema da incompatibilidade do nativo com os empregos formais é a causa da ida de muitos nordestinos para o Abraão. A maioria dos empregos, por exemplo, nas pousadas tem sido ocupada por pessoas de fora da Ilha Grande. Se isto se configura como solução por um lado, por outro está gerando um problema que, segundo Luiz Fernando, presidente da AMHIG, é o seguinte:

Esse trabalhador vem pra mim, de fora. E o que é que acontece: ele vem, a gente gosta dele um período, depois ele já não é mais um bom funcionário e a gente manda ele embora. Ele não vai embora, ele fica aqui. Então tem aqui um grupo que todo mundo chama de 'colônia de paraíbas'. O cara veio com a esposa, gostou, trouxe dezessete parentes dele da Paraíba, da cidade de Patos – tem até três que trabalham comigo, são bons. (...)

E acrescenta que:

Às vezes, num quarto moram seis, oito pessoas. (...) Isso porque é muito caro. Aqui, um quarto com banheiro é quinhentos reais. Quarto mesmo. Não é quarto, cozinha... é quarto com banheiro. Aí o cara coloca um fogareirozinho lá e faz alguma coisa para ele comer. E às vezes é família, com filho pequeno. Tinha uma senhora trabalhava aqui que era ela, o esposo, quatro filhos e dois netos, oito pessoas num "flat", vamos dizer assim, de uns quinze metros quadrados, em que eles não podiam ter cama porque tomava espaço. De noite abria tudo para dormir.

Voltando ao nativo, além dos problemas de incompatibilidade, existem muitos moradores da Ilha que trabalham fora de lá, em Angra dos Reis, em Mangaratiba e mesmo no Rio de Janeiro, em casa de família ou outras atividades em que o morador permanece fora vários dias da semana. Quem pega a barca no sentido da Ilha na 6ª feira pode verificar a presença maciça de moradores retornando de seus empregos. Pôde-se concluir, a partir de conversas informais com uma dezena de moradores, que isso tem a ver, muitas vezes, com a expectativa do nativo de sair da

Ilha Grande, de ampliar seus horizontes, o desejo de conhecer o mundo para além das praias locais.

De qualquer maneira, seja por interesse do morador ou por desinteresse do empresariado e do poder público, não se verifica nenhum tipo de preocupação com a formação ou a qualificação do nativo em geral para o serviço relacionado com o turismo. Não há nenhuma iniciativa formal nesse sentido. Segundo Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e vencer, enquanto esteve ativo na Ilha, o projeto chegou a promover alguns cursos para empresários e funcionários. Além disso, tinha como uma de suas metas a oferta constante de cursos de qualificação profissional para os empregados dos estabelecimentos existentes e para os nativos que exerciam atividades independentes. Existem, também, casos isolados, como o curso para a formação de guias para conduzirem os turistas pelas trilhas, promovido por iniciativa do CODIG. Foi um caso ímpar de ação formativa no sentido de integrar o nativo ao trabalho com o turismo, respeitando o seu perfil cultural e psicológico.

#### **5.2.4.3. Sazonalidade do turismo**

A alta temporada inicia-se no final de novembro e segue até o carnaval. Chega-se à lotação máxima no período compreendido entre os dias 15 de dezembro e 15 de janeiro, repetindo-se a lotação na semana do carnaval. Fora desse período, existem os feriados e algum fluxo em julho. Considerando-se o fato de a maioria dos proprietários de pousadas serem empreendedores recém-chegados ao turismo, muitos ainda se encontram em processo de aprender a considerar a sazonalidade nos seus fluxos de caixa, de modo a conseguirem atravessar o período fraco.

Além desse problema da imaturidade dos proprietários de pousadas para o negócio, existe o raciocínio de curto prazo, pois na alta temporada, o que houver de vagas é ocupado, o que leva muitos donos de pousada a ampliarem o número de

acomodações sem considerarem os custos de manutenção e de pessoal durante a baixa temporada. Segundo Luiz Fernando, presidente da AMHIG, são diversos os exemplos de pousadas arrendadas ou vendidas porque foram concebidas em função do “período de 15 a 15”, referido acima, e acabam por não agüentar o impacto negativo da baixa temporada.

Existem, atualmente, tentativas de solução para isso a partir de iniciativas do CVB que procura fixar um calendário de eventos e de festas para a Ilha Grande. A maioria dos entrevistados deposita muitas esperanças na ação do presidente do CVB. A seguinte afirmativa de José Carlos, da lanchonete Tabas, resume a expectativa geral: “ele [Eduardo Galante] entende de turismo, ele já trouxe gente importante aqui do governo federal”. Renato Marques, guia turístico, vê o problema de maneira menos ingênua. Referindo-se ao CVB, ele diz o seguinte:

Eu acho que é uma atividade legal, mas volto naquele ponto, de que a gente não está preparado para receber muita gente. É difícil falar sobre isso porque tem umas coisas que são legais e umas outras que não são legais. Por exemplo, agora [mês de abril] eles fizeram um evento aí que trouxe para a Ilha mil agentes de turismo. Eu penso que mil agentes de turismo, se cada um vender dez pacotes ou mesmo três pacotes ao mesmo tempo, o local não vai suportar. Então o lugar não está adequado para receber uma carga de turismo muito grande. Então eu penso que é mais importante voltar lá atrás e tentar organizar o negócio. A Ilha já tem uma divulgação muito grande, existe aí mais de dez sites de Ilha Grande, fora os sites pessoais de cada pousada. Então não é de divulgação o que isso aqui precisa. Isso precisava era ter um trabalho para tornar isso aqui sustentável mesmo.

Para os moradores mais antigos e para os nativos, de maneira geral, a sazonalidade não chega a constituir problema, pois, como já foi visto, a maior parte não depende, pelo menos não totalmente, das atividades turísticas para viver. Mesmo para os moradores que trabalham na Ilha – no turismo, portanto –, o problema é mais facilmente contornável do que para os empresários, como já foi registrado acima, no item referente à geração de empregos e postos de trabalho.

#### **5.2.4.4. Prostituição, turismo sexual e violência**

Não existe turismo sexual no Abraão. Existem práticas que não são exatamente prostituição, mas um problema que passa pela sexualidade e se entrecruza com uma crise de valores gerada pelo impacto do contato com uma cultura estranha. Isto trouxe dramas como o alcoolismo, já referido, ao qual se pode acrescentar, nas palavras de Luiz Fernando, presidente da AMHIG, o seguinte:

...tem também a coisa do se dar. Como é que se dá? As meninas viam uns caras louros de olho azul. Como não dar para esse cara? Aí aconteceu. Aí teve o problema do machismo do pai, a menina engravidou, ficou na rua e aquela coisa toda. Criou um problema social muito sério aqui. Além da AIDS também. Hoje, a gente não sabe exatamente, mas existe um número grande aqui.

Uma preocupação manifestada por alguns turistas, em geral provenientes das Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, refere-se à questão de segurança nas trilhas, se há assédio etc. Segundo Renato Marques, guia turístico, isto não ocorre e ressalta que o único perigo existente é de o turista se perder.

#### **5.2.4.5. Declínio da auto-estima, segregação e exclusão social**

O nativo tem certo orgulho do turismo, de modo que, frente ao turista, ele não se sente mal. Mas há problema quando ele se confronta com outro nativo, ou filho de nativo que possua empreendimento na Ilha, contribuindo, por exemplo, para o problema da ocupação dos empregos formais. Quando apresentados aqui, os problemas da relação entre os nativos e os empregos gerados pelo turismo foram considerados sob o ponto de vista cultural. Tal ponto de vista, porém, não esgota a questão. Existe, ainda, um aspecto psicológico que pode ser percebido na seguinte passagem do depoimento de Luiz Fernando, presidente da AMHIG:

O morador mesmo, o nativo, ele é meio a parte, ele é muito cabreiro. Ele sempre acha... Por exemplo, eu sou da terra, não é. Ele sempre acha que eu vou dar uma volta nele. Ele não quer ter carteira assinada, porque acha

que ajudante de cozinha não é bonito (...). O nativo tem muito isso: ele é muito orgulhoso.

Luiz Fernando percebe o problema como sendo fundamentalmente decorrente da percepção equivocada que o nativo tem de si mesmo em relação ao turista. Porém, na própria fala acima reproduzida, Luiz Fernando toca em uma questão que não desenvolve, que é a menção feita ao fato de ser ele mesmo um filho da terra e relacionar isso com a desconfiança do nativo em geral. José Carlos, da lanchonete Tabas, e Renato Marques, guia turístico, concebem esse sentimento como sendo de ressentimento por parte do nativo em relação ao filho da terra que formou o seu negócio, que teve alguma visão de futuro, e qualificam-no como um processo natural e sem conseqüências maiores do que o próprio fato em si.

Por outro lado, os nativos participam do lazer e têm acesso a praticamente todos os atrativos da Ilha, inclusive porque estes atrativos e formas de lazer não foram, ainda, totalmente mercantilizados, bem como não foram criadas alternativas que não estejam diretamente relacionadas com a própria natureza da Ilha.

Quanto ao padrão de consumo, houve aumento de preços nos poucos negócios existentes. Mas isto não chegou a afetar o morador, pois os produtos de uso doméstico sempre foram mais caros, dado o fato de se tratar de uma ilha que não tem esquema de abastecimento por parte dos próprios fornecedores dos produtos. A única exceção, segundo Eliete Correia, da pousada Recreio da Praia, é a cerveja, que tem a venda e a distribuição de algumas marcas feitas pelos distribuidores regionais na própria Ilha. Desse modo, o que existe disponível para o consumo doméstico era e é comprado em situações desfavoráveis e ainda por cima sofre encarecimento por causa do transporte. Isso implicava e ainda implica a relativa restrição na variedade dos produtos. Assim a prática dos moradores sempre foi, segundo José Carlos, da lanchonete tabas, “a de fazer suas compras no

continente, restringindo as compras aqui a um produto ou outro que acabou ou que a pessoa se esqueceu de comprar em Angra”.

Mas existe atualmente um grupo de produtos na Ilha, como artesanato e peças de vestuário com imagens da Ilha Grande, que o morador em geral não tem acesso por causa do preço, sendo, portanto, produtos destinados exclusivamente aos turistas como o “artesanato industrializado” e as “lembranças de Ilha Grande”.

### **5.2.5. Sustentabilidade Ambiental**

Os habitantes do Abraão sentem-se orgulhosos em relação ao patrimônio ecológico da Ilha Grande. Por isso, de um modo geral, eles primam pela preservação do ambiental. Por seu turno, a maioria dos turistas demonstra interesse pela questão ecológica. O que se verificou, porém, é que não é suficiente a boa vontade, pois existem hábitos enraizados nos indivíduos, que mesmo muitos que são efetivamente sensíveis à causa ecológica, freqüentemente se vêem em situação de agressão à natureza quase que involuntariamente. A complexidade da questão já foi formulada por Capra (2003) em seu conceito de “paradigma social”, como já se viu no capítulo referente à fundamentação teórica.

#### **5.2.5.1. Consciência ecológica**

A maioria dos entrevistados – moradores, empresários e turistas – concorda com José Carlos, da lanchonete Tabas, quando ele afirma que “a ecologia é o carro forte disso tudo aqui”. Isto não quer dizer necessariamente que todos tenham exatamente o que se possa chamar de “consciência ecológica”. Pois ter essa consciência implica mudanças de comportamento em níveis extremamente amplos e a questão surgiu, principalmente em uma localidade como a Ilha Grande, relativamente há pouco tempo. Em princípio existe, segundo Marco Antônio

Barbosa, do projeto Unir e Vencer, uma tendência equivocada de “ligar a falta de consciência ecológica ao nível sócio-econômico das pessoas”. Segundo Renato Marques, guia turístico, não há dúvida quanto ao seguinte:

Em geral o turista que chega para passar o dia e aquele turista que quer acampar fora de camping por economia, costuma deixar lixo e fazer muito barulho. Mas também, por exemplo, depois que encostam umas quatro lanchas de R\$ 600 mil, não se consegue mais entrar na água, que era boa meia hora antes das lanchas encostarem.

Isto quer dizer que o turista de nível sócio-econômico mais alto não é necessariamente menos nocivo do ponto de vista ambiental que o turista de nível inferior. O problema se encontra na questão cultural de comportamento.

A seguinte observação de Renato Marques deixa ver com clareza a complexidade da questão da consciência ecológica:

...a mentalidade ecológica ainda é imaginária. As pessoas ainda acham que os recursos naturais não são esgotáveis, que eles são eternos. Isso de um modo geral. Apesar de que a gente já melhorou bastante, ainda se deixa a torneira aberta na hora de lavar o bar, joga guimba de cigarro no chão, ainda não dá a devida atenção para essa coisa do plástico, do alumínio que demoram a acabar. (...) seria preciso que as entidades de turismo aqui e a prefeitura massificassem mais isso, principalmente em criança (...). Porque para um cara com a nossa idade [entre 40 e 50 anos] essa coisa da ecologia, da preservação é uma novidade. Eu mesmo só atentei para isso há uns 15 anos, depois que vim morar aqui. Até aí eu achava tudo um exagero das pessoas envolvidas com isso. Agora você imagina as pessoas de gerações mais velhas que a nossa. Então eu digo que não existe consciência ecológica em um sentido mais geral. E não é por culpa ou maldade de ninguém, não. Aqui mesmo as pessoas tentam, elas querem. Mas você não é capaz de mudar a sua mentalidade só porque você quer.

Os nativos ouvidos demonstraram diferentes níveis de consciência ecológica. De um modo geral, porém, mesmo os que já têm uma compreensão mais aprimorada do problema, deixam perceber algum nível de saudosismo em relação a uma época em que dispunham completamente do patrimônio natural da Ilha. Quanto a isto, não se deve esquecer que eles vêm de uma cultura de exploração. Assim, muitos se ressentem de não poderem derrubar uma árvore ou caçar uma paca. O proprietário de pousada, que deveria ser o maior interessado na preservação do

meio ambiente porque este é o atrativo que o “melhor” turista procura, não é exatamente consciente da importância da preservação. A fala de Eliete Correia, da pousada Recreio da Praia, é exemplar da contradição existente em alguns casos:

Isso aqui continua preservado, se não você já estava vendo isso tudo arrasado. IEF não faz nada aqui, IBAMA não faz nada aqui, florestal não faz nada aqui. Se eles não existissem aqui, eu acho que continuaria do jeito que está. Tudo que eles fazem aqui é te encher o saco, mais nada.

A ação dos referidos órgãos a qual Eliete Correia diz “encher o saco” refere-se especificamente à dificuldade que colocam para o corte de árvores.

Por outro lado, existe na Ilha a Brigada Mirim Ecológica, uma iniciativa que conta com apoio da Petrobras e da Fundação Klabin. O trabalho feito tem um aspecto prático – ajuda na coleta do lixo do Abraão de maneira seletiva – e um aspecto de formação de consciência ecológica nas crianças que participam do projeto. Segundo Roberto Alves, gerente do restaurante Casarão, “essas crianças antes ficavam ociosas por aí e com a Brigada Mirim passaram a fazer limpeza do Abraão”. Mas, apesar de a iniciativa ser interessante, não passa de uma experiência algo restrita, em que as crianças não aprendem muito mais do que como se deve lidar com o lixo, ou seja, aprendem que o lixo deve ser jogado em lixeiras, preferencialmente de maneira seletiva, de modo a permitir a reutilização do que pode ser reutilizado.

#### **5.2.5.2. Uso adequado do espaço**

Logo na chegada ao Abraão, à esquerda de quem está saindo do cais, na área em torno da antiga fábrica de sardinhas, existe uma saturação de construções, umas poucas mantendo o perfil arquitetônico original que deveria ser mantido segundo o Termo de Ajuste de Conduta.

A construção na Ilha Grande é sujeita a um sistema de cotas, que determina os limites para as construções em relação aos locais de preservação. O limite de proporção entre área construída é de 50% da área do terreno, cuja medida mínima são lotes de 250 metros quadrados. Exige-se o respeito de distância mínima em relação a rios, lagos e faixa de areia. O número de pavimentos para qualquer tipo de construção é limitado a dois andares. Todas essas regras para a utilização do solo foram determinadas tendo em vista diversos aspectos, dos quais destacam-se os seguintes: manutenção paisagística – estruturação tal das construções que o olhar não tenha a paisagem bloqueada; limite de carga antropomórfica – limitar as edificações de modo a manter controle sobre a quantidade de pessoas na Ilha; preservação ambiental – na zona de preservação ambiental ou na praia, por exemplo, não pode haver nada construído.

Adotando-se um ponto de vista de costas para o cais e deslocando-se para a esquerda, já chegando mais para o final da praia, encontra-se um grupo de pousadas. Estas são as que apresentam o plano arquitetônico mais competente do Abraão e, segundo Helena, gerente da pousada Porto Abraão, vêm sendo compradas por estrangeiros nos últimos dois anos. Porém, este grupo de pousadas e mais dois restaurantes encontram-se excessivamente próximos da faixa de areia. A tal ponto que se a Prefeitura pretendesse fazer uma rua na orla, teria necessariamente de adentrar pela faixa de areia.

O limite para a construção vertical é de dois andares e a altura máxima é de oito metros. Segundo Luiz Fernando, presidente da AMHIG, “isso já começou a ser desrespeitado e logo de cara ali onde era a fábrica de sardinhas, com uma pousada que fez o seu terceiro andar”. Ainda segundo Luiz Fernando, a fiscalização está

“fazendo vista grossa para isso, que está sendo desrespeitado” e acrescenta o seguinte:

Eu acho que a gente precisava fazer um plano de carga. O que é que você quer para a Ilha Grande? Você quer um turismo de massa, você quer que venham 20 mil pessoas para cá? Ou quer que venha um turista mais tranqüilo, mais reservado, que vai te trazer não uma riqueza, mas um ganha pão mais tranqüilo e durável?

Por outro lado, segundo o subprefeito, há uma preocupação constante, por parte da Prefeitura, de regularização dos estabelecimentos comerciais voltados para o turismo. Nesse sentido, a Prefeitura tem adotado uma política de constante fiscalização e acompanhamento das pousadas, campings e restaurantes, de modo a legalizá-los e corrigi-los, garantindo um mínimo de qualidade nos serviços. Segundo Renato Marques, guia turístico, “a Prefeitura não demonstra interesse constante é nas construções que se encaminham para a favelização mais lá para perto do costão. Não sei de que adianta as pousadinhas todas legalizadas”.

#### **5.2.5.3. Superprodução de lixo e esgoto**

O sistema de captação de esgoto era o de fossas e sumidouro, substituído recentemente por esgoto em rede, que capta o material para uma estação de tratamento. O sistema é, segundo Luiz Fernando, presidente da AMHIG, “moderníssimo”. O problema está, segundo o entrevistado, na montagem “displicente”, como já foi considerado no item referente à infra-estrutura existente no Abraão. Além do problema com a coleta do esgoto, existe o problema da distância do emissário submarino, que fica a 800 m da praia que, segundo Renato Marques, guia turístico, é muito próximo, o que se agrava pelo fato de ser uma baía. É opinião corrente que talvez tivesse sido melhor manter o sistema de fossas, mesmo que paralelamente, para ser utilizado ao menos na alta temporada, quando o volume de esgoto aumenta muito. Além disso, segundo três entrevistados, Renato Marques,

José Carlos e Luiz Fernando, parte do esgoto na alta temporada é despejado *in natura*.

O aumento do volume na alta temporada é, portanto, um problema complementar em relação à estrutura de captação e tratamento do esgoto. Luiz Fernando, da AMHIG, resume a questão da seguinte forma:

Precisa se fazer um plano de carga de esgoto maior? Não. A gente não quer um plano de esgoto maior. A gente quer o que? Tem quantas pousadas? Ah, são quantas pousadas, com capacidade para quantas pessoas, com que número de dormitórios, que número de leitos. A mesma verificação em relação à capacidade dos campings: são quantos campings legais no Abraão, com que capacidade de recepção. (...) Então quando se chegar ao número que isso comporta, digamos que sete mil, não queremos que seja feito nada para 15 mil. Para quê? Nós queremos é para os sete mil, inclusive porque nós não podemos crescer mais que isso, porque tem o problema de água e tal. O que a gente quer uma qualificação do que tem, melhorar o que tem, organizar e preservar as outras praias também.

Segundo o subprefeito, existe o plano da Prefeitura de fazer um estudo de carga no Abraão e, a partir desse estudo, rever toda a infra-estrutura, bem como tomar medidas que limitem o quantitativo de turistas na Ilha.

O despejo de esgoto vem comprometendo a água do mar que teve uma perda de qualidade expressiva no Abraão, o que se agrava quando se considera a interação que a água da baía mantém com o continente. Tem-se Itaguai, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati, todos despejando esgoto nas águas da baía. Além disso, existe um terminal de minérios na ponta da restinga. Existe, também, a indústria naval instalada na baía de Angra dos Reis com grandes estaleiros, bem como o problema das águas de lastro, que são águas de mares distantes trazidas no lastro dos navios que retornam sem carga e, quando chegam, liberam toda essa água na baía juntamente com formas de vida que muitas vezes vêm provocar desequilíbrio ecológico. Segundo Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, “um efeito disso é a existência de um coral vermelho que está infestando toda a

região e foi trazido por água de lastro de navio cargueiro”. Por fim, existe a usina nuclear.

Quanto ao lixo, existe um esquema de coleta que funciona no Abraão inclusive com recipientes que permitem a coleta seletiva, como se pode observar na foto abaixo. Mas nas áreas mais afastadas do centro, mesmo do Abraão, encontra-se lixo jogado pela beira dos caminhos. Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, dá o seguinte depoimento:

De qualquer forma, você tem um problema de lixo largado na praia. Eu já fiz caminhada para lugares bem desertos e cheguei lá, tinha tido um acampamento ali na noite anterior ou duas noites atrás, e tinha saco de sal, saco de lixo e latinha de cerveja largados por lá. E no entorno do Abraão você tem esse problema de deposição de lixo, não tem um local para depositar o lixo. [...] Você tem um cantinho lá, especificamente na caminhada lá para o Lazareto que tem uma pilha de lixo e de vez em quando a prefeitura tem que ir lá tirar essa pilha de lixo.

Já para José Carlos, da lanchonete Tabas, “apesar de ainda não ser, talvez, o ideal, houve certamente uma melhoria expressiva” em função do caráter sistemático da coleta e de um controle maior, ao menos no centro do Abraão.

**Fotografia nº 3: latas de lixo na Vila do Abraão**



A retirada do lixo coletado na Ilha é feita por um barco. Segundo Marco Antônio Barbosa, jogam-se os sacos de lixo no interior do barco “e o que cai do barco, cai do barco, fica por lá”. Não há, portanto, uma preocupação com a qualidade da coleta, se é bem feita ou não. Renato Marques, guia turístico, acrescenta que “precisa melhorar o que a Prefeitura já está fazendo em relação ao lixo. Precisa fazer uma coleta seletiva, compactar o lixo para reduzir o volume no barco que leva o lixo daqui – você vê o barco cheio de lixo, mas ele está leve”.

#### **5.2.5.4. Uso excessivo de recursos naturais**

Ainda não existe um estudo definitivo de capacidade de carga dos recursos naturais na Ilha Grande. A água que se utiliza no Abraão é obtida na própria Ilha e é utilizada em larga escala. Em uma segunda feira foi visto, por exemplo, o restaurante Casarão sendo lavado. Na presença do gerente uma mangueira com água correndo no chão permaneceu assim por pelo menos 40 minutos, tempo que o pesquisador permaneceu no local conversando com os funcionários e com o próprio gerente.

Houve tentativas, não concluídas, de estudo de capacidade de carga, que determinariam o quantitativo de pessoas que a Ilha suportaria. Elas não foram adiante por motivos, tais como o morador que fica com medo de ter limitado o número de pessoas que possa trazer para visitar a sua casa, o empresário que teme o número reduzido de turistas etc. De modo geral, o problema está na visão de curto prazo dos empreendedores, que se dá por três motivos: primeiro, o despreparo para a atividade em questão; segundo, a ganância que gera visão de curto prazo e, terceiro, a falta de lastro para suportar a formação do mercado adequado.

Por outro lado, existe um problema relativo à moradia das pessoas mais pobres da Ilha – já referido neste relatório, no item concernente à especulação imobiliária –, que se relaciona com a questão do uso indevido de recursos naturais. Renato Marques, guia turístico, afirma que a população mais pobre, que vive no limites mais extremos do Abraão ou em locais mais distantes ainda, é obrigada pelas circunstâncias de isolamento e abandono a recorrer aos recursos da floresta. Nesse caso, quando os órgãos de fiscalização ambiental encontram as habitações, normalmente são tomadas medidas de repressão. Porém os casos encontrados pela fiscalização são raros, dado o reduzido contingente de pessoal dos referidos órgãos. De qualquer maneira, segundo se pôde apurar nas entrevistas, nas conversas e na observação, a utilização dos recursos não é predatória ao patrimônio natural.

#### **5.2.5.5. Coleta de vida selvagem**

A pesca é uma atividade que declinou completamente na Ilha Grande. Renato Marques, guia turístico, afirma que o declínio se deu não só pela redução na quantidade de pescado, mas também porque o antigo pescador prefere utilizar o seu barco a serviço do turismo do que se arriscar na pesca, que pode dar ou não resultado. Existe ainda quem pesque, mas mesmo nestes casos, a pesca não é a única atividade. O tipo de pesca que ainda se pratica é artesanal que, segundo todas as pessoas ouvidas, não é de maneira nenhuma predatória. Segundo Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, existe pesca esportiva, fora da baía, no mar aberto, do lado da Ilha oposto ao Abraão.

Existe, porém, uma pesca predatória, feita por barcos de fora – geralmente de Santa Catarina e São Paulo – que fazem arrasto na baía. Segundo Renato Marques, guia turístico, trata-se de embarcações de grande porte, que cercam sardinhas ou utilizam redes cuja espessura da malha retém inclusive peixes muito pequenos que

não são devolvidos ao mar. Ainda segundo Renato, o IBAMA e a FEEMA não têm barcos no local, o que torna impossível a fiscalização:

Os caras pescam (...) lá dentro do parque marinho, no Aventureiro. Um parque grande. Vai fazer o que? A comunidade vizinha que é o Provetá, ela vive de embarcações enormes lá. Quando se criou o parque não se criou uma estrutura, não deu uma outra oportunidade para as pessoas locais, não migrou aquelas pessoas para uma outra atividade. Os caras continuaram lá caçando e pescando, subsistindo.

Eliete Correia, da pousada Recreio da Praia, é da mesma opinião, como se pode verificar a seguir:

O cara tem uma roça, o IBAMA e o IEF vêm aqui e, lá no Aventureiro, todo mundo já era de lá, fizeram a tal da reserva. Não existe mais uma roça e até para pescar está a maior confusão. Então quer dizer, o cara vai fazer o quê? Ele vai ficar ilegal, lógico. Então você tem que dar um meio de sobrevivência para ele se não quiser que ele faça isso, que ele cace ou que ele faça uma roça escondido.

Existe um plano de proteção à sardinha promovido pelo IBAMA que a experiência narrada por Marco Antônio Barbosa, do projeto Unir e Vencer, dimensiona:

A gente estava na barca indo para a Ilha e a gente foi acompanhado por golfinhos. Aí quando eu cheguei na Ilha e falei que eu tinha sido acompanhado por golfinho na barca, o pessoal ficou entusiasmadíssimo, porque os golfinhos tinham sumido de dentro da baía e isso era sinal de que não tinha mais peixe dentro da baía, principalmente a sardinha.

Quanto à caça de outros animais, ela existe, mas é muito restrita, como atesta Renato Marques, guia turístico:

Existe gente que ainda caça passarinho. Não aqui no Abraão, mas nas outras parias por aí. Mas não é nada de muito alarmante, porque não existe esse negócio de o cara pegar passarinho para vender, para tirar daqui e tudo. Mas é uma coisa que mesmo isso está acabando aqui, porque tem o IEF dando em cima e o pessoal está caçando cada vez menos.

Por outro lado, há, segundo Renato Marques e Eliete Correia, um problema com micos-estrela que foram introduzidos na Ilha. Os micos não têm predador natural no local e promoveram uma baixa efetiva nas aves de pequeno porte, pois eles atacavam os ninhos e comiam os filhotes. A ausência de predadores naturais e

a conseqüente reprodução excessiva da espécie repetiram-se com um tipo de caramujo africano que se pode encontrar por todo o Abraão, apesar de estar sendo sistematicamente caçado.

#### **5.2.5.6. Estradas e trilhas em áreas naturais**

Existem várias trilhas documentadas, isto é, trilhas mapeadas e sinalizadas. Segundo Renato Marques, guia turístico, especialista nas trilhas da Ilha Grande, as trilhas sofrem impacto expressivo no período do verão, acrescentando o seguinte:

...isso é uma questão que precisava que a direção do parque tomasse uma medida. Tem parques que (...) têm uma capacidade determinada, têm um número limitado de visitação, tudo isso. Aqui precisaria ser assim. Mas não tem nenhum estudo de capacidade, nem ambiental nem de (...) [infra-estrutura]. Não tem o estudo para saber quanto a trilha suporta de gente passando. Tem o problema da erosão, já tendo lugares que a trilha está precisando de manejo, desviar e fazer a recuperação daquele trecho. Limitar também o número por época, por ocasião, porque o fluxo em determinados períodos do ano é muito grande. Tem também o problema de árvores que caem impedindo a passagem e não tem nenhuma ação específica no sentido da conservação e da manutenção das trilhas.

A maioria das trilhas é muito antiga, de modo que seu perfil encontra-se mais ou menos assentado, exatamente porque o tempo o permitiu. Apesar disso, Renato afirma que muitas delas estão precisando de manejo. Existe, também, o eventual abandono de algum lixo por turistas que vão para caminhadas desacompanhados de guias locais, que recomendam o recolhimento do lixo.

O desgaste por veículos mecânicos ou motorizados não constitui problema, porque na Ilha existem apenas algumas bicicletas de moradores, um carro da UERJ, um carro da polícia militar, um do corpo de bombeiros e um veículo que faz a coleta de lixo. Além disso, transitável por veículos motorizados, só existe o caminho que liga o Abraão ao antigo presídio de Dois Rios e as ruas do próprio Abraão.

Já com os barcos, o problema salta aos olhos. Mais uma vez, as palavras de Renato configuram a situação:

Hoje, se você parar ali na praia e contar quantos barcos tem ali, vai contar seguramente uns 150 barcos. Agora imagina esse número fazendo passeio turístico para os mesmos lugares. É óleo na água, resíduos na areia e muita gente nas praias.

## **6. CONCLUSÃO**

Este capítulo contém as conclusões a que se chegou com a pesquisa. No conjunto, a sustentabilidade do turismo na Vila do Abraão apresenta-se em grande parte comprometida. Isto advém de diversos fatores, que serão percorridos a seguir. O capítulo está dividido em três partes. A primeira faz uma breve avaliação da atuação dos órgãos públicos, a segunda retoma, de maneira conclusiva, as cinco dimensões do desenvolvimento sustentável e suas condições na Vila do Abraão e a terceira contém recomendações sob a forma de um quadro geral dos problemas existentes e de indicativos para possíveis soluções.

### **6.1. Órgãos Públicos**

Quanto à administração pública, tem-se que ação da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis não considera a opinião geral dos atores e suas respectivas expectativas. Segundo o que se pôde apurar, a Prefeitura parecer não ter no desenvolvimento de um turismo sustentável sua opção preferencial para a região, ou, se o tem, o processo vem sendo gerido de maneira lenta e incoerente. Assim, quando intervém nos processos do Abraão, a Prefeitura o faz de maneira demagógica ou em sentido contrário aos interesses locais, inclusive dificultando o próprio alinhamento dos processos de gestão dos grupos de atores locais, como exemplifica a intervenção da TURISANGRA na ocasião em que os barqueiros conseguiram chegar ao padrão mínimo de preços, que lhes permitiria operar com segurança e sobreviver à baixa temporada.

Existem, no local, outros órgãos públicos atuantes como o IEF, a FEEMA e o IBAMA, fundamentais no processo de manutenção do patrimônio ecológico da Ilha Grande e, portanto, para assegurar a dimensão ambiental de sustentabilidade. O

que se apurou junto a estes órgãos foi contraditório e tendencioso, a tal ponto que o material obtido não chegou mesmo a ser utilizado na redação de resultados. Acrescente-se que, segundo as entrevistas, como foi visto, estes órgãos têm contribuído basicamente em um aspecto: a ação de fiscalização. Porém, mesmo esta fica aquém do necessário, na medida em que o limitado contingente e a falta de instrumentos, como barco ou helicóptero, não permite uma ação eficaz de fiscalização. Isso leva a ações restritas, que acabam por ser supervalorizadas, como a intensa fiscalização da vegetação existente no interior das pousadas. Por outro lado, estes órgãos fazem intervenções que são legítimas do ponto de vista ecológico, mas que são questionáveis do ponto de vista social.

## **6.2. As dimensões da sustentabilidade no Abraão**

### a) Sustentabilidade econômica

Economicamente, a sustentabilidade do empreendimento turístico do Abraão apresenta alguns problemas. Primeiramente, existe a questão da ausência de formas de retenção da receita, pois muitos dos empresários locais, principalmente donos de pousada, não são moradores da Ilha e não reinvestem a receita no local. Isto se configura de maneira ainda mais problemática quando se considera o fato de muito do capital, presente atualmente no Abraão, ter origem fora do Brasil. Isto leva parte da receita a ser drenada não só da Ilha Grande para o Município de Angra dos Reis, ou o Estado do Rio de Janeiro, mas para fora do País.

Além disso, não existe nenhum tipo de produção local diferente do turismo. Assim sendo, o fornecimento de tudo o que é necessário para a manutenção da atividade turística no local vem de fora, de Angra dos Reis ou mesmo do Rio de Janeiro. Isto gera, ainda, um problema na qualidade no serviço das pousadas, onde

é difícil encontrar, por exemplo, frutas no ponto para o consumo. Marcelo Fonseca, turista, resume o problema com a seguinte analogia: “é como o sujeito que mora muito longe do trabalho: ou ele chega cedo demais ou tarde demais”.

Por seu turno, a sazonalidade vem criando problemas graves para a sustentabilidade dos empreendimentos existentes. A ponto de muitas pousadas estarem sendo vendidas ou arrendadas nos últimos dois anos. A ilusão criada na alta temporada leva muitos empresários a ampliarem os seus negócios, que acabam por não apresentar receita suficiente para dar manutenção às novas instalações na baixa temporada. Ademais, muitas pequenas pousadas continuam a ser abertas a cada temporada, estrangulando ainda mais os poucos recursos disponíveis fora do verão.

O problema fica ainda mais grave quando se vê que não existe o encaminhamento de medidas para a sua resolução, seja no sentido de se trabalhar o empresário para a gestão do que existe, seja no sentido de se criar alternativas para atrair turistas no período fraco. As únicas tentativas deste tipo têm sido levadas a cabo pelo CVB. Estas, porém, quando apresentaram algum resultado, não consideraram dimensões de sustentabilidade diferentes da econômica. É o que se revela, por exemplo, no evento que reuniu 1.000 agentes de turismo no Abraão, que já foi suficientemente analisado no capítulo referente aos resultados da pesquisa.

#### b) Sustentabilidade espacial

Foram três os problemas identificados nesta dimensão. O primeiro refere-se à infra-estrutura. A inexistência de um estudo de carga e de medidas que limitem o número de turistas levam a uma superprodução de esgoto no período da alta temporada. Isto é agravado quando se considera o fato de existirem problemas

estruturais na rede, tais como tubulações estreitas e despejo de esgoto por emissário submarino relativamente próximo à praia.

O segundo problema diz respeito à formação de grupamentos residenciais que tendem à favelização. Uma das razões para isto é a interiorização dos nativos. Com a valorização da área próxima à praia, os nativos e antigos moradores venderam o que possuíam nestes sítios e compraram nos locais próximos à encosta, no interior. Aí foram construídas residências sem respeitarem distâncias razoáveis entre elas, gerando grupos de habitações excessivamente próximas e com acabamento precário, criando um aspecto de saturação semelhante ao das favelas. Isto vem se agravando com a chegada dos trabalhadores de fora, que vivem, com suas famílias, em quartos, eventualmente sem banheiro e sem cozinha.

O terceiro problema que compromete a sustentabilidade espacial tem a ver com um descompasso entre a imagem do turismo local e o tratamento urbanístico do Abraão. A imagem que vende o turismo na Ilha Grande é a de paraíso ecológico. Isto identifica um tipo de turista e cria nele certa expectativa. Esta expectativa é quebrada logo na entrada do Abraão, que apresenta construções cujo aspecto é o de lojas existentes em grandes centros e outras que se pode encontrar em qualquer periferia de cidade grande. Segundo Renato Marques, que hoje é guia turístico especializado em ecoturismo e que foi proprietário de pousada no Abraão, muitos turistas que vão para a Ilha com o intuito de fazer ecoturismo, só com muito custo desfazem a primeira impressão, formada na chegada ao Abraão, alguns deles não voltando mais à Ilha Grande.

#### c) Sustentabilidade cultural

O que havia de produção cultural originária da Ilha Grande perdeu-se, antes mesmo da chegada do turismo. Este, ao invés de destruir as manifestações culturais

tradicionais, aparece como possível elemento favorável, pois a AMHIG tem um projeto de pesquisa e retomada de tradições culturais que se perderam como, por exemplo, a técnica de produção de cestos com cipó, tradicional das antigas comunidades de pesqueiras do Abraão. Sob este aspecto, o turismo está sendo, portanto, positivo.

Já no que se refere aos sítios arqueológicos como as ruínas do aqueduto e do Lazareto, não foram verificados projetos ou ações que visassem o seu tratamento, de modo a torná-los atrações culturais, sendo o aspecto de ambos o de abandono e deterioração. Isto não chega, porém, a causar surpresa, sendo um tipo de descaso recorrente no Brasil.

Do ponto de vista da sustentabilidade cultural, o que constitui problema mais grave é uma questão que tangencia a dimensão social de sustentabilidade, que é a incompatibilidade de relação entre o nativo da Ilha Grande e os empregos formais do setor turístico. Do ponto de vista ora considerado, foram apurados quatro motivos para o problema, a saber: o nativo vem de uma cultura pesqueira, na qual o trabalho se dava no mar, a céu aberto e de maneira não rotineira; além de não se sentir confortável em um trabalho rotineiro e em espaço fechado, o nativo não tem nenhum preparo para o exercício das atividades relacionadas com o turismo e não existe nenhum mecanismo que lhe proporcione formação; por se sentir na condição de “dono da terra”, os nativos não interiorizaram a lógica do trabalho turístico, que é a de trabalhar enquanto a clientela se diverte (nisto, os empresários nascidos na Ilha ou que são moradores antigos identificam-se com a população nativa de baixa renda); por fim, já se formou um preconceito por parte dos empresários em relação aos nativos, sendo tônica geral entre aqueles a opinião de que estes “não gostam de trabalhar”.

d) Sustentabilidade social

Como já foi apontado no primeiro item desta conclusão, é praticamente inexistente a participação cidadã no planejamento e nas ações da Prefeitura, apesar de existir um subprefeito na Ilha Grande. Este recebe a todos que o procuram, mas sua posição acaba sendo, apenas, a de uma espécie de “ouvidoria” da Prefeitura, sem poder de ação. De qualquer maneira, parte da população já se sente satisfeita com o fato de ser ouvida pelo subprefeito e de ter a sua palavra de que as questões serão encaminhadas à Prefeitura.

Existem entidades representativas no Abraão, sendo três as mais importantes, a saber: Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande (AMHIG), Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande (AMAIG) e Comitê de Defesa da Ilha Grande (CODIG). Seus focos são, respectivamente, os interesses proprietários de meios de hospedagem – pousadas e campings, com alguma participação dos restaurantes (AMHIG); as questões de interesse do morador em geral, com privilégio para o de baixa renda, daí a concentração da AMAIG nas questões de educação pública e saúde, dentre outras; defesa do patrimônio ecológico (CODIG). Um ponto que constitui elo entre as três entidades é o problema da relação entre a infra-estrutura e o volume de visitantes na alta temporada que, atualmente, ocupa todas as pautas de discussões locais.

O turismo constitui monoproduto na Ilha Grande. Isto significa que os empregos e postos de trabalho existentes estão todos ligados a ele. Visto pelo lado dos empregos formais e considerando-se o desenvolvimento sustentável da região como um todo, isto não representa um ponto forte, pois tais empregos não são ocupados pelos nativos e moradores antigos, propiciando a entrada de emigrantes e, com estes, a acentuação, por exemplo, do processo de favelização das áreas da

encosta. Pelo lado dos postos de trabalho de caráter informal como, por exemplo, o de carreteiro ou o vendedor de doces na praça, a sustentabilidade social é atendida, pois o nativo consegue formar salários equivalentes ao que ganharia se fosse empregado das pousadas, com a vantagem de sentir-se em uma atividade mais adequada ao seu perfil cultural. Além disso, este tipo de trabalho proporciona-lhe um efeito psicologicamente positivo, pois ele se sente mais independente, livre da relação de autoridade existente entre patrão e empregado.

A não existência de prostituição e de violência na Ilha Grande constitui um ponto forte de sustentabilidade. Verificou-se o fenômeno, relativamente recente, da ocorrência de furtos, tanto de objetos de turistas quanto de moradores. Segundo o que se pôde observar, a tendência disso é crescer, proporcionalmente ao contingente que chega junto com as pessoas de fora que vão trabalhar no turismo.

#### d) Sustentabilidade ambiental

A sustentabilidade ambiental da Vila do Abraão constitui um de seus pontos mais frágeis, diferentemente do restante da Ilha Grande. O quadro é de tal ordem que Luiz Fernando, presidente da AMHIG, diz que o Abraão funciona, para a maioria dos turistas, como cidade dormitório. Suas praias apresentam coliformes fecais, em virtude do despejo de esgoto (cujo volume chega a triplicar no verão), parte deste é despejado *in natura*, além de haver proximidade do emissário submarino com a praia. Ademais, existe um grande número de embarcações transitando próximo aos dois cais existentes no Abraão, deixando resíduos diversos nas águas. Na alta temporada, o volume de pessoas produz, além do excesso de esgoto e lixo, poluição sonora e utilizam a água, por exemplo, em excesso.

Existem leis, geralmente cumpridas, que regulamentam o uso do solo. Foram registrados, porém, alguns casos de descumprimento como o da existência de um

terceiro andar e certa “elasticidade” na fronteira do cinturão verde. Apesar de tais casos constituírem exceções, literalmente todos os entrevistados e pessoas com se conversou no Abraão manifestaram preocupação com tais ocorrências, visto que elas abrem um precedente que, segundo eles, é perigoso para a saúde ambiental da Vila.

Em resumo, a pesquisa revelou o seguinte: inexistência de formas de retenção de receita ou mesmo projetos para viabilizá-la; crescente descumprimento das leis que regem a ocupação espacial, além de problemas de infra-estrutura como, por exemplo, excesso de esgoto; ausência de medidas concretas de limitação no quantitativo de visitantes, o que agrava o último problema indicado, além de gerar outros, todos implicando danos ambientais; estes já descaracterizaram a Vila do Abraão em relação à imagem de “paraíso ecológico” que vende a Ilha Grande turisticamente; notória desconsideração da dimensão cultural, verificável no estado de deterioração dos sítios arqueológicos como o aqueduto e as ruínas do Lazareto; exclusão do nativo por parte dos empreendimentos turísticos, em parte devido ao não reconhecimento de seus traços culturais mais arraigados, frutos de uma história que remonta há mais de cem anos. A pesquisa revelou, portanto, que a sustentabilidade do empreendimento turístico na Vila do Abraão não se mostra sustentável em nenhuma das cinco dimensões de sustentabilidade propugnadas por Sachs, bem como não apresenta indicativos de mudança deste quadro, senão de seu agravamento.

### **6.3. Recomendações**

O itinerário cumprido pela presente pesquisa tornou possível algumas recomendações que serão apresentadas a seguir, onde os problemas encontrados

serão relacionados seguidos dos indicativos de solução listados em tópicos numerados.

Economicamente, a sustentabilidade do empreendimento turístico do Abraão apresenta alguns problemas.

1º) Ausência de formas de retenção da receita.

Solução:

1. o perfil de demanda da população residente deve ser estudado. E a partir deste estudo, os empreendimentos locais devem ser orientados no sentido de se adaptarem a este perfil;
2. deve ser incentivada a implantação de novos tipos de atividades comerciais na ilha, alinhadas a perfil de consumo da população local;
3. o transporte de cargas feitas do continente para a ilha deve ser aprimorado tecnicamente de maneira a baratear os custos de abastecimento do varejo local;
4. deve haver o incentivo para a criação de uma central de compras que permita aos empreendimentos locais aumentar sua capacidade de negociação com os diversos fornecedores de produtos e serviços;

2º) Não existe nenhum tipo de produção local diferente do turismo.

Solução:

1. outras atividades produtivas devem ser seriamente estimuladas, como, por exemplo, a maricultura, que guarda estreita ligação com o modo de vida da população local e aproveita o potencial produtivo do ambiente marinho que cerca a ilha;

2. deve haver o resgate da produção do artesanato existente anteriormente, fortemente baseada na produção de utensílios. Porém, novos “designers” e tipos de uso (decoração, brindes, souvenirs, utilidades domésticas e para trabalho) devem ser estimulados. Buscando, desta forma, aumentar o potencial mercadológico dos produtos.

3º) A sazonalidade vem criando problemas graves para a sustentabilidade dos empreendimentos existentes.

Solução:

1. dada a diversidade de atividades do turismo ecológico, passíveis de serem praticadas na Ilha Grande, deve ser realizado um estudo que determine que tipo de atividade é mais indicada para ser realizada em cada período do ano. Este estudo deverá servir para que, a cada estação, todos os esforços de marketing e operação do empreendimento turístico sejam direcionados a públicos específicos, perenizando assim, a taxa de ocupação da Ilha Grande;
2. deve haver um forte investimento em capacitação dos empresários e gestores locais, buscando aumentar sua capacidade de gerir seus empreendimentos, principalmente nos temas relacionados a planejamento empresarial, gestão financeira e gestão de operações;
3. deve haver o combate do reposicionamento do mix de produtos e serviços ofertados pelos diversos empreendimentos destinados a atender aos turistas. Esta revisão deve levar em conta o aumento progressivo do valor médio dos gastos realizados pelos turistas durante sua permanência na Vila do Abraão, excluindo-se, no mínimo, a prática da “pechincha” de preços realizada por alguns empreendimentos.

Na dimensão da sustentabilidade espacial foram identificados os seguintes problemas:

1º) A inexistência de um estudo de carga e de medidas que limitem o número de turistas levam a uma superprodução de esgoto no período da alta temporada.

Solução:

1. deve ser realizado com urgência um estudo que determine com o maior grau de precisão possível de acordo com a infra-estrutura necessária para suportar o tratamento e a deposição adequada do esgoto.

2º) Formação de grupamentos residenciais que tendem a favelização.

Solução:

1. a área destinada às habitações na Ilha Grande deve ser delimitada e suas ocupações planejadas, evitando assim, a favelização das áreas urbanas;
2. por se tratar de um ambiente com relativo grau de fragilidade e de forte interesse como área de preservação, o fluxo migratório deve ser fortemente controlado.

3º) Descompasso entre a imagem do turismo local e o tratamento urbanístico do Abraão.

Solução:

1. deve ser criado um código de condutas urbanas específico para a Ilha Grande que resguarde o patrimônio histórico local. Sendo ainda necessária a criação de uma política de incentivos públicos para que a população local torne-se a maior guardiã deste patrimônio.

Do ponto de vista da dimensão de sustentabilidade cultural, tem-se os seguintes problemas:

1º) A AMHIG está preocupada em resgatar alguns aspectos da cultura da ilha que se perderam antes mesmo da intensificação da atividade turística.

Solução:

1. a AMHIG deve ser capacitada a elaborar projetos que aproveitem os benefícios das leis de incentivo à cultura, obtendo assim, os recursos necessários para promover o resgate e o desenvolvimento da personalidade da cultura local;
2. deve ser construído um calendário de eventos que reflita o perfil cultural local e que contribua, também, para solucionar os problemas apontados no item referente a sustentabilidade econômica.

2º) Para os sítios arqueológicos, como as ruínas do aqueduto e do Lazareto, não foram verificados projetos ou ações que visassem o seu tratamento, de modo a torná-los atrações culturais.

Solução:

1. deve ser implementada uma forte ação de preservação dos sítios históricos locais;
2. a Brigada Mirim Ecológica, caso seja preparada adequadamente, pode contribuir como guia de turistas e fiscais durante a visita aos sítios arqueológicos locais.

Quanto à dimensão da sustentabilidade social, podemos identificar os seguintes problemas:

1º) Ainda existe pouca participação da população local na tomada de decisão do poder público.

Solução:

1. práticas como o orçamento e o planejamento participativos e a ampla divulgação de projetos a serem implementados devem ser instituídas pelo poder público;
2. as lideranças locais devem ser capacitadas em temas como liderança; cidadania; práticas de governança e gestão de entidades representativas, de maneira a aumentar a eficiência da representação popular junto ao poder público.

2º) A inadequação dos nativos para trabalhar no turismo, seja por traços culturais ou por preconceito dos empresários. Fatores que não os integra de maneira plena à atividade turística.

3º) Incompatibilidade de relação entre o nativo da Ilha Grande e os empregos formais do setor turístico.

Solução:

1. aumento da qualificação básica da mão-de-obra local, focada nas qualificações das demandas dos empreendimentos locais e nas novas atividades econômicas a serem fomentadas, permitindo desta forma, que os trabalhadores locais possam escolher livremente o caminho a seguir.

4º) A falta de integração entre as entidades de representação popular fragiliza o poder de negociação da população e dos empresários locais.

Solução:

1. deve ser promovido um fórum onde as lideranças locais possam periodicamente discutir as estratégias de ação conjunta, além de promover o diálogo franco entre os diversos representantes.

5º) A não existência de prostituição e de violência na Ilha Grande constitui um ponto forte de sustentabilidade.

Solução:

1. devem ser intensificadas ações educativas, além da promoção da sustentabilidade econômica e social, visando desta forma, prevenir o surgimento desta prática.

A sustentabilidade ambiental da Vila do Abraão constitui um de seus pontos mais frágeis, diferentemente do restante da Ilha Grande. Os problemas constatados foram:

1º) O nível de poluição das águas em frente à vila é alta, o que prejudica diretamente a imagem do local;

2º) o descumprimento da legislação põe em risco o patrimônio ambiental adjacente à vila;

3º) os diferentes níveis de consciência ecológica dificultam a implementação de políticas conservacionistas eficientes;

4º) a falta de estudos que busquem determinar e delimitar o número de visitantes que a ilha suporta põe em risco todo o ecossistema da Ilha Grande.

Solução:

1. para o conjunto dos problemas ambientais devem ser implementadas as ações previstas no TAC Ilha Grande - Termo de Compromisso de

Ajustamento de Conduta Ambiental da Ilha Grande - assinado por diversas autoridades em 20/01/2002, que por si só, constitui um caminho a ser seguido na busca da sustentabilidade ambiental.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JR, José Maria G. de. **Um novo paradigma de desenvolvimento sustentável**. Brasília: Câmara dos Deputados; 2000.

AMARAL FILHO, Jair. **A endogenização no desenvolvimento econômico regional e local**. In. IPEA – Planejamento e Políticas Públicas (PPP); nº 23. p. 262-286.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças na agenda 21**. Petrópolis: Vozes; 1997.

BARBOSA, Luiz Gustavo M. **Os impactos econômicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas: o caso do município de Macaé-RJ, Brasil**. Lisboa: VII Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública; outubro/2002.

BARBOSA, Luiz Gustavo M.; ZAMOT, Fuad Sacramento. **Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo: o caso do município de Rio das Ostras**. In. BARBOSA, Luiz Gustavo M.; ZOUAIN, Deborah Moraes (Org,). **Gestão em turismo e hotelaria: experiências públicas e privadas**. São Paulo: Aleph; 2004. p. 89-109.

BATISTA, Grace M. **Turismo e desenvolvimento local: uma alternativa para as comunidades brasileiras**. 5º Encontro Nacional de Empreendedorismo, UFC; 2003.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

BOULLÓN, Roberto C. **Lãs actividades turísticas y recreaciones: el hombre como protagonista**. México: Trillas; 1990.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Economista ou sociólogo do desenvolvimento**. In. NAKANO, Yoshiaki; REGO, José Márcio; FURQUIM, Lílian (Orgs). **Em busca do novo: o Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira**. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP; 1998.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Editora Pensamento / Cultrix; 2003.

CARDOSO, Roberta de Carvalho. **Dimensões sociais do turismo sustentável: estudo sobre a contribuição dos resorts de praias para o desenvolvimento das comunidades locais**. Tese de Doutorado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo; 2005.

CARLOS, Ana Fani A. **O turismo e a produção do não-lugar**. In. YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. (Orgs) **Turismo: espaço paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec; 2002. p. 25-37.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações**: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação. In. CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs). **Organizações, cultura e desenvolvimento local**: a agenda de perspectiva do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: EDUFPE; 2003. p. 23-40.

CARVALHO, João Conrado de Amorim. **Desenvolvimento sustentável e turismo**: o caso dos Lençóis Maranhenses. Dissertação de Mestrado. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas– Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro; 2005.

CRUZ, Rita de Cássia A. (Orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultural**. São Paulo: Hucitec; 2002. p. 55-62.

CYPRIANO, A. **O caldeirão do Diabo**. São Paulo: Cosac & Naify; 2001.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto; 1997.

DOWBOR, Ladislau. **O poder local diante dos novos desafios sociais**. In. **O Município no Século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR. **Brasil**: anuário estatístico 2004. Brasília: EMBRATUR, 2004.

\_\_\_\_\_. **Evolução do turismo no Brasil – 1992-2002**. Brasília: EMBRATUR, 2002.

FARAH JR, Moisés Francisco. **Desenvolvimento local e comportamento dos agentes econômicos**: estratégias empresariais pró-ativas ou reativas? In. FAE, Curitiba, v.4, n.2, p. 13-22, maio/ago, 2001.

FEICHAS, Suzana Arcângela Q.; OLIVEIRA, André Amaral. **Termo de ajustamento de conduta da Ilha Grande-RJ**: o lixo na Vila de Abraão. Caderno Virtual de Turismo, nº 15, IVT, Rio de Janeiro, março/2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário do Aurélio – Século XXI**. Rio de Janeiro: 1999.

FLEURY, Sonia. **Espaço, território e cidadania**: a cidade dos cidadãos. In. Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: setembro, 2004.

FREY, Klaus. **A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local**. *Ambient. Soc.* [online]. July/Dec. 2001, no.9 [Acesso em 13/08/2005], p. 115-148.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=S1414-753X2001000900007&lng=en&nrm=iso>> ISSN 1414-753X.

GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas; 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas; 2002.

GOMBRICH, E.H. **A história da arte**. Rio de Janeiro: LTC; 1999.

HOLANDA, Luciana Araújo de; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Sobre a falácia da relação direta entre turismo e desenvolvimento local**. In. CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE; 2003. p. 275-287.

KUHN, Thomas. **Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva; 2000.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.

LOIOLA, Elizabeth. **Turismo e desenvolvimento local sustentável**. In. Revista de Administração Pública nº 38 – RAP. Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, 2004. p. 817-850.

LUCHIARI, Maria Teresa D. P. **Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo**. In. SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa Turini; LUCHIARI, Maria Teresa D. P. (Orgs). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papyrus; 2000. p. 105-130.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Trad. Ricardo Corrêa barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MADEIRO, Gustavo; CARVALHO, Cristina Amélia. **Da origem pagã às micaretas: a mercantilização do capital**. In. CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de perspectiva o Observatório da realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003. p. 179-198.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas; 2005.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política – salário, preço e lucro – o rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural; 1982.

MELLO, Érika Alves. **Turismo e desenvolvimento social na Vila do Abraão: um estudo sobre a modificação na estrutura de consumo**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1997.

MORIN, Edgard. **Cultura de massas no século XX – Neurose** (Vol. 1). Trad. M<sup>a</sup> Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

MPE. **Pólo turístico de Ilha Grande**. Disponível em [http://www.mpefunbio.org.br/mpe/pagina\\_id=88](http://www.mpefunbio.org.br/mpe/pagina_id=88). Acessada em 30/07/2005.

MTUR. **Plano Nacional de Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo; 2003.

OLIVEIRA, José A. **A variável socioambiental nos processos de planejamento do setor turístico**. In. BARBOS, Luiz Gustavo Medeiros; ZOUAIN, Dedorah Moraes (Orgs). **Gestão em turismo e hotelaria: experiências públicas e privadas**. São Paulo: Aleph, 2004. p. 21-36.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea; 2005.

PEARCE, P.L. **A relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão**. In. THEOBALD, W.F. (Ed.). **Turismo Global**. São Paulo: SENAC; 2001. p. 145-164.

PINTO, Luis Fernando Silva. **Gestão-cidadã: ações estratégicas para a participação social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental**. In. YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani;

———. **Desenvolvimento sustentável e atividade turística**. In. SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa Turini; LUCHIARI, Maria Teresa D. P. (Orgs). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus; 2000. p. 171-188.

RODRIGUES, Nelson Falcão. **À sombra das chuteiras imortais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SACHS, Ignacy. **La lógica del desarrollo**. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales. ISSJ, vol XXIV, nº 1. 1972.

———. **Estratégias de transição para o século XXI**. In. BURSZTYN, M. (Org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense; 1993.

———. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond; 2002.

———. **Desenvolvimento e cultura, desenvolvimento da cultura, cultura do desenvolvimento**. In. Organização e Sociedade. UFBA, vol XII, nº 33; Abril/Junho de 2005. p. 151-165.

SANCHO, Amparo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca; 2001.

SEBRAE/SENAC. **Direcionamento estratégico e relatórios de acompanhamento para Ilha Grande – Projeto Unir e Vencer**. Rio de Janeiro: Senac-Rio; 2004.

SINGH, Ashbindu. **The use of space activities for achieving sustainable development**. In. Acta Astronautica 54, 2004; p. 871-875. Disponível on line em [www.sciencedirect.com](http://www.sciencedirect.com). Acesso em 20/08/2005.

SPILANIS, Ioannis; VAYANNI, Helen. **Sustainable tourism: utopia or necessity? The role of new forms of tourism in the Aegean Islands**. Journal of Sustainable Tourism. Vol. 00, nº 0, 2003. Disponível em <http://papers.ssrn.com.br/sol3/displayabstractsearch.cfm>. Acesso em 1/07/2005.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Flexibilização organizacional, mito ou realidade?** Rio de Janeiro: Editor FGV; 2002.

TENÓRIO, Fernando Guilherme et al. **Programa de capacitação comunitária para o desenvolvimento regional – o local como referência: uma proposta metodológica preliminar**. In. Revista de Administração Pública – RAP. Rio de Janeiro: TGV/EBAPE, 2000. p. 261-266.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; COUTINHO, Marcello de Moura. **Notas sobre a participação cidadã na gestão pública na área de desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro (mar.1998 a dez.1999)**. In. Revista de Administração Pública – RAP. Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, 2001. p. 229-234.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas; 2004.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Ed. Manole; 2001.

WHEELER, B. **Tourism's troubled times: responsible tourism is not the answer**. Tourism Management, v.12, n.2, p.91-96, 2000.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL – WTTC. **Executive summary: travel & tourism – sowing the seeds of growth – the 2005 Travel & Tourism Economic Research**. UK; fev/2004. Disponível em [www.wttc.org](http://www.wttc.org).

ZOUAIN, Deborah Moraes; CRUZ, Francisca de Oliveira. **Gestão social no sistema turístico brasileiro: limites e possibilidades**. In. BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros; ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs). **Gestão em turismo e hotelaria: experiências públicas e privadas**. São Paulo: Aleph; p. 37-54.